



UFPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

JOSEFA MONTEIRO DE ARAÚJO

**NAS FRONTEIRAS DA HISTÓRIA: Uma análise dos discursos de Hitler  
(1933 - 1934 - 1938)**

Recife

2019

JOSEFA MONTEIRO DE ARAÚJO

**NAS FRONTEIRAS DA HISTÓRIA: Uma análise dos discursos de Hitler  
(1933 - 1934 - 1938)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Letras.

**Área de concentração:** Linguística

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Evandra Grigoletto

Recife

2019

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

A663n Araújo, Josefa Monteiro de  
Nas fronteiras da história: uma análise dos discursos de Hitler (1933 -  
1934 - 1938) / Josefa Monteiro de Araújo. – Recife, 2019.  
131f.: il.

Orientadora: Evandra Grigoletto.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.  
Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras,  
2019.

Inclui referências e anexos.

1. Análise do discurso. 2. Discurso político. 3. Povo alemão. 4. Hitler.  
5. Nazismo. I. Grigoletto, Evandra (Orientadora). II. Título.

410 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2019-272)

JOSEFA MONTEIRO DE ARAÚJO

**NAS FRONTEIRAS DA HISTÓRIA: Uma análise dos discursos de Hitler  
(1933 - 1934 - 1938)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Letras.

Aprovada em: 29/08/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Evandra Grigoletto (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Fernanda Correa Silveira Galli (Examinadora Externa)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Dirce Jaeger (Examinadora Externa)  
Universidade Estadual de Pernambuco

Aos meus queridos pais: Quitéria e Sebastião que, com simplicidade, souberam mostrar o melhor caminho para que eu pudesse chegar com tranquilidade até aqui e que sempre me orientaram para que vivesse honestamente diante dos desafios da vida.

Às minhas queridas irmãs que estiveram presentes em todos os momentos.

## AGRADECIMENTOS

O agradecimento é um sentimento que faz parte da vida do ser humano. Por isso, em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu bom e amado Deus, companheiro de todas as horas, que nunca me deixou sozinha nos momentos em que eu recorria à sua benevolência.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Profa. Dra. Evandra Grigoletto, pelas valiosas orientações em todos os momentos e por acreditar neste trabalho. Meu muito obrigada.

À minha querida amiga e professora Dirce Jaeger, pelas contribuições para o desenvolvimento desse trabalho, pelo carinho e atenção desde sempre. Dirce, você é uma pessoa que não tenho palavras para agradecer por tudo que você fez e faz por mim desde o tempo da Graduação em Letras. Eu não teria chegado até aqui e não almejaria ir mais adiante se não fosse com seu incentivo e contribuição. Agradeço ainda por você Paula e Júlia terem me acolhido em sua casa durante o primeiro ano do mestrado e pelo carinho dispensado.

Aos professores do PGLETRAS pelas disciplinas ministradas, momentos de aprendizagem e interação.

Aos funcionários da coordenação do PGLETRAS, em especial Jozaías, Claudyvanne e Adriel pela atenção e disponibilidade em atender sempre que fosse preciso.

Ao amigo Erasmo pelo companheirismo, amizade de sempre e pelas sugestões de leitura.

Aos amigos da Biblioteca da UPE/*Campus* Garanhuns, Elane, Jaqueline, Tilde e Mary, pela paciência, atenção e contribuição outorgada. Meu muito obrigada!

Aos meus pais, que mesmo sem condições de terem frequentado uma escola, estiveram presentes em todos os momentos me incentivando e apoiando no que era necessário e possível. Não poderia esquecer as minhas amadas irmãs, pelo incentivo e apoio. Obrigada a todos por compreenderem minha ausência, nos momentos de família, em que eu não pude estar presente, uma vez que era necessário abdicar desse tempinho para que eu pudesse chegar até aqui.

Quero agradecer de modo especial ao meu noivo, Fábio Lemos, pela paciência e flexibilidade durante minha ausência.

À *Capes* pela concessão da bolsa de estudo.

Enfim, um agradecimento especial a todos que direta ou indiretamente contribuíram com a minha formação pessoal e acadêmica. Muito obrigada. Deus abençoe a todos.

Intervir filosoficamente obriga a tomar partido: eu tomo partido pelo fogo de um trabalho crítico, que, muito provavelmente, acabará por destruir a cidadela da “Tríplice Aliança” como tal, embora haja, ao mesmo tempo, a possibilidade de que, por essa via, algo novo venha a nascer – contra o fogo incinerador que só produz fumaça. (PÉCHEUX, 1997, p. 294).

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar o funcionamento do discurso político no contexto alemão. O campo discursivo é formado pelos discursos proferidos por Adolf Hitler (1933, 1934, 1938). Para tanto, esta investigação filia-se ao quadro teórico da Análise do Discurso instaurada por Michel Pêcheux (1969), bem como à proposta de Orlandi (2010), Cazarin (2004), Malidier (1994), Indursky (2013), entre outros. A partir dos gestos analíticos, elaborou-se um recorte do *corpus empírico* para chegarmos às sequências discursivas que são os pontos principais do nosso olhar teórico-analítico desse campo discursivo. Partindo dessa filiação teórica, em suma, propomos pensar, considerando a relação constitutiva *discurso, história e ideologia*, os efeitos de sentido que se produzem no discurso político por meio da análise dos itens lexicais “nós/nosso”, “vocês”, “povo” e suas respectivas implicações político-ideológicas, a partir do modo de dizer de um sujeito inscrito numa formação discursiva (FD) “autoritária”. Além disso, pensamos que o jogo que se produz a partir dos elementos “nós/nosso”, “vocês” e “povo” aponta para a constituição de um discurso germanocêntrico (que joga com a inclusão e a exclusão), ou seja, compreendemos que, nos discursos proferidos por Hitler, há um mecanismo ideológico de interpelação do “Ser-Alemão” (a raça ariana pura), do “ser-alemão” (cidadão alemão comum que é convocado a fazer parte da raça pura), e do “Ser-não-Alemão” / “Anti-Alemão” (os judeus, os ciganos etc.). Diante disso, concluímos, através da análise do *corpus*, que o discurso político põe em emergência formações imaginárias (através do “Ser-Alemão”, do “ser-alemão”, e do “Ser-não-Alemão”) que se instauram a partir do funcionamento discursivo das materialidades “nós/nosso”, “vocês”, “povo”. Em suma, entendemos que os respectivos efeitos de sentido que se produzem por meio dessa relação instituem um sujeito que se inscreve numa FD autoritária revestida de uma FD democrática (atravessada pelo nacionalismo e pela xenofobia) para legitimar o seu discurso e, para isso, produz a inclusão de determinados sujeitos e a exclusão (o apagamento) de outros.

**Palavras-chave:** Análise do discurso. Discurso político. Povo alemão. Hitler. Nazismo.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo investigar el funcionamiento del discurso político en el contexto alemán. El campo discursivo está formado por los discursos pronunciados por Adolf Hitler (1933, 1934, 1938). Para este fin, esta investigación está asociada con el marco teórico del Análisis del Discurso establecido por Michel Pêcheux (1969), así como con la propuesta de Orlandi (2010), Cazarin (2004), Maldidier (1994), Indursky (2013), entre otros. A partir de los gestos analíticos, se elaboró un extracto del corpus empírico para llegar a las secuencias discursivas que son los puntos principales de nuestra visión teórico-analítica de este campo discursivo. A partir de esta afiliación teórica, en resumen, proponemos considerar, considerando la relación constitutiva discurso, historia e ideología, los efectos del significado que se producen en el discurso político a través del análisis de los elementos léxicos “nosotros/nosotros”, “usted”, “personas” y sus respectivas implicaciones político-ideológicas, basadas en la forma de decir de un sujeto inscrito en una formación discursiva (FD) “autoritaria”. Además, creemos que el juego que se desarrolla a partir de los elementos “nosotros/nuestros”, “usted” y “personas” apunta a la constitución de un discurso germanocentric (que juega con la inclusión y la exclusión), es decir, entendemos mientras que en los discursos de Hitler hay un mecanismo ideológico para cuestionar el “Ser-Alemán” (la raza aria pura), el “ser alemán” (ciudadano alemán ordinario que es convocado para ser parte de la raza pura), y el “No-alemán”/“Anti-alemán” (judíos, gitanos, etc.). En vista de esto, concluimos, a través del análisis del corpus, que el discurso político da lugar a formaciones imaginarias (a través del “Ser-Alemán”, “ser-alemán” y “Ser-no-Alemán”) que se establecen a partir del funcionamiento discursivo de las materialidades “nosotros/nuestros”, “usted”, “personas”. En resumen, entendemos que los efectos respectivos del significado que se producen a través de esta relación instituyen un sujeto que está inscrito en un DF autoritario vestido en un DF democrático (atravesado por el nacionalismo y la xenofobia) para legitimar su discurso y, para ello, produce la inclusión de ciertos temas y la exclusión (eliminación) de otros.

**Palabras clave:** Análisis del discurso. Discurso político. Pueblo alemán. Hitler. Nazismo.

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 – Esquema de relação nazista.....         | 29 |
| Figura 2 – Esquema do Inconsciente para Freud..... | 30 |

## SUMÁRIO

|          |   |            |
|----------|---|------------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>12</b>  |
| <b>2</b> | <b>NO TÚNEL DO TEMPO: A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....</b>   | <b>15</b>  |
| <b>3</b> | <b>A TRAJETÓRIA DA VIDA DE HITLER.....</b>  | <b>18</b>  |
| 3.1      | ORIGEM DO PARTIDO NACIONAL SOCIALISTA DOS TRABALHARES<br>ALEMÃES (NSDAP).....                             | 20         |
| 3.2      | MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS POR HITLER PARA<br>CHEGAR AO POVO, E A ESCOLHA DO POVO DESEJADO..... | 23         |
| 3.3      | O NAZISMO E A NATUREZA DO DISCURSO AUTORITÁRIO.....   | 28         |
| 3.4      | TIRANIA E VIOLÊNCIA: <i>ABUSO DO PODER NOS CAMPOS DE<br/>CONCENTRAÇÃO</i> .....                           | 32         |
| <b>4</b> | <b>PERCURSO TEÓRICO DA AD.....</b>  | <b>40</b>  |
| 4.1      | CONSIDERAÇÕES SOBRE O OBJETO DA AD: <i>O DISCURSO</i> .....   | 44         |
| 4.2      | AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO.....   | 47         |
| 4.3      | A TEORIA DO DISCURSO: <i>DA MAQUINARIA DISCURSIVA À SUA<br/>DESCONSTRUÇÃO</i> .....                       | 52         |
| 4.4      | IDEOLOGIA E PROCESSO DE INTERPELAÇÃO.....   | 58         |
| 4.5      | REPRODUÇÃO DAS CONDIÇÕES MATERIAIS DE PRODUÇÃO.....   | 61         |
| 4.6      | SOBRE A NOÇÃO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA.....   | 64         |
| 4.7      | POR UMA NOVA CONCEPÇÃO DE SUJEITO.....  | 68         |
| 4.8      | A PROPOSITO DA NOÇÃO DE SILÊNCIO NO CAMPO DA AD.....  | 73         |
| <b>5</b> | <b>CARACTERIZAÇÃO DO CORPUS E MOVIMENTO DE ANÁLISE.....</b>   | <b>79</b>  |
| 5.1      | O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO “NÓS/NOSSO” E “VOCÊS”.....  | 80         |
| 5.2      | OS DESDOBRAMENTOS DE SENTIDO NAS FORMAS DISCURSIVAS<br>“VOCÊS” E “POVO”.....                              | 95         |
| 5.3      | O JOGO COM O POVO NO DISCURSO POLÍTICO.....   | 102        |
| <b>6</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>109</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>112</b> |
|          | <b>ANEXO A - HITLER DISCURSA NO KROLLOPER A 23 DE MARÇO DE<br/>1933.....</b>                              | <b>117</b> |
|          | <b>ANEXO B - DISCURSO DE HITLER AOS JOVENS ALEMÃES, 1934.....</b>   | <b>128</b> |
|          | <b>ANEXO C - DISCURSO DE ADOLF HITLER SOBRE AS MULHERES<br/>1938.....</b>                                 | <b>130</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso (AD) se institui como uma teoria que engloba as questões relacionadas à política, à ideologia e à história. Assim, em nossa percepção, o discurso político pode ser observado de diferentes formas e a partir de diferentes teorias, mas ganha espaço especial no campo da AD. Nesse sentido, Courtine (2006, p. 6-7) enuncia que “[...] o discurso político não pode ser dissociado da produção e recepção de imagens (...) e isso mudou profundamente os modos de subjetivação, regulados por novas práticas”. Diante disso, sabemos que, de acordo com os princípios teóricos da AD, não podemos deixar de pensar a relação do discurso com o sujeito e as práticas sociais, uma vez que somos sujeitos constituídos socialmente e ideológico-historicamente e os discursos que produzimos refletem essa constituição.

Deste modo, em nossa abordagem teórica, analisar um discurso acarreta, inevitavelmente, ter explícito sempre uma convicção: de que o sentido está sempre em constante movimento (ORLANDI, 1999) e, conseqüentemente, pode ser outro e mover-se dependendo dos lugares sociais preenchidos por aqueles que sustentam seus discursos na sociedade. É nesta perspectiva que a Análise do Discurso vem colaborando consideravelmente para a abertura essencial de um extenso campo de questões a respeito da língua, do movimento dos sentidos, do sujeito e da ideologia em suas relações com o político e a história.

Em função disso, fundamentamos desde então que “[...] esse trabalho insere-se na tradição daqueles que, no campo da Análise do Discurso na França, fizeram do discurso político um objeto de estudo privilegiado da relação da língua com as ideologias” (COURTINE, 2009, p. 30), ou seja, este trabalho se insere no campo de domínio da AD no âmago da prática política. Outrossim, o leitor desse trabalho descobre nestas páginas reflexões a respeito do funcionamento e processamento do discurso político e seu movimento na história política da Alemanha que influenciou o mundo.

Estabelecido o espaço intelectual perante o qual nosso o nosso trabalho se inscreve, destacamos a voz de Michel Pêcheux (2010 [1969], 2009 [1975]), do mesmo modo que dialogamos com aqueles que colaboram de forma contundente

para o desdobramento do pensamento de Pêcheux, a saber: J. J. Courtine (2009), Maldidier (2003), Indursky (2013), Orlandi (1999), Cazarin (2004) entre outros. Por conseguinte, procuramos unir nesta discussão as indagações que eram mais significativas para Pêcheux em seu percurso teórico: o discurso político em que “se intrincam, como num verdadeiro nó, os aspectos relacionados à língua(gem), à história, à ideologia, ao sentido e ao sujeito”. (LEANDRO FERREIRA, 2000, p.13).

Diante disso, em nosso percurso teórico-analítico, propomos responder as seguintes perguntas: Como o discurso da raça se estrutura a partir do modo de dizer de Hitler? Quais os efeitos de sentidos produzidos pelos itens lexicais “nós/nosso”, “vocês” e “povo”? Em que Formação Discursiva (FD) se inscreve o discurso de Hitler? Dessa forma, o nosso objetivo principal nesse trabalho é compreender como os efeitos de sentido se constituem no discurso político de Hitler e, como objetivo específico, propomos analisar o funcionamento dos itens lexicais “nós/nosso”, “você” e “povo” a partir do *corpus*<sup>1</sup>: “Discurso no *Krolloper*” (de 23 de março de 1933), “Discurso para uma platéia de 20.000 jovens” (de 1934), “Discurso para as mulheres” (de 1938).

Para isso, analisamos a constituição das relações imaginárias por meio dos elementos “nós/nosso”, “vocês” e “povo” e, conseqüentemente, a saturação de um discurso germanocêntrico através de um jogo de interpelação ideológica entre o “Ser-Alemão” e o “ser-alemão”, que negam o “Ser-não-alemão” tais como negro, judeu, sigano etc. Dito de outra forma, no processo de interpelação do “Ser-alemão”, o outro é convocado por Hitler para integrar o seu exército e a aceitar fazer parte desse povo escolhido por ele. O “ser-alemão”, no entanto, faz referência ao cidadão comum, aquele alemão que “não aceita” (*mau sujeito?*) integrar a raça ariana. Já o “Ser-não-Alemão”, pela ordem do não dito e daquilo que é silenciado, são os judeus, homossexuais, negros etc, aquele povo que Hitler deseja exterminar da Alemanha. Portanto, enquanto o sujeito demarca e fortalece o que espera do Alemão, revela e separa também o outro, o estranho, o indesejado, o exterminável.

Por fim, para compreender os mecanismos acima, o nosso trabalho está organizado metodologicamente em três capítulos: no primeiro capítulo, que se

---

<sup>1</sup> Os discursos de Hitler que estamos analisando se encontram na íntegra no anexo da dissertação.

intitula “mergulhando na história”, apresentamos uma abordagem histórica das condições de produção do nazismo na Alemanha; no segundo capítulo, discutimos alguns dos principais fundamentos teóricos da Análise do Discurso; no terceiro, conseqüentemente, realizamos o percurso analítico, a partir do funcionamento dos itens lexicais “nós/nosso”, “você” e “povo”, recortados dos discursos de Hitler.

Finalizando, apresentamos algumas considerações finais a respeito do desenvolvimento da análise, do mesmo modo que defendemos algumas conclusões da pesquisa abrangendo, outrossim, a importância desse trabalho para o campo de referência teórica em que está inserido, desejando que, com o desdobramento desse trabalho, no limite da investigação, possamos contribuir com a compreensão da relação discurso, história e ideologia, a partir de um Aparelho Repressivo de Estado, que ancora e institucionaliza o discurso de Adolf Hitler.

## 2 NO TÚNEL DO TEMPO: A *SEGUNDA GUERRA MUNDIAL*

A Segunda Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 e 1945, é assim chamada por se referir a um conflito que excedeu o espaço da Europa, continente dos principais países envolvidos. Ademais, foi considerada o maior confronto da história da humanidade. Durante seis anos, houve uma grande quantidade de mortos, cerca de 60 milhões de pessoas aproximadamente. Esse confronto ficou definido pela sua condição de guerra total, em que as nações que estavam envolvidas mobilizaram todos seus pecúlios para poder fazer parte dela.

Nesse sentido, Bessel (2014, p. 127) deixa claro que “a Segunda Guerra Mundial da Alemanha não foi o primeiro nem o único conflito da História recente a envolver genocídio racista e extrema brutalidade”. Com isso, o autor quer dizer que a guerra na Alemanha não acaba com a Segunda Guerra Mundial, mas que o povo, ou melhor, a raça tida como inferior para Hitler, tais como judeus, poloneses etc, terá que enfrentar outros conflitos. Nessa perspectiva, a resistência foi um determinante instrumento de luta contra as forças nazistas, uma vez que era frequente o clima de atentado e sabotagem desses grupos.

Já para Galvão (1977), a guerra é um processo de liderança, em que as decisões surgem dos detalhes dentro de um determinado grupo. Logo, de acordo com o autor, as decisões autoritárias de Hitler são determinantes e indiscutíveis no período da II Guerra Mundial. Ainda, segundo o autor, a guerra deve ter um propósito político e não simplesmente militar, como por exemplo, a expansão de um regime totalitário. Sendo assim, a guerra não pode ser uma simples troca de um inimigo por outro. Portanto, sem um propósito político, a guerra não passa de um genocídio irracional.

Ainda, de acordo com Pedro (1942), a Segunda Guerra Mundial está presente nos dias atuais, pois, de acordo com o autor, o que está acontecendo no mundo atualmente como, por exemplo, o muro que Donald Trump que construir para impedir a entrada de imigrantes nos EUA. Percebemos com isso uma herança dos conflitos ocorridos no período da Guerra, e que, de algum modo, marcaram a divisão do mundo em duas grandes esferas de atuação: de um lado, o mundo capitalistas; e, de outro, o socialista.

A principal razão que motivou a Segunda Guerra Mundial foi o expansionismo germânico, posto em prática por Adolf Hitler na elaboração do chamado “espaço vital”, ou melhor, um espaço que era dedicado ao desenvolvimento e expansão do povo alemão que, por intermédio do esforço, dominou e exterminou outros povos como os eslavos, por exemplo. A reconstrução desse espaço vital fez com que a Alemanha reorganizasse seu exército totalmente, até mesmo discordando das determinações do Tratado de Versalhes.

No final da Segunda Guerra Mundial, à proporção que os campos de concentração<sup>2</sup> nazistas eram abertos, havia toda uma encenação de horror presente por meio do espetáculo de morte que os campos abrangiam. Entretanto, isso podia pressupor que os seres humanos nunca diminuíram tanto e nem desdenharam dessa forma de sua condição humana, como naquelas condições de produção, circulação e reprodução do ódio nazista, que era disseminado pelo Aparelho Repressivo<sup>3</sup> do Estado Alemão.

As cenas de morte que aconteciam nos campos de concentração eram visíveis a muitas pessoas que estavam envolvidas com a violência. Logo, de acordo com Arendt (2010), havia quem relatasse que não sabia de nada do que se passava, lançando um véu de segredo sobre as ações dos nazistas realizadas nos campos de extermínio. Era muita gente envolvida, nesses campos, para que o pânico pudesse ser dominado e os nazistas conseguissem provocar a morte de tantas pessoas, tais como comunistas, judeus, homossexuais, negros, ciganos etc.

Arendt (2010) ressalta que os campos de concentração eram tidos como o lugar central da violência, um lugar sombrio, assustador. Simultaneamente, a autora critica o caso deste contexto não ter sido analisado até o presente momento. De acordo com a autora:

[...] Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos, e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial [...] Isso indica quanto a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto,

---

<sup>2</sup> Segundo Arendt (2010) os campos de concentração eram tidos como o lugar central da violência, um lugar sombrio, assustador.

<sup>3</sup> Esta noção será tratada mais adiante a partir de Althusser (1974).

negligenciadas; ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos (ARENDR, 2010, p.23).

É muito incômodo saber que os nazistas contavam com o apoio de grandes massas para cometerem as atrocidades com as pessoas, que, para eles, eram tidas como inferiores à raça ariana. Logo, os prisioneiros serviam de cobaia para experimentos, como a injeção de produtos químicos e venenosos. Os presos, ademais, eram obrigados a ficarem em quartos sem água e comida até não suportarem mais e vir a óbito. Outros prisioneiros eram vivissecados e operados sem anestesia. Entre outras formas de torturas desumanas e cruéis aplicadas pelos nazistas. O ódio que era disseminado aos judeus, negros, comunistas, homossexuais etc., fez com que os nazistas, de forma desumana, torturassem milhares de pessoas inocentes, a fim de que todo ser humano fosse destituído de sua condição humana.

Na próxima seção, vamos compreender a vida de Adolf Hitler e sua luta para chegar ao poder tão almejado.

### 3 A TRAJETÓRIA DA VIDA DE HITLER

Adolf Hitler nasceu em 20 de Abril de 1889, em Braunau, na Áustria. Cresceu em uma pequena localidade aos arredores de Linz, na província da Alta-Áustria, vizinho à fronteira alemã, na época um território integrante do Império Austro-Húngaro. Hitler era Filho de Alois Hitler, que era funcionário público, com razoável posto junto à organização alfandegária, e Klara Hitler, uma mulher que se dedicava exclusivamente a cuidar do marido e dos filhos.

De acordo com Bessel (2014), durante a infância, a família de Hitler percorreu diversas cidades, devido à disponibilidade do emprego de seu pai, até se estabelecerem na cidade de Linz, na Áustria. Em 1895, o pequeno Hitler inicia a sua vida acadêmica na escola da cidade vizinha de Fischlham. Logo após dois anos, frequenta o convento Beneditino de Lambach e se destaca entre os colegas.

Em 1900, conclui o primário e ingressa na escola secundária da cidade. O desejo de seu pai era prepará-lo para a carreira de oficial da alfândega imperial austríaca. Hitler, todavia, almejava outra carreira. Desde pequeno, seu interesse pela pintura era evidente, o que fez com que se afastasse do pai que não aceitava suas escolhas. Em 1903, Alois Hitler morre de tuberculose, deixando uma herança razoável para o filho. Dois anos após a morte de seu pai, Adolf Hitler, que na época estava com dezesseis anos, fica gravemente enfermo com tuberculose e se afasta da vida acadêmica. Afastado dos estudos, Hitler fica hospedado na casa de uma tia, e aproveita para conhecer a noite de Viena, onde passa a frequentar regularmente redutos culturais, como óperas e teatros.

De acordo com Bessel (2014), Hitler era tido como bom aluno, porém tinha uma tendência dispersiva, o que o tornou uma criança problemática. Essa característica se intensificou com diversas decepções no curso ginásial, após o falecimento do seu pai. Em setembro de 1907, pede transferência para Viena, na esperança de cursar a escola de Belas-Artes. Reprovado por dois anos consecutivos, é aconselhado pelo diretor da escola a prestar os exames para o curso de arquitetura, atitude esta que, em nenhum momento, tomaria.

O ano de 1909 se destaca por um rebaixamento na escola o que faz com que Hitler se torne cada vez mais uma pessoa problemática e revoltada. Desse modo, Diehl assevera que:

Tudo indica que até o início da I Guerra, Hitler fosse um ser politicamente não-ativo. Além de poucos contatos políticos, ele também fugira do serviço militar austríaco. Em 29 de dezembro de 1913, é procurado pelo governo de Viena como desertor. Em 1924, lembrando o fato, ele justifica sua fuga do serviço militar obrigatório em Linz como uma resistência à política dos Habsburgos [...] (DIEHL, 1996, p.56).

Adolf Hitler tem sua primeira experiência em guerra após o ingresso da Alemanha no conflito da I Guerra Mundial. Com isso, ele solicita admissão no exército da Baviera, estado alemão guerrilheiro. Hitler é incorporado ao exército alemão mesmo sendo austríaco. Pela primeira vez, ele é aceito pelo grupo e valorizado com a cruz de Ferro, de II Classe, e, no final da guerra, com a Cruz de Ferro de I Classe, em dezembro de 1914. Essas condecorações garantem cidadania de primeira classe na Alemanha a Hitler, o que lhe proporcionou respeito, legitimando suas pretensões. Esse foi seu primeiro passo na carreira política. Em 1919, logo após a derrota da I Guerra, Hitler volta para Munique, lugar onde iniciou suas atividades políticas, participando, do que seria, no futuro, o Partido Nacional-Socialista Alemão.

Seus primeiros discursos realizam-se nas cervejarias locais, na década de 1920 e, aos poucos, ele consegue atrair para si um número de pessoas cada vez maior por intermédio de seus inflamados atos, de seu temperamento explosivo e sua paixão pela oratória. Seus discursos decorriam aos gritos e gestos exagerados, o que se tornou a principal característica do futuro *Führer*.

Nesse sentido, Diehl (1996) menciona que:

Em janeiro de 1933, os nazistas contam com 23 deputados e formam o maior partido do Parlamento. No dia 18, o presidente Hinderburg obriga o general Von Schleider à renúncia, menos de dois meses depois de ele mesmo ter nomeado Schleider chanceler alemão. Em seu lugar entra Adolf Hitler [...] (DIEHL, 1996, p.61).

Com isso, Hitler se torna o líder do NSDAP (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães) e sua chegada ao poder é triunfante.

Na próxima seção, abordamos essa questão com profundidade.

### 3.1 ORIGEM DO PARTIDO NACIONAL SOCIALISTA DOS TRABALHARES ALEMÃES (NSDAP)

Nesse Tópico, abordamos a formação do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães.

Segundo Diehl (1996), nos séculos XVIII e XIX na Alemanha, tudo ocorre muito rápido. No período de mais ou menos um ano, os alemães passam pelas amarguras da derrota na I Guerra Mundial, cedem mesmo a contragosto o Tratado de Versalhes, e buscam reunir forças para construir um novo Estado, mesmo sem as feridas estarem cicatrizadas. Em 31 de julho de 1914, a Alemanha afirma oficialmente seu apoio à guerra e é apoiada pelo Partido Social Democrata. No parlamento, a votação a favor da guerra é unânime. O cidadão que está envolvido com o movimento nacionalista vê na guerra uma oportunidade para proteger seu país de inimigos estrangeiros.

Nesse sentido, Bessel (2014) menciona que, no ano de 1914, período da Primeira Guerra Mundial, tornam-se regulares campanhas para financiar a compra de armamento no país. De início, a população participa com entusiasmo, porém, por conta da crise que assolava o país, a moral alemã cai, e as contribuições também. Logo, a situação chega ao fim com manifestações ocorridas em 17 de junho, na cidade de Munique, e as greves aumentam cada vez mais.

Ainda de acordo com o autor, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) consegue sair do anonimato. Ainda nesse mesmo ano, planeja o golpe de Munique que, mais uma vez, não tem sucesso porque o exército combate os golpistas. Os líderes dos NSDAP são julgados e condenados a penas leves. É na prisão que Adolf Hitler escreve “Minha Luta”, livro que servirá mais tarde como manual de conduta a seus seguidores.

De acordo com Diehl (1996), a mobilização do povo era usada como componente decorativo e a massa realiza somente o papel de plateia não tendo direito à voz ativa na sociedade:

A grande massa não passa de uma obra da natureza. O pouco conhecimento que possui conduz as suas aspirações mais para o mundo dos sentimentos [...] (HITLER, 2001, p. 25).

Dessa maneira, Hitler, em seu livro, expõe seus objetivos para a reconstrução de um Estado alemão com autonomia; portanto “nenhum sacrifício é pesado demais” (DIEHL, 1996, p.44). A realidade passa a ser manobrada por Hitler que lidera a massa e se entrega totalmente ao regime totalitário. Dado o exposto, ele deposita a esperança nos jovens alemães que, segundo o Chanceler, são o futuro da nação. A maior parte da nação não consegue quebrar o laço de dominação e é levada a uma das mais aterrorizantes atrocidades da história.

Assim, com seu desempenho político, Hitler se destaca entre os alemães e, em 1933, é nomeado chanceler. Portanto, o presidente Hindenburg é quem o nomeia e lhe atribui poderes que se assemelham aos governos Parlamentaristas, a função de Primeiro Ministro. A partir desta nomeação, Hitler faz uma sucessão de prescrições, atribuindo mais autoridade e poderes aos nazistas, contando com a ajuda e colaboração do Parlamento. Depois da morte do presidente, dia 2 de agosto de 1934, Adolf Hitler agrega para si os dois cargos e todo o poder de governo existente na Alemanha. Por conseguinte, a partir desse momento histórico, instaura-se o terceiro *Reich*.

Segundo Bessel (2014), Adolf Hitler assumiu o poder como líder da Alemanha Nazista de 1934 a 1945; foi o responsável por iniciar a Segunda Guerra Mundial e instalar políticas fascistas. Ainda, de acordo com o autor, o fascismo foi um movimento ideológico autoritário que teve origem na Itália. Inicialmente, foi um regime político criado por Mussolini em 23 de março de 1919 e era formado por unidades de combate. O fascismo se instaurou por meio de uma reação contra o movimento democrático, que teve advento com a Revolução Francesa e, portanto, surgiu em oposição às concepções liberais e socialistas. O nazismo era visto como uma forma de fascismo, mas se caracterizou, sobretudo, pela guerra político-

ideológica em torno da raça ariana. A ligação entre estes dois regimes é justamente a sua popularidade no âmbito da classe operária.

Na sequência, ninguém poderá impedir Hitler (*Führer*) de dominar a Alemanha e consumir todos os seus propósitos. Mesmo sendo derrotado na eleição para presidente, em que Hindenburg foi o vencedor, Adolf Hitler torna-se o detentor supremo do poder na Alemanha. Com o total comando da Alemanha, Hitler dá todo poder ao movimento nazista liderado por ele.

Hitler era um rapaz muito inteligente e aborrecido. Desregrado desde a juventude, foi reprovado em duas ocasiões no exame de admissão à escola secundária de Lins. Foi a partir daí que despertou as ideias pangermânicas, instigadas pelas leituras que o seu professor Leopold Poetsch, um antisemita que lhe era querido e admirado, indicou-lhe.

De acordo com Pedro (1987), o nazismo e o fascismo estão presentes em várias partes do mundo, mostrando-se como pensamento mais retrógrado da direita. Abordar, de maneira geral, estas questões é importante porque contribuem para a instauração do movimento nazista organizado por Hitler e as implicações da “ideologia nazista” no âmbito do seu discurso. Esse é um passo importante porque nos ajuda a compreender a constituição inicial do *corpus* deste trabalho. Consta-se que, na Alemanha, há pouco tempo, o período nazista não era tratado nos livros escolares; acredita-se ser pela vergonha e dificuldade que os alemães carregavam para encarar esse pesado e culposos fardo; tal como pela omissão e resistência dos alemães em assumirem coletivamente a chacina como uma prática que atinge a todos.

Desse modo, podemos perceber, nesse breve histórico mostrado, que a abordagem histórica do acontecimento nazista é indispensável para ser interpretado, não como um trabalho de uma pessoa desestruturada e desumana, mas porque é necessário compreender a dimensão social como resultado de experiências e lutas contra uma crise que envolveu o mundo capitalista. Nesse mesmo rastro, é primordial compreender a profundidade específica que consegue atingir a Alemanha no lugar em que a crise irrompe e torna ativos diversos problemas que a acometiam durante muitos anos, bem como a tradição autoritária, o racismo e o nacionalismo exaltado.

Observamos no *corpus* deste trabalho, a presença de um discurso autoritário. A imagem de Adolf Hitler, como presidente autoritário e dominador, foi construída ideologicamente pelo grupo nazista que o reverenciava como um ser superior. Enfim, refletir sobre tal funcionamento discursivo, através da Análise do Discurso, implica pensar sobre um processo complexo de (des)construção de sentidos e perceber, ao mesmo tempo, um cenário determinado e organizado por intermédio da história e da ideologia.

Na próxima seção, discutimos quais os mecanismos de comunicação foram utilizados por Hitler.

### 3.2 MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS POR HITLER PARA CHEGAR AO POVO, E A ESCOLHA DO POVO DESEJADO

Neste ponto, aborda-se os métodos de comunicação utilizados por Hitler para chegar ao povo e sua concepção em relação à capacidade cognitiva da população. Analisa-se ademais, os mecanismos utilizados por ele para chegar ao tão sonhado poder, e as consequências sofridas pela nação alemã (não só) em razão de sua preferência por uma raça ariana pura. Para isso, ele vai contar com uma enorme contribuição dos meios de comunicação e suas próprias habilidades para sensibilizar e arrastar multidões em prol dos seus objetivos. Nesse sentido, Pêcheux (2012, p. 74) assevera que: “A propaganda não é mais um negócio militar: ela torna-se a preocupação número um de um Estado [...]”. Assim, podemos perceber que é por intermédio das propagandas políticas que há uma espécie de manipulação das massas. Por isso, os meios de comunicação eram fundamentais para o plano de governar a Alemanha à medida que era comum se utilizar programas de rádio e TV, o teatro, o cinema, a literatura, e eventos de grande porte para que se pudesse chegar ao povo (poder). Então, Hitler cria, em março de 1933, o Ministério da Propaganda e nomeia o doutor em Humanidade Joseph Goebbels para assumir o cargo. Por conseguinte, Hitler (2001) argumenta que:

Toda propaganda deve ser popular e estabelecer o seu nível espiritual de acordo com a capacidade de compreensão do mais ignorante dentre aqueles a quem ela pretende se dirigir. Assim, a sua elevação espiritual deverá ser mantida tanto mais baixa quanto maior for a massa humana que ela deverá abranger [...].

Nesta perspectiva, todas as interlocuções do nazismo são realizadas sempre com uma linguagem acessível ao grande público para que a mensagem possa chegar com clareza para todos os alemães.

Segundo Tchakhotine (1967, p. 350), no que se refere a esta massa que acolhe as palavras nazistas, “a propaganda hitlerista, sobretudo, não se limitava a apelar para os adultos, para os eleitores, mas também para os jovens dos dois sexos e mesmo para as crianças”. Dessa maneira, podemos compreender que a propaganda era importante para Hitler para poder atingir seus objetivos.

O mesmo autor resume ainda sobre o desempenho e utilidade da propaganda nazista:

[...] a propaganda de Hitler foi uma propaganda que perturbou o mundo e que era a pedra angular de sua ação e de seu sucesso, caracteriza-se principalmente por três elementos: renúncia às considerações morais, apelo à emotividade das massas pela utilização do primeiro impulso (combativo) como base e emprego de regras racionais [...] (TCHAKHOTINE, 1967, p. 373).

O que o autor assegura é que, na temática das propagandas, existia uma liberdade moral em que era disseminado, por exemplo, o antissemitismo, enquanto movimento ou ideologia política contrária aos judeus, conhecido por perseguição aos judeus. Toda estratégia de propaganda utilizada por Hitler tem origem em uma das expressões mais ilustres da história: *Heil Hitler!*, (“Salve Hitler”) que combina endeusamento e clamor e torna-se a bandeira verbal do Nazismo.

Hitler, não só conhecia, mas também menosprezava a capacidade de todos e, para ele, “as massas são lentas, sempre exigem certo tempo para ficarem prontas para perceber algo, e é somente depois que as ideias mais simples são repetidas milhares de vezes que as massas vão ser capazes de as apreender” (HITLER, 1943, p. 114).

Hitler constantemente utilizava termos que menosprezava o povo como: “grossos, mentalmente prejudicados, burros”. Tais expressões eram usadas para se dirigir ao povo alemão em seus textos orais e escritos (HITLER, 2000, p. 23). Hitler não ocultou do povo seu desprezo. Em uma plateia de 200.000 berlinenses, em 1926, chegou até a dizer, quando estava discursando: “[...] amplas massas são cegas e estúpidas e não sabem o que estão fazendo. Suas atitudes são primitivas”

(KERSHAW, 1998, p. 287). Ao falar isso, a multidão de jovens o aplaudiu calorosamente.

Segundo Hitler, a propaganda no período da II Guerra Mundial serviu de exemplo inexecedível diante dos efeitos negativos, em virtude da falta absoluta de raciocínio coerente da população. (HITLER, 2001, p. 101).

Nessa perspectiva, Pedro (1987), menciona que:

[...] Para o homem comum que vivia na Alemanha no segundo semestre de 1944, seu país estava perdido. Era preciso buscar a paz. Para a liderança nazista acontecia exatamente o contrário. Pelo menos em alguns momentos, Goebbels, o todo-poderoso criador da propaganda moderna, tentara debelar essa mentalidade “derrotista”. A Alemanha tinha possibilidade de erguer-se novamente diziam os jornais. Tudo isso seria passageiro e o Führer tiraria a Alemanha do desastre. Era só ter fé e esperança e acima de tudo muita coragem e vontade de lutar contra os aliados [...] (PEDRO, 1987, p. 46).

O desprezo que Adolf Hitler demonstrava ter com seu povo é o que orienta sua oratória. De acordo com ele, a melhor estratégia de propaganda não vai alcançar bons resultados se não houver em mente uma razão para se dar atenção. À vista disso, é imprescindível que a propaganda se restrinja a poucos pontos que serão repetidos várias vezes. Ademais, de acordo com Hitler:

[...] a receptividade das massas é muito limitada; sua inteligência é pequena, mas seu poder de esquecer é enorme. Por conseguinte, toda propaganda eficaz deve utilizar alguns *slogans*, repetidos inúmeras vezes até que o último membro do público entenda o que você quer que ele entenda com seu *slogan* [...] (HITLER, 2001, p.233).

Efetivamente, foram limitados os pontos focados por Hitler nas mídias, tais como: a má situação da economia na Alemanha, o acordo de Versalhes, “corrupto e covarde”, os “criminosos de novembro que esfaquearam a Alemanha pelas costas em 1918”.

Da mesma forma, Hitler (2001), pela qualidade e peculiaridades em sua voz, teve habilidade para usá-la e bom êxito em seus objetivos. Portanto, não se pode negar que ele conseguiu tudo que queria com a aprovação total da população. Logo, a relevância que é outorgada à eloquência de Hitler, sua aceitação e acolhimento, comprovam a persuasão do seu discurso nas propagandas.

Todavia, a competência de Hitler não se limita à composição de seu discurso. É importante salientar que a estratégia discursiva utilizada por ele foi bem sucedida não somente pelo domínio das palavras e carisma com que se dirigia à população, mas também pelo momento que chegou à Alemanha, um período em que ela estava humilhada e desorganizada com a Primeira Guerra Mundial, pois, nesse período, a população desejava sair do fracasso econômico e do constrangimento.

O momento vivenciado pelos alemães, após o Tratado de Versalhes, é vergonhoso. O que o povo mais deseja nesse momento era uma pessoa capaz e disposta a erguer o país derrotado em ampla extensão territorial e economicamente. O povo alemão estava inconsolado e com a autoestima baixa devido à humilhação e derrota da Grande Guerra. Por isso, depositaram toda sua confiança em Hitler que seria a “salvação” para toda população naquele momento crítico vivido no país.

De acordo com Hitler, a política de purificação da raça ariana era compreendida como uma classe pura e primogênita no que se referia às demais. Logo, o ariano era o modelo de uma nação a ser seguida, tida como sustentáculo da humanidade, pois “dele provém os alicerces e os muros de todas as criações humanas [...] fundador exclusivo de uma humanidade superior” (HITLER, 2001, p. 215). Perante as questões de superioridade da raça ariana, Hitler menciona que sua descendência é a salvação e purificação de toda Alemanha. Ele ainda especifica que essa raça tem que ser purificada por ser superior às demais. Com isso, outras nações tidas como impuras são expulsas da Alemanha por não fazerem parte da comunidade escolhida por ele: os “arianos”.

Para Hitler, era necessário desterrar os judeus, pois eram culpados pela crise que assolava a Alemanha. Além disso, eles eram considerados uma raça inferior. O excessivo empenho do governo Nazista apresenta-se nessa perspectiva. Para isso, foi criado um campo de concentração, onde os judeus seriam usados em experiências laboratoriais. A vista disso, Adolf Hitler conseguiu invalidar a liberdade e os direitos civis e políticos dos judeus que, por sua vez, perderiam o direito de serem reconhecidos como cidadãos alemães. Para o ditador, o povo que não pertencia à raça ariana era visto como pobres inúteis e estúpidos.

De acordo com Hitler (2001), o judeu é o povo que está mais distante da raça ariana e, por conseguinte, o ódio que era depositado nos judeus era explicitado de

diversas maneiras. O que se sabe, de fato, é que o desejo pela destruição da nação judaica, particularmente a que está localizada no território alemão, é tão prioridade do governo quanto a reconstrução da Alemanha.

A imolação do povo judeu exterminava também, naquele período, inúmeras famílias e as tornava prisioneiras, sujeitas à violência e torturas, levando-as a passar por situações constrangedoras e desumanas. Para o Hitler, os comunistas, os poloneses e os judeus eram considerados as piores criaturas do mundo. Logo, persuadir o povo a lutar para combater diversos inimigos ao mesmo tempo era contraditório, visto que a população podia se perguntar o porquê das outras nações estarem erradas e o movimento liderado por ele ser o único correto.

Segundo Pedro (1987), Hitler, ao se referir ao povo menosprezava os que não fizessem parte dos arianos. Conforme o autor:

Os poloneses nasceram especialmente para o trabalho pesado... Não é preciso pensar em melhorias para eles... os poloneses são preguiçosos e é necessário usar a força para obrigá-los a trabalhar... somos uma raça superior e devemos governar com dureza... Arrancarei do país tudo o que puder. Os eslavos terão que trabalhar para nós... se não precisarmos deles, que morram... Deve-se fechar as escolas, as instituições de educação a fim de impedir o desenvolvimento da nova classe culta... toda pessoa instruída é um futuro inimigo... Os poloneses serão escravos do grande Reich alemão [...] (PEDRO, 1987, p. 15 -16).

As projeções imaginárias que Hitler fazia de seu povo eram cruéis: ele usava metáforas para se referir aos judeus, aos poloneses etc., povos que, para ele, eram tidos como impuros, “vírus, parasitas e bactérias”. A ideologia nazista foi fundamentada numa concepção imaginária de que a Alemanha era uma estrutura infectada por uma grave doença, fazendo referência, sobretudo aos judeus, que seriam os responsáveis pela morte da nação inteira.

Para que a raça ariana fosse purificada, Hitler estimulava também a aniquilação de outros povos que não se inseriam no perfil do ariano ou que não tinham sua genética. Assim como judeus, comunistas, homossexuais e ciganos também foram desterrados e, em muitas situações, mortos pelos nazistas. Apesar de não existir na Alemanha leis que proibissem a opção sexual, o sistema utilizado por Hitler era cruel.

É importante enfatizar que, independentemente de raça ou religião, os que não fizessem parte do perfil do ariano estavam sujeitos à aniquilação. De forma simplificada, Hitler (2000, p. 230) manifesta muito bem a sua própria doutrina: “todo o que, no mundo, não é raça boa é joio”. Em outras palavras, pode-se perceber que Hitler assegura que tudo o que não fizesse parte da raça ariana era rejeitado.

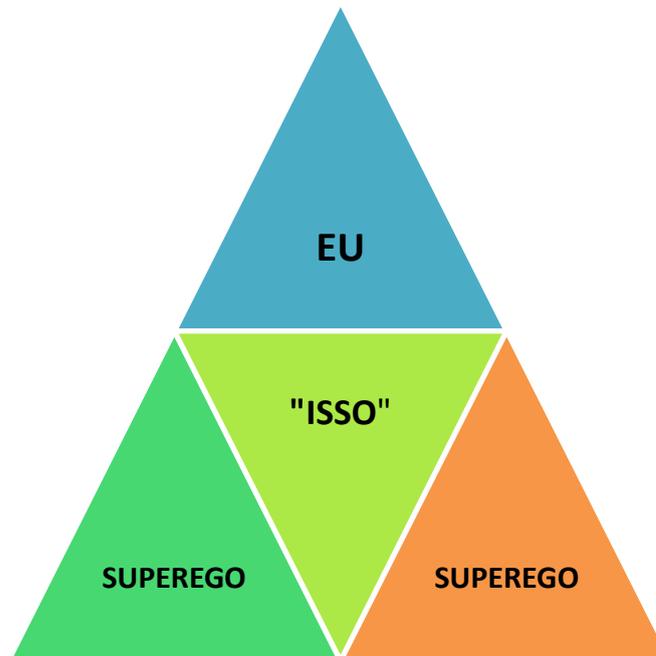
A seguir, discutimos o regime nazista.

### 3.3 O NAZISMO E A NATUREZA DO DISCURSO AUTORITÁRIO

Neste tópico, pretendemos mostrar o contexto histórico do período nazista, em que Hitler, com seu discurso autoritário, em que se produz um efeito de ódio e violência. Mostraremos, ademais, a forma de violência praticada por grupos que se intitulam neonazistas e como essa violência estava associada ao mal. Décadas após serem abertos os campos de concentração, estes grupos buscavam renovar o modelo ariano. Nessa situação, entendemos que a violência é exercida sempre em contraposição ao outro, representado como real ou figurativo e visto como inimigo nos discursos oficiais. O outro que, mesmo não tendo relevância política ou que já tenha sido exilado ou desaparecido, continua sendo um perigo iminente.

No período nazista, pode ser observado o seguinte triângulo, a partir de Kershaw (1993): o “Eu”, que representa o partido ou o próprio Hitler (*Führer*), que todos desejam seguir; o “Superego”, que são os inimigos do Estado representados pelos judeus, homossexuais, ciganos, comunistas e testemunhas de Jeová; e o “Isso”, que é a raça ariana, que precisa de uma limpeza, como o próprio Hitler menciona. Observemos o esquema a seguir:

**Figura 1** – Esquema de relação nazista.



Fonte: Elaborado pela autora.

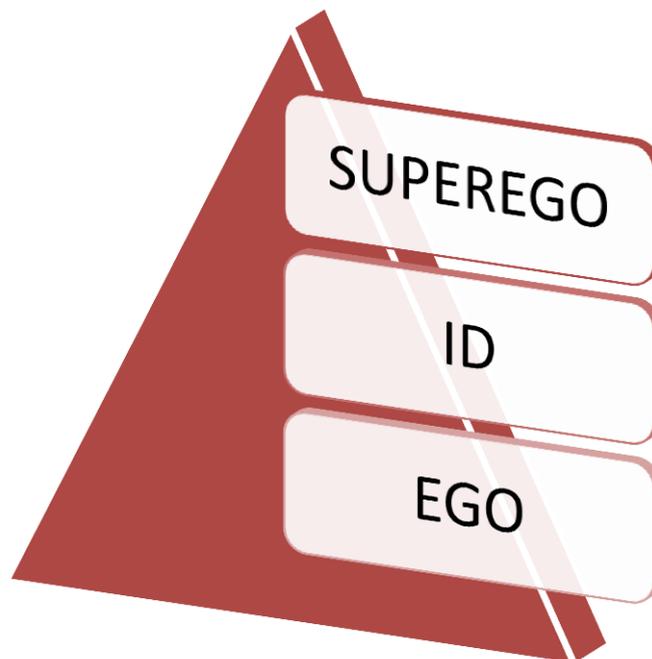
Segundo Freud (1976), a estrutura mental se divide em três camadas definidas como id, ego e superego. O id é considerado o reino do princípio de prazer; é o inconsciente. Com a intervenção do meio externo, uma parte do id, a que está habilitada a compreensão, e proteção contra os estímulos, sofre mudanças e transforma-se no ego; ele é a camada intermediária entre o id e o mundo externo, a consciência. De acordo com Freud, trata-se da “divisão do psíquico em o que é inconsciente e o que é consciente constitui a premissa fundamental da psicanálise” (FREUD, 1976, p. 25). O ego é o que representa o mundo externo para o id, e tem por obrigação defendê-lo. Por isso, o ego remove o princípio de prazer do controle e apresenta o princípio de realidade que garante maior proteção e êxito. Os processos do ego são denominados de processo secundários, e os do id de primários.

Nesse jogo, conforme o autor, o superego representa o aspecto moral da personalidade do indivíduo, bem como é responsável por “domar” o Id, ou melhor, tem o papel de restringir os instintos primitivos com base nos valores morais e culturais. Dito de outro modo, o superego atua como parte da estrutura da personalidade cultural do indivíduo, desempenhando a construção dos valores sociais que foram absorvidos pela pessoa ao longo da vida e que agem como reguladores dos instintos, por assim dizer, mais “animalescos”.

Sendo assim, é a mando do superego que o ego executa as repressões e limitações externas. O ego enfrenta uma batalha de duas frentes, externa e interna, portanto “[...] o ego é aquela parte do id que foi modificada pela influência direta do mundo externo [...] o ego procura aplicar a influência do mundo externo ao id e as tendências deste esforçar-se por substituir o princípio de prazer, que reina irrestritamente no id [...]” (FREUD, 1976, p. 39).

De acordo com Freud, a relação entre o superego, o id e o ego podem ser representadas no gráfico a seguir:

**Figura 2** – Esquema do Inconsciente para Freud.



Fonte: Elaborado pela autora.

A perversão e a violência manifestadas pelo nazismo, seja em agressão aos judeus, homossexuais, negros, seja na dispersão do ódio através de artigos, cartazes e propagandas, soavam como uma maneira de manifestar sua ideologia e demandaram, nos últimos tempos, um imenso trabalho das autoridades em situações de investigações. Mesmo que alguns casos de ataques tenham sido evidenciados com ênfase, muitos desses crimes estão relacionados com crimes de ódio homofóbico e raciais, sendo caracterizados como injúria, ferimentos ou assassinato.

Nesse sentido, Freud (1996) menciona que é importante mostrar o comportamento perverso desses grupos, não apenas nos quadros patológicos, mas expandir a todas as pessoas, mostrando com clareza as atitudes perversas utilizadas por grupos nazistas. Para o perverso, só existe a sua própria lei:

[...] O perverso fará intervir a lei do seu desejo, ou seja, como única lei do desejo que ele reconhece, e não como um desejo que estaria fundado na lei do desejo do outro, que é, inauguralmente, a lei do pai. É sempre deste ponto de vista que se deve compreender que o pai “faz a lei” para a mãe e a criança. Permanentemente, o perverso esforçar-se-á para então desafiar essa lei do pai, com tudo aquilo que ela impõe enquanto falta a simbolizar (castração). Desafiando esta lei, ele recusa, em definitivo, que a lei do seu desejo seja submetida a lei do desejo do outro. O perverso põe, então, em ação duas opções: de um lado, a predominância da lei do seu desejo como única lei possível do desejo; por outro lado, o desconhecimento da lei do desejo do outro como a que viria mediar o desejo de cada um. Todo gozo perverso se constitui nesse espaço entre os dois [...] (DOR, 1991, p.48).

Conforme podemos compreender a partir do que é posto acima, considerar o ódio explícito nestes atos é uma provocação, na visão antropológica, pois esta era a concepção de inimigo que os nazistas sustentavam: uma raça inferior, com a qual não se dividia nem mesmo a condição humana, e que deveria ser aniquilada. Para encaixar o judeu e o negro, por exemplo, em um painel (uma posição) que os particulariza desta maneira, os neonazistas se apoiavam em um universo figurado: em suas histórias, renovam formas de políticos totalitários num encadeamento discursivo que investiga a estupidez e o mau caráter dos seus inimigos e objetiva incorporá-los em um cenário definido por enganador e relacionado à noite, às trevas e à aflição.

Os judeus, de acordo com tais grupos, são os falsificadores da história e teriam transformado, conforme aspiravam os nazistas, heróis em assassinos. Já os negros, por conseguinte, assiduamente mostrados como inúteis para os judeus, são tidos como inferiores, vistos como animais primatas que não evoluem, e são disseminadores do mal. Dessa maneira, os neonazistas permitem odiar e mostrar seu ódio através de uma organização racional formada. Sua classe não aspira à elaboração de um projeto humano, mas tem um propósito violento, preconceituoso e individual à medida que as ideias são distorcidas pela punição de seus companheiros que partilham as mesmas ideologias.

Cada neonazista trabalha para o outro como alguém que legitima sua percepção, como sobreviver a uma forma de violência, pela manifestação da violência (TAUSSIG, 1993). Assim, fantasiam inimigos resistentes, movendo tramas absurdas. Diante disso, o autor se concentrou em pequenos grupos urbanos neonazistas e grandes líderes como Tom Metzger, um rebelde líder da Resistência Ariana Branca e Richard Butler, dirigente do movimento Identidade Cristã, que estavam sempre dispostos a informar que somente os brancos de origem europeia são criações divinas, que os negros e os judeus são descendentes da união de Eva com os animais.

Abordamos a seguir, as formas de violência nos campos de concentração para melhor contextualizar o *corpus* do trabalho.

#### 3.4 TIRANIA E VIOLÊNCIA: ABUSO DO PODER NOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO

Nesta discussão, analisa-se a forma desumana como era tratado o povo que era considerado inferior para o ditador Adolf Hitler. Em termos gerais, o ser humano era tido como animal e humilhado de forma cruel.

Segundo Levi (1990), os campos de concentração nazistas foram utilizados pelo regime nazista para encarcerar milhares de pessoas nas décadas de 30 e 40. Existiam mais ou menos 20 mil campos de concentração que foram usados, no período de 1933 a 1945, na Alemanha, e em outros 12 países que estavam sobre o poder dela e tinham sido dominados pelos grupos nazistas antes do período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

De início, os campos eram utilizados para receber os presos políticos, tais como socialistas e comunistas. O primeiro campo de concentração a ser construído foi Dachau, em 1933, próximo da cidade de Munique. No decorrer da guerra, no entanto, foi ampliado o número de campos de concentração e cada um exercia uma atividade peculiar. Eles estavam localizados na Polônia, França, Áustria, Bielorrússia, Países Baixos, Croácia, Estônia, Noruega, República Tcheca, Ucrânia e

Itália. Existiam três tipos de campos de concentração: extermínio, trânsito e trabalho forçado. Nesse sentido, Levi (1990) caracteriza os campos como:

- **Trânsito:** esses campos serviam para aglomerar um grande número de prisioneiros que, normalmente, eram judeus. Logo em seguida, eram transportados para os campos de extermínio. Havia em maior número nos países que eram ocupados pelos grupos nazistas, tais como: Drancy, na França, e Theresienstadt, na República Tcheca.
- **Trabalho forçado:** nesses campos, os prisioneiros já eram obrigados a trabalhar sem momento para descanso e recebiam o mínimo para poder sobreviver. São exemplos os campos de Bor, na Sérvia, e Plazów, na Polônia.
- **Extermínio:** nesses campos, os prisioneiros eram diretamente encaminhados para a morte, através de câmaras de gás. Somente um pequeno número de pessoas conseguia sobreviver e trabalhar. Tais como: Sobibor e Treblinka, na Polônia. Isso não indicava que um campo onde havia trabalho forçado não poderia ser de extermínio e vice-versa. Em todos os campos, até mesmo nos de trânsito, o número de mortalidade era alto devido às péssimas condições de infraestrutura.

Nessa perspectiva, Levi (1990) ainda enfatiza que os campos de extermínio foram criados com o intuito de dizimar fisicamente o povo judeu. Esta definição era chamada pelos nazistas de solução final e foi apossada na Conferência de Wannsee, em 20 de janeiro de 1942. Isso não significa que os judeus não estavam sendo exterminados antes, porém, a partir desta data, a aniquilação foi legalizada dentro do Terceiro Reich e elevada à escala industrial. Logo após Dachau, que funcionou no período de 12 anos, foram abertos mais seis campos que tinham o intuito de extermínio em massa: Chelmno, Auschwitz-Bikernau, Belzec, Majdanek, Sobibor e Treblinka. Todos esses estavam localizados na Polônia.

A elaboração do primeiro projeto que tinha como principal tarefa o assassinato em massa se deu no campo de extermínio Chelmno em 1941. No ano seguinte, os demais campos já estavam funcionando. As mortes aconteciam, ademais, pelos trabalhos forçados a que os prisioneiros eram submetidos, assim como por: frio,

fome, doenças e torturas. A suposição é de que haviam morrido mais ou menos 11 milhões de pessoas nos campos de concentração nazistas.

A seleção dos prisioneiros se dava da seguinte forma: as mulheres e crianças judias que chegavam a Auschwitz ficavam separadas dos homens. De modo geral, estes prisioneiros eram pessoas exiladas dos territórios europeus ocupados por grupos nazistas. Havia, no entanto, Testemunhas de Jeová, homossexuais, ciganos, comunistas, prisioneiros soviéticos, padres católicos, pastores protestantes etc.

De acordo com Arendt (1993), independente da origem, os prisioneiros que chegavam aos campos de concentração eram selecionados cuidadosamente logo que eram desembarcados dos trens de carga. Os prisioneiros, ao saírem do trem, deixavam os pertences na plataforma ferroviária. Os que demonstravam ser mais fortes e com saúde eram reservados e mandados em caminhões para os barracões onde teriam que realizar trabalhos forçados nas fábricas. Já, os idosos, crianças e mulheres eram postos em outros caminhões e levados diretamente para às câmaras de gás. Ali esses prisioneiros eram colocados num vestuário e despidos de suas vestes, em seguida, dirigidos para as câmaras de gás, onde morriam asfixiados.

A coleta dos pertences dos prisioneiros que iriam para as câmaras de gás e a condução dos mesmos era feita por outros prisioneiros que se destacavam dos demais e estes eram tidos como *Sonderkommando*, ou melhor, comando especial. O *Sonderkommando* foi usado nos campos de extermínio de Belzec, Chelmno, Auschwitz, Treblinka, Birkenau, Sobibor, sendo responsáveis também por fazer a guarda nos grupos judeus. Esses grupos eram formados por judeus que aparentavam ter boa saúde e a quem cabia o trato com os demais prisioneiros desde a chegada aos campos até o momento de serem levados às câmaras de gás. Logo após serem assassinados, os prisioneiros tiravam os dentes de ouro dos cadáveres, cortava os cabelos e deslocava os corpos para os fornos crematórios. Esse trabalho era realizado sob a supervisão dos nazistas e os *sonderkommando* eram obrigados a mentir a respeito do seu paradeiro. Os prisioneiros que não obedeciam às ordens também eram eliminados.

Os destacamentos usufruíam de algumas regalias, tais como: podiam ter contato com suas famílias e terem uma alimentação melhor. Entretanto, muitos faziam essas atividades sob o efeito de drogas. Do mesmo modo, eram trocados

constantemente e seu destino era o mesmo de suas vítimas. Muitos campos de extermínio foram criados e se transformaram em sinônimo de horror e vergonha. Podemos mencionar Sobibor, na Polônia, e Buchenwald, na Alemanha, entre muitos outros. Todavia, dois campos ficaram, sobretudo, gravados na memória coletiva por causa das atrocidades que eram cometidas: Dachau e Auschwitz.

O campo de Dachau, localizado na Alemanha, foi o primeiro campo de concentração localizado em Dachau em 22 de março de 1933. O segundo diretor desse campo foi o comandante Theodor Eicke, que durou de (1899-1945) e ergueu o local a modelo e tratamento de prisioneiros. Era de sua responsabilidade administrar o complexo sistema de campos de concentração nazistas no período da Segunda Guerra Mundial. Esse local ficou conhecido não apenas por ser o destino de milhares de vítimas da guerra, porém por conta dos experimentos cruéis realizados com os seres humanos.

De acordo com Arendt (1993), os experimentos realizados nos campos de concentração foram uma das principais crueldades realizadas por grupos nazistas. No campo de concentração de Dachau, os presos eram obrigados a entrar nas câmaras de pressão, obrigados a beber água salgada para que se pudesse estudar a potabilidade da água ou congelamentos para análise da hipotermia. Ali foi também realizado experimento usando os presos para o desenvolvimento de vacinas contra a malária e a tuberculose. Já, o campo de Auschwitz, na entrada tinha a seguinte inscrição no portão de entrada: 'O trabalho liberta'. Auschwitz foi o maior e um dos mais conhecidos campo de concentração. Foi nesse campo que mais ou menos 1,1 milhão de pessoas foram assassinadas.

Um aspecto interessante observado no campo de Auschwitz é que os prisioneiros tinham um número de série tatuado em seus braços. Mesmo tendo sido o campo onde se assassinou muita gente, foi também o lugar onde houve um grande número de sobreviventes. Nesse sentido, podemos perceber que existia uma diferença entre o que foi vivido nos campos de extermínio e nos campos de concentração. É o que constata Primo Levi (1990) na sua chegada em Auschwitz:

[...] Os recém chegados no *Lager* (...) esperavam encontrar um mundo terrível mas decifrável, de acordo com aquele modelo simples que atavicamente trazemos conosco, "nós" dentro e inimigo fora, separados por um limite nítido, geográfico. Ao contrário, o ingresso

no *Lager* constituía um choque em razão da surpresa que implicava. O mundo no qual se precipitava era decerto terrível, mas também indecifrável: não era conforme a nenhum modelo, o inimigo estava ao redor mas também dentro, o “nós” perdia seus limites, os contendores não eram dois, não se distinguia uma fronteira mas muitas e confusas, talvez inúmeras, separando cada um do outro. Entrava-se esperando pelo menos a solidariedade dos companheiros de desventura, mas os aliados esperados, salvo casos especiais, não existiam; existiam, ao contrário mil mônadas impermeáveis e, entre elas, uma luta desesperada, oculta e contínua. Esta revelação brusca, que se manifestava desde as primeiras horas de cativo, muitas vezes sob a forma imediata de uma agressão concêntrica por parte daqueles em que se esperava encontrar os futuros aliados, era tão dura que logo derrubava a capacidade de resistir. Para muitos foi mortal, indiretamente ou até diretamente: é difícil defender-se de um golpe para o qual não se está preparado [...] (LEVI, 1990, p.18).

O trecho citado por Levi é esclarecedor, quando especifica que Auschwitz é o mais assustador dos campos de concentração porque havia a destruição da fronteira existente entre as vítimas e os agressores, à medida que o “nós” perdia seus limites. O prisioneiro era tido como o próprio inimigo e, em outros casos, o “prisioneiro-funcionário” Kapos<sup>4</sup>, em vez de ajudá-lo a descobrir os difíceis caminhos do campo de concentração, recebia com ignorância, gritando ofensas e golpeando “Não há prisioneiro que não recorde, e que não recorde seu espanto de então: as primeiras ameaças, os primeiros insultos, os primeiros golpes não vinham dos SS, mas de outros prisioneiros, de ‘colegas’, daqueles misteriosos personagens que também vestiam o uniforme de listras” (LEVI, 1990, p. 7).

A classe heterogênea, dos prisioneiros-funcionários, institui a característica mais angustiante dos campos de concentração. É particularmente dela que a fronteira entre o “nós” e “eles” se dilui, formando, o que Levi (1990) qualifica de *zona cinzenta*. Esta possui as fronteiras muito mal estabelecidas, diluídas, deixando o prisioneiro em uma situação de desamparo quase absoluto, em um mundo indecifrável, em que a realidade é impossível de ser conquistada ou compreendida.

A finalidade dos campos de concentração era o extermínio, que tinha como intuito a implantação de uma solução para o holocausto dos judeus. Essa expressão foi utilizada por historiadores americanos para denominar o assassinato em massa

---

<sup>4</sup> Os *Kapos* eram grupos formados por criminosos comuns, prisioneiros políticos, prisioneiros moralmente debilitados, egressos de prisões, e “mais tarde até judeus, que viam na migalha da autoridade que se lhes oferecia o único modo de escapar da solução final” (LEVI, 1990, p. 24).

sofrido pelos judeus. Refere-se a um termo controverso, uma vez que holocausto diz respeito ao sacrifício a Deus. A violência nos campos de concentração é provavelmente menos constatada no campo da Literatura do que no campo da História.

Além do mais, no primeiro caso, apresenta-se uma linguagem agradável, mais reconhecida através de metáforas e de sua apropriação à consciência trágica que lhe é afilante. Por isso, o campo literário possibilita unir leitores da experiência do narrado. Já, no segundo caso, os cientistas e demais historiadores encontram obstáculos para designar o acontecimento, bloqueio que acontece no momento de conferir-lhe significado. Isto porque estamos cientes de que a “história constitui-se na diferença entre intenção e resultado das ações humanas” (RÜSEN, 1997, p. 127).

Em relação às intenções, a historiografia indica algumas respostas como: a desumanidade dos prisioneiros que treinavam as pessoas para cometerem atrocidades e violências com as demais, era a ideologia da limpeza da raça. Muitos dos sobreviventes testemunham as atrocidades que eram cometidas com a população e exigem uma atitude política, mas muitos não querem acreditar no que aconteceu nos campos de concentração.

Além do mais, a História tem como encargo organizar memórias passadas defrontando com memórias que insistem em continuar vivas, principalmente em comunidades judaicas. Obstinação que se atribui, de acordo com Seixas, “uma dimensão ética e política, pois este passado deve nos deixar alerta sobre sistemas novos, e no entanto, análogos” (SEIXAS, 2000, p. 77).

É importante mencionar que o que aconteceu nos campos de concentração ficou denominado como:

- **Holocausto:** como ficou conhecido inicialmente, é um período obscuro, em que as pessoas eram sacrificadas, relacionado aos sacrifícios dos animais que eram oferecidos aos deuses, logo após um ato natural oferecido ao Sagrado. Nesse momento, nem a religião nem qualquer condição de liberdade se fizeram presentes por parte das vítimas além dos executores.

- **Shoah:** palavras de origem bíblica, quer dizer supressão, destruição, aniquilamento, referindo-se a castigo. Essa denominação só é aplicada porque as vítimas não estão presas porque cometeram crimes e, mesmo que isso tivesse acontecido, a execução não seria uma ordem divina. Como assevera Primo Levi: “[...] Nós, afinal de contas, provamos também uma certa co-responsabilidade humana, pois Auschwitz era uma obra de homens, e nós somos homens [...]” (LEVI, 1998, p. 216).

Hannah Arendt denominou de “inferno” as torturas que eram impostas aos seres humanos nos campos de concentração (ARENDR, 1993, p. 70). O inferno, como foi mencionado pela cosmovisão judaica, era uma época medieval, um lugar de sofrimento eterno. O sofrimento era tão insuportável que as vítimas não aguentavam e acabavam morrendo. O mesmo ocorria com os prisioneiros dos campos de concentração. Em Auschwitz, não chegou ninguém que tivesse poderes celestiais que mandasse castigar o povo. Foram os seres humanos, muitos fazendo parte da mesma classe social daquelas vítimas.

Ainda, conforme a autora, o crime é o termo mais adequado para utilizarmos, se considerarmos a responsabilidade que o cidadão tem sobre o que aconteceu e precisa prestar conta perante a lei. Porém, deveríamos compreender como crime as ações de ciganos e judeus, quando organizavam as filas das pessoas que tinham que entrar nas câmaras de gás? Ou é considerado crime quem entrou em uma loja no período de frio e roubou um casaco para se agasalhar? Ou alguém que roubou um pão porque estava com fome?

Historicamente, a tortura foi uma forma “justa” para obrigar uma pessoa a contar a verdade, estabelecendo uma forma de repressão de movimento profano (PETERS, 1985). A tortura mostra uma grande parte dos fatos acontecidos, se por tortura compreendemos que esta:

[...] busca, à custa do sofrimento corporal insuportável, introduzir uma cunha que leve à cisão entre o corpo e a mente. E mais do que isto: ela procura, a todo o tempo, semear a discórdia e a guerra entre o corpo e a mente. Através da tortura, o corpo torna-se nosso inimigo e nos persegue (...) da mais íntima espessura da própria carne, se levanta uma voz que nos nega, na medida em que pretende arrancar

de nós um discurso do qual temos horror, já que é a negação de nossa liberdade [...] (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 281-282).

Da mesma forma, esse foi o destino dos judeus e muitos juntaram, como menciona Levi (1998), suas almas e tiveram seus desejos fuzilados. Porém, nos campos de concentração, ninguém reivindicava que os prisioneiros se expressassem; a eles era negado o direito de falar, e deveriam aguentar o sofrimento calados. Em um de seus últimos escritos, Michel Foucault (1999) se refere a uma guerra de raças, produto da centralização da ideologia racista em poder do estado. No entanto, qual a guerra que faz com que os batalhadores busquem pagar os resultados de sua conquista?

Segundo Hannah Arendt (2010), os campos de concentração foram considerados verdadeiros laboratórios que serviam como um experimento:

Os campos são um Laboratório vivo que revelam que tudo é possível, que os humanos podem criar e habitar um mundo onde as distinções entre vida e morte, verdade e falsidade, aparência e realidade, corpo e alma, e até vítima e algoz são constantemente confundidas (...) os campos apresentam, primeiro, a morte jurídica; depois a destruição moral e finalmente que a individualidade do ser tem de ser esmagada [...] (ARENDR, 2010, p. 65).

Todas as formas de denominação, por mais concretas que sejam, não conseguem explicar o conjunto daquele experimento. A peculiaridade daquele violento ato, mostrado por autores, parece-nos sem progresso. Portanto, mais do que escravizar, torturar, e exterminá-los da terra, os prisioneiros eram usados como experimentos para que fossem transformados em insetos de qualquer espécie.

No próximo capítulo, tratamos de alguns dos fundamentos teóricos da Análise do discurso para melhor compreender o funcionamento do *corpus* a partir das análises.

#### 4 PERCURSO TEÓRICO DA AD

A Análise do Discurso francesa (doravante AD) originou-se na França, no final dos anos 60, século XX. Seu enfoque é o estudo do discurso articulado ao contexto sócio-histórico e ideológico. Dois nomes se destacam na fundação desta disciplina de interpretação: por um lado, Jean Dubois, linguista e lexicólogo, cujos estudos estavam envolvidos com a Linguística da época; e, por outro lado, Michel Pêcheux, um filósofo, envolvido com os debates sobre o marxismo, a psicanálise e a epistemologia, e que se destacou como o teórico mais representativo da AD ao definir os seus princípios norteadores. De acordo com Mussalim e Bentes (2001), Dubois e Pêcheux tinham preocupações distintas referentes aos estudos linguísticos, porém o espaço do marxismo e o da política os inquietava. As concepções sobre a luta de classe, a história e os movimentos sociais eram os aspectos em comum entre esses dois pensadores.

Na perspectiva teórica da Análise do Discurso francesa, há uma articulação entre a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Para uma melhor compreensão de tal relação, tomamos como base o seguinte quadro teórico-epistemológico:

Ele reside, a nosso ver, na articulação de três regiões do conhecimento científico: 1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2. A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). (PÊCHEUX & FUCHS, 1997 [1975], p. 163-164).

Conforme observado neste quadro epistemológico, é notório que o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso, atravessados pela psicanálise, são fundamentais para a AD, pois, através do materialismo histórico, compreende-se a relação do discurso com as formações e transformações sociais, fatores que acarretam a interpelação ou assujeitamento do sujeito, ou seja, o sujeito ideológico. A linguística possibilita a compreensão dos processos de enunciação. A teoria do discurso instaura um objeto novo (o discurso) e determina que as palavras significam através da historicidade, uma vez que as condições em que o discurso foi

produzido são significativas. O atravessamento da teoria psicanalítica estabelece uma “teoria da subjetividade”, visto que o sujeito, constituído também pelo inconsciente, não tem controle sobre o seu dizer e precisa esquecer o que foi dito antes para que isto signifique em seu dizer. Sendo assim, há um processo de “dissimulação” do sujeito para si próprio em que as condições de produção do discurso são esquecidas, para que, assim, as palavras ganhem significância em “seu dizer”.

Os movimentos que aconteceram em maio de 68 contribuíram para que as discussões linguísticas sobre o discurso ficassem em evidência. Na medida em que a Linguística estruturalista evoluiu, mais especificamente, a partir da década de 70, os estudos sobre a língua passaram a ser mais amplos, evidenciando-se a cientificidade dos estudos da língua. A Análise do Discurso, por sua vez, na década de 70, inscrevia-se num objetivo político, uma vez que diversas questões políticas eram o foco das reivindicações populares na França, ultrapassando, assim, os estudos estritamente linguísticos que se destacavam até então. O campo do Marxismo contribuiu para que se pudesse articular o linguístico com o social e passou-se a compreender a língua com uma materialidade e, portanto, como a instância em que se inscreve a ideologia por excelência. Portanto, é na língua que a ideologia se materializa, e é em relação a esse aspecto que Fernandes (2008, p.13) diz que, ao serem pronunciadas, “as palavras estão impregnadas de aspectos ideológicos”.

A fim de sistematizar os estudos que consideram a língua não apenas como um sistema de signos, abstrato, e sim a língua em movimento, inserida na história, que afeta a sua constituição por uma exterioridade, Pêcheux inaugura o discurso como objeto de estudo da nova ciência. Por esta razão, “[...] os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística” (FERNANDES, 2008, p. 16).

Segundo Brandão, a psicanálise contribuiu para os estudos da AD, ao questionar a possibilidade de um significado uno e uma discursividade homogênea, visto que esta é múltipla. A Psicanálise Lacaniana aborda a noção de sujeito clivado entre o consciente e o inconsciente. Diante disso, a autora assevera que:

[...] Inscrevendo-se em um quadro que articula o linguístico com o social, a AD vê seu campo estender-se para outras áreas do conhecimento e assiste-se uma verdadeira proliferação dos usos da expressão ‘análise do discurso’. A polissemia de que se investe o termo ‘discurso’ nos mais diferentes esforços analíticos então empreendidos faz com que a AD se mova num terreno mais ou menos fluido. (BRANDÃO, 2004, p. 16).

Divergente dos estudos anteriores, a AD une o linguístico e o extralinguístico (o social e a historicidade do sujeito e da língua), ou seja, os fatos ligados à história, ao social e à ideologia. Trata-se, portanto, de uma *disciplina de entremeio* (ORLANDI, 2010) e, por isso, o termo *Análise de Discurso* passou a ser reproduzido com maior frequência. A citação acima destaca, ainda, que o “terreno da AD é mais ou menos fluído”, uma vez que um discurso possibilita diversos efeitos de sentido; entretanto, esses efeitos são produzidos a partir do acionamento de memórias e dos discursos que ecoam e dialogam com o discurso em análise, possibilitando diversos gestos de interpretação. Ao contrário do que se possa supor, a saída do especificamente linguístico não significa uma análise subjetiva ou meramente pessoal do analista, já que uma análise discursiva necessita de um dispositivo teórico.

A AD, desde a sua fundação, passou por transformações no aparato teórico e metodológico. Essas alterações foram executadas pelo próprio Pêcheux, constantemente em tom de autocrítica, pois para ele:

Intervir filosoficamente obriga a tomar partido: eu tomo partido pelo fogo de um trabalho crítico, que, muito provavelmente, acabará por destruir a cidadela da “Tríplice Aliança” como tal, embora haja, ao mesmo tempo, a possibilidade de que, por essa via, algo novo venha a nascer – contra o fogo incinerador que só produz fumaça. Essa tomada de partido obriga a discernir as posições que, no campo da batalha filosófica, precisam urgentemente ser abandonadas daquelas posições que, mais do que nunca, é importante ocupar e defender, sob a condição de que sejam ocupadas e defendidas de um modo diferente. (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 294).

Dessa forma, a inquietação de Pêcheux era conduzir um projeto que pudesse intervir na política e na filosofia e que conseguisse causar mudanças no pensamento científico da época. É, no âmbito do Marxismo e de um avanço da Linguística, tida como “ciência piloto”, que a AD nasce e, nesse contexto, inscreve sua história em um propósito político. Eni Orlandi é responsável por introduzir os estudos da Análise

do Discurso no Brasil, aproximadamente, nas décadas de 70/80 para o centro do debate.

Após a Década de 1970, dentre tantos acontecimentos na França, a Análise do Discurso surge com mais vigor e os embates que aparecem fizeram com que a AD se reorganizasse e se espalhasse por todo o mundo, estabelecendo-se como uma sólida disciplina de interpretação. O projeto de Michel Pêcheux surgiu a partir de debates em um grupo composto por diferentes pensadores: linguistas, matemáticos, filósofos, entre outros, o que Malidier (2003, p. 18) chamou de “uma aventura a várias vozes”. Os discursos desse grupo confluíam para um ponto comum, que era o surgimento de uma forma de tratamento de questões referentes à história, à língua e ao sujeito enquanto elementos fundadores da Análise do Discurso.

Por isso, Malidier (2003) sustenta que o discurso, para Pêcheux, assemelha-se a um verdadeiro nó. Em nenhum momento sendo um objeto primeiro, mas tido como lugar teórico em que se entrelaçam as indagações sobre o sujeito, a língua e a história. Nesse período, a Análise do Discurso não se apresenta como uma teoria que esteja pronta e acabada e a autora nos apresenta a metáfora de que o fazer ciência é uma “aventura teórica”, na qual os passos em falso podem surgir ao longo do caminho.

Na próxima seção, tratamos do discurso enquanto objeto da AD.

#### 4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O OBJETO DA AD: O DISCURSO

O discurso é o principal escopo de interesse dos estudos da Análise do Discurso; objeto de análise que relaciona o linguístico com o extralinguístico, ou seja, a língua, o sujeito, o sentido e as condições históricas em que este é produzido. Assim sendo, a Análise do Discurso (AD) não concebe a interlocução discursiva apenas como um meio que transmite informação, mas um espaço em que os sujeitos podem interagir de forma que haja uma relação entre o sujeito, o discurso, a ideologia e o mundo. Diante disso, Pêcheux (2010 [1969] p. 82 ) nos diz que o discurso é “efeito de sentido entre interlocutores”. Portanto, para a AD, o discurso diferencia-se da mensagem no esquema elementar da comunicação, pois, nesse esquema, a comunicação é vista como um processo “robótico” em que um emissor fala, refere-se a algo, utilizando-se de um código e o receptor capta essa mensagem, decodificando-a. Sabemos que o processo de significação vai além dessa simples concepção, não é apenas uma transmissão de informações, e sim uma troca de experiências em que os sujeitos e sentidos são afetados pela história e pela língua e assim realizam um complexo processo de construção, e não apenas transmissão de informação. Para se analisar o discurso é necessário o linguístico, porém inserido em um contexto sócio-histórico que contribui para a produção dos efeitos de sentido, uma vez que é na história que a língua, o sujeito, e a sociedade significam (ORLANDI, 2010).

Deste modo, tem-se uma relação entre a sociedade, a história e a língua, enquanto produtores de efeitos de sentido em que a ideologia se presentifica. Dessa maneira:

O discurso, como objeto, deve ser pensado em sua especificidade. A adoção de um ponto de vista especificamente discursivo deve evitar, se é verdade que no discurso se estabelece uma determinada relação entre o linguístico e o ideológico, reduzir o discurso à análise da língua ou dissolvê-lo no trabalho histórico sobre as ideologias; porém deve levar em conta a materialidade discursiva como objeto próprio, isto é, produzir a seu respeito propostas teóricas (COURTINE, 2009, p. 31).

Conforme esta citação, o discurso é um objeto-ideológico, sendo produzido pela sociedade, cuja materialidade é a língua. Através dessa materialidade é que a ideologia se materializa. Compreende-se, assim, que há uma relação entre o

linguístico e o ideológico e ambos são essenciais para os estudos de AD. Em um de seus relevantes trabalhos, Leandro Ferreira (2005) elucida a definição do objeto teórico de análise da AD, esboçando a relação inerente a este campo de estudo com o contexto linguístico-histórico e social. O discurso corporifica-se no uso da língua, enquanto materialidade social, sendo ela um domínio propício à manifestação da ideologia. Nesse sentido, Leandro Ferreira (2005) assevera que:

Objeto teórico da AD (objeto histórico-ideológico), que se produz socialmente através de sua materialidade específica (a língua); prática social cuja regularidade só pode ser apreendida a partir da análise dos processos de sua produção, não dos seus produtos. O discurso é dispersão de textos e a possibilidade de entender o discurso como prática deriva da própria concepção de linguagem marcada pelo conceito de social e histórico com o qual a AD trabalha. (LEANDRO FERREIRA, 2005, p. 19).

A partir do que precede, o discurso não se reduz a análises textuais fechadas, uma vez que a AD busca discursivamente compreender o funcionamento da língua a partir de princípios fundamentais inscritos nas práticas sociais e, portanto, de uso da linguagem. Constantemente, deparamo-nos com enunciados que, por meio de jogo de palavras, expressam uma ideia diferente do que encontramos em sua face linguística, do que as palavras por si só expressariam. É esse olhar peculiar, capaz de ultrapassar as fronteiras do visível e adentrar num meio menos perceptível que compreende o trabalho do analista.

A palavra discurso, etimologicamente, significa “a ideia de movimento, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2010, p. 15). Desse modo, nos processos analíticos, o discurso é o ponto de partida para assimilarmos a produção dos efeitos de sentido no *corpus*, manifestando-se como prática de linguagem, em um contexto de interação social. Logo, os processos de significação são incorporados nos contextos de práticas linguísticas, viabilizando análises discursivas com ênfase nas condições de produção em que os discursos se produzem. O discurso que aqui analisamos nos propicia, assim, várias interpretações, levando-nos a perceber que os discursos são carregados de sentidos e atravessados por outros saberes discursivos. Assim sendo, através do interdiscurso, é possível ouvir as vozes que falam e que se

entrelaçam em toda formação discursivo-ideológica.

Em termos práticos, o discurso é um campo de regularidades em que vários modos de significação são manifestados, fazendo com que o sujeito se redimensione e se organize politicamente através de diferentes posições. O discurso é, em suma, um conjunto de saberes que não pode ser visto em seu aspecto estritamente linguístico, mas de forma dinâmica e processual. Nessa perspectiva, Brandão sustenta com pertinente propriedade a constituição do discurso para a AD:

O discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucional. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional), é gerador de poder (BRANDÃO, 2004, p. 10).

Dado o exposto, para pensar nos deslocamentos em busca do outro, refletimos sobre o papel da alteridade, discutida por Pêcheux (2002 [1983]), ao refletir sobre a heterogeneidade dos discursos e dos sujeitos. Conforme o autor, a alteridade é um movimento que nos permite sair de nossos lugares sociais para nos colocarmos em outro lugar, em outra posição-sujeito. Logo, o imaginário que se tem sobre o outro nos permite, em um processo de alteridade, desejar ocupar este lugar, ter voz em suas redes discursivas.

O discurso nos leva a interpretar o já-dito, abrindo-nos, assim, caminho para podermos compreender, por meio do interdiscurso, os vários sentidos que se apresentam, nos possibilitando, com isso, uma interpretação ampla do campo discursivo. Por isso, todo discurso é constituído por aspectos ideológicos, sociais, linguísticos e históricos. Observamos, na análise do *corpus*, que é essa constituição que torna o discurso um objeto simbólico por excelência.

## 4.2 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

A noção de condições de produção (CP), como princípio teórico que constitui o quadro epistemológico da Análise do Discurso, vem do ponto de vista marxista em relação às formações sociais, do modo de produção e da relação entre as classes. Dessa forma, as condições de produção fazem parte do contexto ideológico, social e histórico que compõem os discursos.

Nesse sentido, Pêcheux (2010 [1969]) propõe a noção de CP em relação às circunstâncias do contexto em que os discursos são produzidos, com o intuito de esclarecer nesse cenário os elementos históricos, ideológicos e sociais que mantêm o funcionamento do discurso e, da mesma forma, dos sentidos e dos sujeitos. Pêcheux assevera que um discurso é sempre originado a partir de condições específicas, isto é, o que o indivíduo fala deve ser sempre determinado pelas condições.

As condições de produção são essenciais nos processos de análise, pois representam o contexto sócio-histórico de produção de um discurso, além de estabelecerem também as formações imaginárias, que determinam o lugar discursivo de cada sujeito, visto que o locutor e o interlocutor produzem projeções imaginárias a respeito um do outro. Assim, o sujeito enunciador elabora seu discurso antecipando o efeito de sentido que este produzirá no ouvinte. O ouvinte, por sua vez, considera o lugar de onde o sujeito está falando para que dessa forma aquilo que o outro enuncia ganhe significação. São as condições de produção que permitem que o analista faça um recorte do objeto de estudo para fazer a análise.

Orlandi define as condições de produção a partir de dois eixos: em sentido estrito e amplo. Segundo a autora: “Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (ORLANDI, 2010, p. 35). Sendo assim, em sentido estrito, temos o acontecimento de um determinado momento e, em sentido amplo, a representação desse acontecimento evidencia as características ideológicas. Em outros termos, o sentido amplo possibilita a compreensão dos fatores externos à língua, como o social, o histórico, o ideológico e o próprio sujeito enunciador, contribuintes para que o discurso seja produzido em determinadas

situações. As condições de produção em sentido amplo apontam caminhos que nos levam a refletir sobre os possíveis gestos de interpretação e memórias discursivas que podem ser acionadas para dialogar com o discurso em análise, visto que nos remetem para além do espaço restrito da enunciação em que foi produzida a materialidade do *corpus*. Leva-nos para o funcionamento, em última instância, do sistema capitalista, da relação de classes que pauta as relações sociais, jurídicas, de gênero.

Nos processos que investiga a AD, as condições de produção em que os discursos se materializam são relevantes, já que elas comportam as circunstâncias enunciativas em que os discursos se produzem, a partir de determinações históricas e ideológicas. Nessa confluência, para apreender os efeitos de sentido do *corpus*, através dos processos analíticos, é preciso debruçar-se nas práticas discursivas e suas respectivas condições de produção. Portanto, as condições de produção do discurso não se restringem somente ao contexto situacional, uma vez que estas comportam circunstâncias enunciativas que também determinam os sentidos instituídos historicamente, ou seja, ligados à exterioridade discursiva.

Assim, Pêcheux (2010 [1969]) expõe que as CP de um discurso são estabelecidas através de posições imaginárias do sujeito no que se refere a seu interlocutor e vice-versa, ou melhor, o embate de imagens de um discurso, para adequar-se a seus termos. Dessa forma, o autor menciona ainda que “o discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 2010 [1969], p.77).

Em outras palavras, Pêcheux (2010 [1969]), p. 82), nos diz que “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Conforme podemos observar, a noção de CP está ligada também à noção de sujeito. Nessa perspectiva, o sujeito de que tratam Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997) tem dupla ilusão, o que Pêcheux chama de esquecimento **nº 1 e 2** (sujeito afetado pela ideologia e pelo inconsciente). Como consequência dessa dupla ilusão, manifestações que ocorrem no nível da superfície discursiva, como foram compreendidas pelo autor, podem indicar a relação imaginária que o sujeito possui com o próprio discurso, como uma demonstração da

tentativa “ilusória” de ter controle sobre seu discurso.

Sendo assim, para a Análise do Discurso, o sujeito, por não ter possibilidade de acesso às reais condições de produção de seu discurso, estabelece essas condições de forma imaginária. É o que Pêcheux (2010 [1969]) designa de jogo de imagens de um discurso. Exibimos em seguida o quadro que o próprio autor produziu:

| Expressão que designa as formações imaginárias | Significação da expressão | Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente |   |
|--|---------------------------|---|---|
| A {  | $I_A(A)$                  | Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A                                 | “Quem sou eu para lhe falar assim?”       |
|  | $I_B(B)$                  | Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A                                 | “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”  |
| B {  | $I_B(B)$                  | Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B                                 | “Quem sou eu para que ele me fale assim?” |
|  | $I_B(A)$                  | Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B                                 | “Quem é ele para que me fale assim?”      |

**Fig.1.** Relações imaginárias. **Fonte:** Pêcheux (2010 [1969]).

Com o intuito de possibilitar a compreensão desse quadro pelo leitor, vamos mostrá-lo dividindo em dois grupos:

**A.** A imagem que o sujeito faz ao enunciar seu discurso:

- **A-1** Do próprio discurso enunciado;
- **A-2** Do lugar que seu interlocutor ocupa;
- **A-3** Do lugar ocupado por ele.

**B.** A imagem que o sujeito, ao enunciar seu discurso, faz da imagem feita pelo seu interlocutor:

- **B-1** Do que é enunciado no discurso;
- **B-2** Do lugar ocupado pelo sujeito do discurso;
- **B-3** Do lugar ocupado pelo interlocutor.

Esse jogo de imagens é feito, a partir as condições de produção do discurso,

determinando o que o sujeito pode/deve ou não dizer, baseado no lugar ocupado e nas interpretações que faz ao enunciar. Este jogo vai se estabelecendo à proporção que se institui o próprio discurso. Melhor dizendo, o sujeito não é livre para dizer o que quer e a própria escolha do que se pode dizer já é em si delimitada pelo lugar ocupado no interior da formação ideológica à qual está filiado, bem como as imagens que o sujeito idealiza, ao enunciar, só se estabelecem no próprio processo discursivo.

No âmbito discursivo, as formações imaginárias são a essência da construção dos saberes, pois, perante fatos simbólicos, o sujeito interpreta e, ao fazê-lo, surge um jogo de imagens relacionadas aos fenômenos discursivos em uma dada situação, onde os lugares empíricos dos sujeitos são projetados ideologicamente. Para Leandro Ferreira: [...] “as formações imaginárias, enquanto mecanismos de funcionamento discursivo, não dizem respeito a sujeitos físicos ou lugares empíricos, mas as imagens resultantes de suas projeções” (LEANDRO FERREIRA, 2005, p. 16). As formações imaginárias delineiam as imagens oscilantes entre emissor e receptor, uma vez que elas assinalam a imagem que um tem do outro, que, por sua vez, são dessemelhantes, elucidando os efeitos de sentido produzidos acerca da imagem que o sujeito tem de si, do objeto discurso e do interlocutor. As projeções dos protagonistas do discurso são instituídas mentalmente. Portanto, nesse jogo, ponderam-se as formulações imagéticas de um sobre outro discursivamente. Então, faz-se necessário uma conceituação nesse domínio. Nessa perspectiva, a autora assegura que:

[...] As formações imaginárias se manifestam, no processo discursivo, através da antecipação, das relações de força e relações de sentido. Na antecipação, o emissor projeta uma representação imaginária do receptor e, a partir dela, estabelece suas estratégias discursivas. O lugar de onde fala o sujeito determina as relações de força no discurso, enquanto relações de sentido pressupõe que não há discurso que não se relacione com outros. O que ocorre é um jogo de imagens: dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados (LEANDRO FERREIRA, 2005, p. 16).

Os sujeitos projetam seus lugares, assim como dos seus interlocutores no imaginário discursivo. Nessa perspectiva, as formações imaginárias mantêm vínculos concernentes ao implícito, sendo que o sujeito, em seu imaginário

discursivo, interpela-se, avaliando a sua posição para dirigir-se ao interlocutor; este, por sua vez, também considera o posicionamento do sujeito que fala. Assim, acontece uma inversão de papéis entre os protagonistas do discurso, no que tange à imagem que o sujeito tem de si e do outro, através dos mecanismos que regem as formações imaginárias. Logo, as imagens são projetadas com base na formação social dos sujeitos e no encadeamento dos discursos que ressoam no imaginário.

A antecipação, sob o modo do funcionamento das formações imaginárias, pode apontar para muitas e diferentes possibilidades, regidas pela maneira como a formação social está na história ORLANDI (2010). Partindo dessas premissas, estes mecanismos configuram aspectos imprescindíveis nos processos discursivos, bem como permitem-nos formulações. Nesse sentido, Courtine (2009, p. 51-52) reflete, em sua tese, sobre as mudanças na concepção de condições de produção, baseado em seu caráter heterogêneo, histórico e materialista. Segundo o autor:

O caráter heterogêneo e instável na noção de CP de um discurso faz dela, nessa perspectiva, o lugar onde se opera uma [...] das determinações propriamente históricas do discurso (o estado das contradições de classe em uma conjuntura determinada, a existência de relações de lugar a partir das quais o discurso é considerado, no centro de um aparelho, o que remete a situações de classe) que ameaça continuamente transformar essas determinações em simples circunstâncias em que interajam os “sujeitos do discurso”, o que equivale também a situar no “sujeito do discurso” a fonte de relações de que ele é apenas o portador ou o efeito [...] (COURTINE, 2009, p. 51- 52).

Nesse propósito, percebemos que o autor destaca a necessidade de se considerar as condições de produção como algo que vá além da interação entre os sujeitos do discurso. Na realidade, isto é apenas uma organização metodológica porque não há como separar, na prática, essas questões, pois elas estão entrelaçadas nas circunstâncias de enunciação e no embate discursivo que se dá através da história.

Em vista disso, observamos que Adolf Hitler, determinado pelas condições de produção no período da segunda guerra mundial, não possibilita nenhum diálogo com o outro, ou seja, a quem o discurso é dirigido. Nessa ótica, Pêcheux (2010 [1969], p. 78) assegura que:

Os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a

condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos “condições de produção” do discurso. (grifos do autor).

Dessa forma, o autor deixa claro que as condições de produção do discurso também são estabelecidas através de elementos extralinguísticos e que os indivíduos, enquanto sujeitos, fazem parte desse processo discursivo ao anunciarem de um lugar determinado, lugares estes marcados socialmente pelas condições sócio-históricas em que os sujeitos se inscrevem.

Na próxima seção, abordamos as diferentes fazes da AD de forma geral.

#### 4.3 A TEORIA DO DISCURSO: DA MAQUINARIA DISCURSIVA À SUA DESCONSTRUÇÃO

A AD apresenta três fases distintas que marcam essa busca por uma nova abordagem, não só linguística, mas principalmente, discursiva. Por se tratar de um campo de pesquisa, é natural que ideias aceitas a princípio ganhassem, ao longo do percurso, ressignificações e aprimoramentos; é o que acontece com o legado de Pêcheux. Para a distinção entre esses três momentos, serão analisadas, de forma geral, três obras, porque cada uma é pertencente a uma fase diferente da AD.

Em 1969, com o lançamento da obra *Análise Automática do Discurso* (AAD), Pêcheux documenta o início da então ciência que buscava uma nova forma de analisar textos. Nesse sentido, Pêcheux discorre que:

Um processo de produção discursiva é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que “utilizam” seus discursos quando na verdade são seus “servos” assujeitados, seus “suportes” (PÊCHEUX, 1990 [1983], p. 311).

Portanto, diferentemente do estruturalismo, a busca não é mais por verificar o sentido do texto, mas um dispositivo de análise de textos parecido com uma máquina que, através de procedimentos repetíveis e comparáveis, “arrancaria, de

alguma forma, a leitura da subjetividade” (MALDIDIER, 2003, p. 21). Essa primeira fase, denominada de AD-1, mostra um Pêcheux interessado em outras formas de analisar um texto. Para isso, ele abandona a forma estruturalista, que tem na frase a unidade de pesquisa, e busca uma análise mais abrangente a partir dos textos, mas não limitada a eles.

Nessa perspectiva, em seu texto *Análise Automática do Discurso* (AAD-69), Pêcheux sugere uma teoria do discurso que se confronta com a Análise de Conteúdo, uma vez que constitui um olhar sobre o texto, o sentido e a leitura. Funciona exatamente na questão que a linguística saussuriana deixou de lado. De acordo com Pêcheux (1997 [1975], p. 62), “a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um sistema deixa de ser compreendida como tendo a função de exprimir sentido”. Assim sendo, o objeto da AD é o discurso, compreendido como efeito de sentido entre A e B (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 82) e instituído a partir da crítica que Pêcheux faz à restrição da fala por parte de Saussure, uma vez que a oposição língua X fala:

[...] autoriza a reaparição triunfal do sujeito falante como subjetividade em ato. [...] A fala, enquanto uso da língua, aparece como um caminho de liberdade humana; avançar no caminho estranho que conduz dos fonemas ao discurso é passar gradativamente da necessidade do sistema à contingência da liberdade (PÊCHEUX, 1997 [1975], p.71-72).

Pêcheux introduz o discurso como componente de um mecanismo em funcionamento, referente a um sistema de normas, não apenas individual e nem globalmente universais, mas que se coloca em uma estrutura ideológica política, referindo-se a um determinado lugar no interior de uma formação social dada. Entendendo a aspiração da AAD 69, que era a criação de uma maquinaria discursivo-estrutural, Pêcheux (1997 [1975]) assevera que, ao sugerir uma teoria do discurso como teoria geral da produção dos efeitos de sentido, almejava desempenhar as condições de um exercício de leitura, como identificação sistemática dos traços significativos no interior da superfície discursiva.

Isso o faz concluir, no texto denominado “A análise de discurso: três épocas”, que, na primeira fase, um processo de produção discursiva é considerado como uma máquina autodeterminada e fechada em si mesma, de maneira que um sujeito-

estrutura designa os sujeitos como agentes de seus discursos. Refere-se, dessa maneira, a um *corpus* fechado de sequências discursivas. Portanto, temos uma superfície discursiva teoricamente controlada por condições de produção estáveis e homogêneas. As máquinas discursivas instituem unidades sobrepostas em que a existência do outro está subalterna ao primado do mesmo. Alguns conceitos dessa fase manifestam-se, ainda, no que se intitulou de segunda época da AD.

Com isso, Pêcheux traz para o centro da pesquisa o discurso como objeto de análise, observando que o instrumento da *práxis* é o discurso. A preocupação agora é estabelecer uma ligação entre a prática política, que passa pela ideologia, e o discurso. Esta fase instaura conceitos como formação ideológica (relação entre o histórico e o político), formação discursiva (relação entre sujeito e discurso), efeito metafórico, paráfrase, entre outros.

Em 1975, com o lançamento da obra *A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas*, de Pêcheux e Fuchs, e *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975), o autor nos apresenta ao que podemos chamar de a segunda fase da AD ou AD – 2. Essa fase vai de 1976 a 1979; não acontecem grandes mudanças e os métodos de análise continuam sendo os mesmos. O deslocamento maior será um olhar sobre as “máquinas” que serão vistas por Pêcheux (1997 [1975], p. 314) como “relações de forças desiguais entre os processos discursivos, estruturando o conjunto por dispositivos com influência desigual uns sobre os outros”. Nesse momento, há mudança no objeto, uma vez que a ADD69 recomenda a leitura dos discursos através das máquinas justapostas e, nesse momento, existe uma ampliação dos *corpora*: as relações entre as máquinas discursivas estruturais possibilitam constatar interferências internas desiguais, excedendo, assim, o grau de justaposição.

Esse segundo momento é definido por Malidier (2003) como “fase dos tateamentos”, a qual corresponde, de acordo com a autora, com o início da grande fratura da reviravolta da conjuntura teórica que se lança na organização de um paradigma novo. Consequência de desacordos consolidados, em seminários, administrado, por P. Henry, M. Pêcheux e M. Plon, em que eram discutidas questões posicionadas no encontro da política, da língua e da psicanálise. O período dos tateamentos é definido pela produção de textos que “aprofundam elaborações de

1975” (MALDIDIER, 2003, p. 61). Diante da crise do marxismo, são elaborados textos que designam outras mudanças para a Análise do Discurso, entre eles, ressaltamos: *Remontemos de Foucault a Spinoza*, em 1977. *Só há causa do que falha*, em 1978. Os dois estavam atravessados pela crise teórica e política do cenário francês daquele momento e identificam os “lugares de fala” de M. Pêcheux. Nesse sentido, de acordo com Gregolin (2004, p. 118-119):

[...] Esses textos refletem a luta no interior da teoria e da política. Eles retomam pontos estabelecidos em *Les Verités de La Palice* (1975) e reelaboram conceitos, re-situando as noções de discurso, sujeito, história e ideologia... Eles fazem “retificações”. Nesse panorama Foucault é alçado ao lugar de adversário estimulante, interlocutor com quem Pêcheux irá se digladiar mas cujo trabalho, ao mesmo tempo, era considerado como de “imenso interesse para a análise do discurso”.

As consequências das discussões serão entendidas no período classificado como a terceira fase da AD, em que Pêcheux debate com Foucault, considerando ainda autores da chamada Nova História. A busca por uma definição para discurso leva Pêcheux a citar conceituações de outros estudiosos, dentre eles Harris, Benveniste e Saussure. Esses parâmetros para reflexões sugerem uma precedência à qual a AD estava ligada, seja concordando ou não, como podemos observar com relação ao estruturalismo. As reafirmações presentes nessa obra, relacionadas à produção anterior (Análise Automática do Discurso), surgem no que diz respeito às definições de discurso, texto, língua e linguagem.

Com relação à ideologia, há uma busca por distinguir formação ideológica e formação discursiva, e de observar as consequências do funcionamento da ideologia que, atuando no inconsciente, ocasiona o assujeitamento do indivíduo que, por sua vez, ao ser interpelado como sujeito ideológico, percebe-se ilusoriamente, no exercício de sua livre vontade, conduzido, sem saber, a ocupar o seu lugar na luta de classes.

Esta fase ainda é marcada pela busca de sistematicidade. Para Pêcheux, “as condições de produção (CP) de um discurso determinariam a situação enunciativa vivida pelo sujeito como efeito das relações do lugar por ele ocupado numa dada FD, e desta dependeriam, ao menos em parte, os sentidos atribuídos a este ou aquele texto” (PÊCHEUX, 1997, [1975], p. 32). Resumindo, o objetivo da obra era de des

subjetivar a análise dos discursos por meio do tratamento informático que recorre a algoritmos e valores aritméticos. Uma proposta em se tratando de um objeto tão diferenciado quanto é o discurso.

A obra que intitula este subtópico – *Discurso: Estrutura ou Acontecimento?* – foi escrita em 1983, marca uma nova perspectiva nos estudos discursivos e inaugura também a terceira fase da AD ou AD – 3. Esse período de estudos pode ser entendido como momento de interrogação-negação-desconstrução das noções postas em jogo na AD. Nessa perspectiva, Pêcheux (1975) mostra-se ainda mais um estudioso questionador e reflexivo, capaz de rever suas posições, à medida que traz à tona respostas sobre questionamentos feitos no período anterior: como enunciados parafrásticos podem ter o mesmo sentido? É possível construir um “modelo” de análise que dê conta da incompletude da língua, da impossibilidade de estancar os sentidos? Para essas e outras perguntas, as respostas foram as mesmas? Não.

Na terceira época da AD, entendida como fase de desconstrução, definida pelo período de 1980 a 1983, algumas categorias são vistoriadas e outras são apresentadas para a Análise do Discurso. Sendo assim, Pêcheux (1990 [1983], p. 316) argumenta que: “[...] os encadeamentos intradiscursivos – ‘interfrásticos’ – permite à AD-3 abordar o estudo da construção dos objetos discursivos e dos acontecimentos, e também dos ‘pontos de vista’ e ‘lugares enunciativos no fio intradiscursivo’”. Com isso, a teoria e a prática discursiva são questionadas por Pêcheux, que sugere uma abordagem discursiva da história, investindo contra a transparência do sujeito e do sentido. A ideologia é dividida e não exata a si mesma. Propõe-se uma discussão acerca da heterogeneidade da formação discursiva: “no interior de uma mesma FD, há espaço para o confronto, a divergência, a contra-identificação do sujeito, o que confirma a sua heterogeneidade constitutiva. O sujeito é clivado, atravessado constitutivamente pelo outro” (GRANGEIRO, 2005, p. 519).

É nesse período que as ideias de M. Foucault são apresentadas com mais vigor para a AD. Gregolin (2004) assevera que os trabalhos de J. J. Courtine (1981), a respeito das práticas comunistas por intermédio da análise da heterogeneidade constitutiva de sua discursividade, é o encarregado pela compreensão das ideias de Foucault, sobretudo na noção de “formação discursiva” que aponta para a presença

do interdiscurso. É com base na releitura da *Arqueologia do Saber*, realizada por Courtine, que a Análise do Discurso retoma as questões da alteridade, da heterogeneidade. Nas afirmações de Gregolin (2004, p. 175):

Ao acatar a heterogeneidade, a dispersão, o acontecimento discursivo, a, análise do discurso abandona o privilégio que até então fora concebido aos discursos de “porta-vozes legítimos” (impressos oficiais etc, e, a partir de então, os trabalhos devem se confrontar com a “memória sob a história”, com os múltiplos enunciadores cujos enunciados “sulcam o arquivo não escrito dos discursos subterrâneos”) [...].

Assim sendo, categorias como memória discursiva e interdiscurso tornam-se centralizadoras. Pêcheux já lidava com a concepção de interdiscurso ao utilizar a exterioridade como constitutiva dos sentidos. De acordo com o autor, o interdiscurso, enquanto pré-construído, proporciona a matéria prima em que o sujeito se concebe como sujeito falante com a FD. O intradiscurso é resultado do interdiscurso em relação a si mesmo, uma “interioridade” inteiramente demarcada como tal “do exterior”. Contudo, nessa terceira época, a questão sobre o interdiscurso se destaca quando Pêcheux segue as teses foucaultianas da Arqueologia, que utiliza o documento textual como monumento, e exhibe como a história se define em conformidade com uma combinação sincrônica de discursos que se distinguem respectivamente e remetem às normas comuns de diferenciação.

A noção de memória discursiva, por sua vez, é levada para a AD por intermédio de J. J. Courtine, com base na concepção foucaultiana de domínio da memória. Courtine (1999) recorda que “há sempre já um discurso”. É por intermédio da memória discursiva que podemos compreender o movimento de formulações anteriores. É ela que permite compreender, no intradiscurso, elementos do interdiscurso que surgem re-significados. É nesse panorama que a AD registra um reordenamento de sua teoria, com ênfase nas noções de sujeito ideológico e, principalmente, de formação discursiva. Surge o período de releituras dentro da própria AD que, graças aos estudos da linguista J. Authier-Revuz (1990), adota a noção de heterogeneidade constitutiva do discurso. A autora defende a tese de que a homogeneidade do discurso é uma ilusão, sendo o mesmo atravessado por discursos outros que anunciam a presença de diversas vozes em uma só voz.

Esse encadeamento de vozes que precedem todo discurso e, conseqüentemente, constituem o sujeito, exige dessa “teoria não-subjetiva da subjetividade” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 125) uma abordagem menos lógica e mais voltada para essa “subjetividade regulada”. Pêcheux abre espaço à Psicanálise relacionando-a a noção de “ideologia dominada” e “sujeito da ideologia” e termos como inconsciente/consciente, imaginário e identificação adquirem espaço no tocante à teoria do discurso. Em resumo, o legado de Pêcheux abre horizontes aos estudos do discurso, postulando, sobretudo, “[...] a heterogeneidade constitutiva do discurso e o equívoco como constitutivo da linguagem [...]” (CORACINI, 2007 p. 40).

A seguir, discutiremos a noção de ideologia e o processo de interpelação do sujeito.

#### 4.4 IDEOLOGIA E PROCESSO DE INTERPELAÇÃO

A ideologia, para a AD, é instituída por meio das diferentes práticas sócio-históricas que envolvem os sujeitos de determinada Formação Social. Assim sendo, não se concebe uma noção de ideologia restrita ao mundo “das ideias”, mas como uma instância concreta que se inscreve nas diferentes práticas discursivas. Nessa perspectiva, de acordo com Althusser (1974, p. 26), “a ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”. A representação dessa relação imaginária reverbera no que tange a um deslocamento concernente à realidade vivenciada pelos sujeitos. Ainda, nas palavras do filósofo:

[...] o que “os homens” “representam para si” na ideologia não são suas situações reais de existência, seu mundo real; acima de tudo, é sua relação com essas condições de existência que se representa para eles na ideologia. É essa relação que está no centro de toda representação ideológica, portanto, imaginária, do mundo real. É nessa relação que se acha a “causa que tem de explicar a deformação imaginária da representação ideológica do mundo real [...]” (ALTHUSSER, 1974, p. 127).

Desse modo, compreende-se que a ideologia é um mecanismo prático que determina as condições de existência de um sujeito (e de um discurso) e as relações imaginárias que se sustentam entre os sujeitos no jogo da luta de classes.

Althusser (1974) defende dois tipos de ideologia: a Ideologia, com “I”

maiúsculo, e as ideologias. A primeira é a ideologia no geral; já, a segunda é um aglomerado de ideologias particulares. As ideologias particulares podem ser (religiosa, moral, política) e manifestam, em sua singularidade, posições de classe. A Ideologia em geral é determinada pelo contrário: não há ponto relativo, ela não pode ser definida através de reformulação e desorganização em que as ideologias particulares possuíram ao longo do tempo. Nesse sentido, ela é determinada a partir de um desempenho que se faz presente em todos os momentos, a “ideologia não tem história” (ALTHUSSER, 1974, p. 30).

Nesse sentido, a ideologia cristã não trabalha na mesma proporção como conjunto de ideias, porém na locomoção até a igreja, no ato de se ajoelhar, na forma do sinal da cruz, nas frases, orações, penitências e contrições, na observação e no distanciamento de pessoas de fora, inclusive na conversa moral e religiosa do sujeito com sua própria consciência, entre outros rituais. Este reconhecimento é ilustrado por Althusser (1974) na prática da interpelação. Para ele, a ideologia interpela os indivíduos concretos em sujeitos concretos, por intermédio do próprio funcionamento da categoria de sujeito, ou seja, da evidência de que somos sujeitos estimulados pelo efeito ideológico elementar. A interpelação, como vimos acima, se desenvolve no reconhecimento e no ritual do “aperto de mão”, por exemplo.

Assim, podemos perceber que a ideologia, tem como desempenho vital convocar os sujeitos reais no meio dos indivíduos. Ao ser convocado, os sujeitos são transformados em sujeitos reais, como pronuncia Althusser, e isso só é possível por meio da interpelação do indivíduo em sujeito. Desse modo, como parte integrante do sujeito, a ideologia não é um lugar em que se pode permanecer fora. Além disso, um dos resultados da ideologia é contestar a característica da ideologia, ou melhor, ela procura não ser ideologia no momento em que é acusada de ser ideológica, já que o acusador mostra em que lugar a ideologia se encontra.

Dessa forma, especificando os pontos principais, Althusser (1974, p. 113) afirma que:

1. A interpelação dos indivíduos como sujeitos;
2. A submissão desses sujeitos ao Sujeito;
3. O reconhecimento triplo: do sujeito e o Sujeito, entre os sujeitos, e do sujeito por ele mesmo.
4. Por fim, ela garante que tudo está sob controle: o reconhecimento mútuo entre sujeitos, Sujeito e o auto reconhecimento asseguram

que tudo correrá bem quando um sujeito conduzir o outro.

O envolvente deste processo é a repercussão da formação do indivíduo que é, simultaneamente, livre, centro de iniciativas e encarregado por sua ação; subordinado a uma autoridade, privado de toda liberdade, aceitando ser submisso a uma autoridade. Dessa forma, a ideologia funciona nesse modelo:

O indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do Sujeito, portanto, para que aceite (livremente) a sua sujeição, portanto, para que “realize sozinho” os gestos e os atos da sua sujeição. Só existem sujeitos para e pela sua sujeição. É por isso que “andam sozinhos” (ALTHUSSER, 1974, p. 26).

É justamente este dispositivo de organização do sujeito, por meio da interpelação da ideologia, que faz com que este entre em embate; e são exatamente as relações de produção existentes, na sociedade capitalista, que fazem com que o sujeito pense que é livre e dono do seu dizer. Por ser uma tomada de posição, os sujeitos passam então a serem governados pela ideologia, e é em relação a esse aspecto que Pêcheux (2009 [1975], p.146) diz que “é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’ está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser*” (grifos do autor). Desse modo, a ideologia passa então a constituir o sujeito, agora “assujeitado” ideologicamente, determinando sua posição discursiva na estrutura social. A partir disso, o autor defende que existe a **Ideologia** – que é sempre a-histórica – e as **ideologias** particulares (por exemplo, ideologia cristã, ideologia nazista, ideologia fascista etc.) – que se instituem por meio dos processos sócio-históricos e das práticas dos sujeitos –, ou seja,

[...] a Ideologia não se reproduz sob a forma geral de um *Zeitgeist* [...] que se imporia maneira igual e homogênea à ‘sociedade’, como espaço anterior à luta de classes [...] ‘A ideologia da classe dominante não se torna dominante pela graça do céu...’, o que quer dizer que os aparelhos ideológicos de Estado não são a *expressão* da dominação da ideologia dominante, isto é, da ideologia da classe dominante [...] (PÊCHEUX [1975], 2009 p. 130-131, grifos do autor).

Para Leandro Ferreira (2005, p.17), a ideologia consiste num “elemento determinante do sentido que está presente no interior do discurso”. Esse sentido não

se refere ao significado dicionarizado, mas aos efeitos de sentido que determinado léxico pode assumir de acordo com a relação estabelecida entre o sujeito e a formação ideológica a qual está inscrito (manifestação dada por meio da língua). Do mesmo modo, como sustenta Pêcheux (1997 [1975]), o sujeito do discurso é interpelado por uma formação ideológica, que nos faz refletir sobre o sentido do dito, que não está na literalidade de seu signo, porém aparece a partir da posição ideológica reconhecida por esse sujeito no processo sócio-histórico de organização dos discursos e das interpelações.

#### 4.5 REPRODUÇÃO DAS CONDIÇÕES MATERIAIS DE PRODUÇÃO

Relembramos que, para a Análise do Discurso, a noção de ideologia provém dos postulados de Althusser (1974) para quem a ideologia se desenvolve no coletivo, no interior das classes e suas diferentes práticas sociais. Assim, não se considera a ideologia a partir de uma concepção individual, de sujeitos específicos, senão classes sociais. Por conseguinte, compreendemos a variabilidade do sentido das palavras que se modificam de acordo com a mudança das formações ideológicas que determinam as diversas formações discursivas, os sentidos e o próprio sujeito.

Ao iniciar essa reflexão, Althusser recorda noções fundamentais do marxismo, tais como: uma formação social precisa reproduzir suas condições de produção para conseguir sobreviver; “a condição última da produção é, portanto, a reprodução das condições da produção” (ALTHUSSER, 1974, p. 09). A reprodução das condições de produção pode ser compreendida em dois pontos que se coadunam: a) reproduzir as forças produtivas e b) reproduzir as relações de produção existentes.

De acordo com Althusser (1974), o que diferencia os meios de produção das forças produtivas é a força da mão de obra de trabalho. A reprodução é garantida dando à força de trabalho o meio concreto de se reproduzir. O salário é somente uma parcela da força de trabalho usufruída pelo trabalhador e serve para que o trabalho assalariado se reconstitua e para que o trabalhador tenha direito a uma moradia digna, comida, água encanada, saneamento básico e todas as condições necessárias para que ele possa viver. Segundo Althusser (1974), essas condições são históricas, não são estabelecidas como uma condição mínima do que o corpo precisa e que é essencial para poder sobreviver.

A mão de obra não deve ser reproduzida sem ser questionada. Para que seja de fato força de trabalho, é essencial que seja executado com suas merecidas habilidades, tendo como finalidade o funcionamento do sistema capitalista. Portanto, isso significa que o avanço dessas forças em um determinado período da história impõe que a força de trabalho seja capacitada e reproduzida com base na diversidade, de acordo com as exigências da divisão do trabalho por meio dos diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado como, por exemplo, a Escola. Podemos perceber que Althusser (1974) faz uma crítica ao sistema escolar: pois é lá onde os indivíduos podem se desenvolver. Com o intuito de ensinar os saberes práticos, a escola também ensina as normas dos bons hábitos e o tipo de comportamento que cada sujeito deve ter na divisão do trabalho.

Nesse sentido, Althusser argumenta que:

[...] numa linguagem mais científica, diremos que a reprodução da força de trabalho exige não só uma reprodução da qualificação desta, mas, ao mesmo tempo, uma reprodução da submissão desta às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução da submissão desta à ideologia dominante para os operários e uma reprodução da capacidade para manejar bem a ideologia dominante para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que possam assegurar também, “pela palavra”, a dominação da classe dominante [...] (ALTHUSSER, 1974, p. 24-25).

Diante disso, pode-se entender que a reprodução tem como propósito a força de trabalho e a reprodução da sujeição à ideologia dominante. As duas não são relacionadas, isto é, são separadas por meio das formas de assujeitamento à ideologia dominante por meio das quais a reprodução da força de trabalho pode ocorrer.

Depois de falar sobre a reprodução das condições materiais de produção e da força de trabalho, Althusser (1974) explica a forma como acontecem essas relações. Diante disso, o autor problematiza a metáfora marxista do edifício que representa a condição social. Marx idealiza dois níveis para especificar a estrutura social, sendo um a infraestrutura, que é responsável pela base econômica, e outro a superestrutura, que concebe a realidade do nível jurídico-político, que equivale ao Estado e a ideologia, correspondente à família, à política etc.

A metáfora do edifício funciona de forma perfeita quando é pensada como base de um edifício, sendo a infraestrutura a parte inferior e a superestrutura a parte superior. Ela retrata a regulamentação, em última instância, do que se percorre na superestrutura e pelo que se passa na base econômica (infraestrutura). Althusser (1974) menciona que a metáfora é boa por consentir ver a base e a superestrutura pelo viés da determinação, que situa a base como definitiva, em última análise, ao mesmo tempo que dá espaço para poder observar o retorno da superestrutura sobre a base.

O Estado se constitui como um aparelho ideológico por excelência, que se caracteriza na luta de classes como artifício da burguesia e seus defensores contra o proletariado. Esta é sua posição fundamental. Sua vivência, por sua vez, incorporada ao aparelho de Estado, só tem sentido em relação ao poder de Estado, ou seja, os conflitos das lutas de classe acontecem em relação ao poder que o Estado exerce. O poder de Estado, a seu modo, não se mistura com o aparelho de Estado, porém tomar o poder de Estado é desejar ter controle sobre o aparelho de Estado, apesar de ser admissível tomar o poder de Estado sem alterar o funcionamento de parte do aparato estatal.

Na sequência, tratamos da noção de formação discursiva (FD) na AD.

#### 4.6 SOBRE A NOÇÃO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA

É a Michel Foucault que se atribui a “paternidade” do termo formação discursiva (FD) e ela aparece primeiramente na obra *Arqueologia do saber* (1969). De acordo com Foucault, a FD não é definida em relação à ideologia, termo pensado por ele como “carregado de condições e consequências inadequadas para designar o sistema de dispersão” (FOUCAULT, 2007, p. 3). É a partir desta compreensão que Pêcheux propõe um reordenamento do termo. Por isso, o termo FD sofreu significativas mudanças no interior da AD, a começar por um aspecto particular de seu percurso conceitual que envolve dialeticamente as regularidades e as instabilidades dos sentidos. É esse dialogismo que torna a proximidade de Pêcheux e Foucault possível, ou seja, no momento em que ambos caminham para a ideia de heterogeneidade.

A contribuição de Foucault, além da própria denominação do termo, é a ideia de formas de repartição que definem o que pode ser dito nos diferentes meios sociais. Se anteriormente foi citado que o sentido é mutável, a formação discursiva é um dos fatores que consegue tal efeito, pois age decisivamente no que um enunciado pode significar. Para Foucault:

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1986, p. 9).

O objetivo de Foucault, segundo Pêcheux, no que diz respeito à ideologia, à análise das contradições de classes, pois é impossível fazer teoria sem tomar posição na luta de classes. O controle da “temível” materialidade, como diz Foucault, advém dos diferentes sentidos que um enunciado possa expressar e, para limitá-lo, é necessário inseri-lo em um conjunto de convenções em que a ideologia e as demais condições de produção “sufoquem” os demais sentidos, fazendo emergir apenas um, o mais aceito no meio em que a enunciação foi pronunciada. Os interesses sociais, as relações de poder, contribuem também para o surgimento das diferentes Formações Discursivas existentes e refletem a busca por manter a ordem e o segmento de suas crenças e valores. É, portanto, a partir daí que Foucault desenvolve a conceituação de que toda formulação repete, refuta, transforma, nega, enfim, em relação às quais se produzem certos efeitos de memória específicos.

Observa-se, então, a importância de inserir na concepção de FD a problemática da memória, cujo resultado do trabalho produz a lembrança ou o esquecimento, a reiteração ou o silenciamento de enunciados.

Segundo Pêcheux, a concepção de formação discursiva está em consonância direta com a ideologia haja vista que o autor a concebe a partir de um viés marxista, ou melhor, desloca tal noção para a teoria materialista relacionada à ideologia e à luta de classe, consequência da influência althusseriana. Pêcheux compreende formação discursiva como:

[...] aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 160).

Assim sendo, pensamos que *o que pode e deve ser dito* em um discurso já pré-determina os efeitos de sentido que ali se produzem, conforme veremos no exercício de análise do *corpus* deste trabalho. A concepção de formação discursiva, portanto, está diretamente relacionada ao de formação ideológica, visto que o sujeito discursivo se inscreve ou se afasta de uma dada FD, de acordo com as formações ideológicas que determinam a FD. O significado das palavras não está na literalidade do signo, como já especificamos, ou seja, não existe um sentido específico. O significado de cada palavra aparece determinado no interior de uma formação discursiva. Conforme dissemos na seção anterior, a ideologia dispõe de uma história própria, consequência da luta de classes, quer dizer, de uma história das sociedades de classes (ALTHUSSER, 1974, p. 84). A ideologia não admite ser uma representação imaginária, todavia, está relacionada a reais condições de existência do sujeito, estabelecendo a localização que os sujeitos assumem ao inscreverem-se no conjunto de saberes que institui as formações discursivas,

Retomando Pêcheux, a ideologia funciona através das práticas sociais dos sujeitos. Assim sendo, é a ideologia por meio das práticas sociais e discursivas, que designa, ao mesmo tempo, o que o sujeito é e o que pode dizer. Ainda nesse sentido, Pêcheux (1997 [1975], p. 159-160) assegura que:

[...] É a ideologia que, através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que pode ser, e isso, às vezes, por meio de desvios linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo”. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.

Desse modo, o discurso e o sentido são instituídos por várias FDs que, por sua vez, são representações e são determinadas pelas formações ideológicas (FI). A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetiva, portanto, pela sua identificação com a FD que o domina. Por esse motivo, o sujeito sempre fala inscrito numa posição discursiva e ideológica. É no interior do interdiscurso que estão dispostas as FDs numa relação de conflito e/ou aliança. Por essa razão, é através da ideologia que o sujeito se realiza. E todo sujeito é atravessado por formações ideológicas (FIs). A ideologia, em nossa perspectiva, está inerente e materialmente ligada ao inconsciente. O sentido é, por conseguinte, a relação existente entre o sujeito desde então interpelado pela ideologia e tocado pelo inconsciente. Pêcheux (1997 [1975], p. 160-162) define de forma precisa uma FD:

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]. Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com o dominante” das formações discursivas intrinsecamente no complexo das formações ideológicas [...]. Diremos, nessas condições, que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes em outro lugar e independente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas.

Diante disso, Pêcheux defende que toda FD está interiormente delimitada e governada por leis sócio-ideológicas. Nesse sentido, a FD caracteriza, na ordem do discurso, o espaço de coexistência do sentido e do sujeito. No próximo tópico, abordamos mais detidamente a questão do sujeito para a AD.

Podemos observar vários deslocamentos nos escritos de Pêcheux,

principalmente nos anos posteriores a 1980, quando o autor abre espaço para perspectivas de rediscussão, dentre elas, as que envolvem a FD, memória e história. Essas transformações no conceito de FD refletem-se na modificação do conceito de objeto discursivo<sup>5</sup>, pois surge a necessidade de a AD ampliar seu objeto de análise, incorporar conceitos que supram algumas lacunas relacionada à complexidade que se estabelece os fundamentos teóricos.

Assim sendo, a FD (heterogênea em sua constituição) é observada com mais afinco na existência material das formações ideológicas em seu interior. Não há uma homogeneidade que permita separar as FDs entre si, pois, em sua constituição, formações ideológicas distintas, com resquícios de outras FDs, fazem-se presentes. Observa-se, assim, um aumento do trabalho do analista, pois agora é necessário explicar um conjunto complexo de natureza heterogênea que compõem as FDs e, conseqüentemente, as contradições entre si, sob o domínio de um conjunto também heterogêneo de formações ideológicas originadas na luta ideológica de classes.

Essa problematização institui o território da História como o campo das FDs. Isso torna possível enxergar, na dispersão de enunciados, certas regularidades nos discursivos, pois toda a massa de textos que pertencem a uma mesma FD insere-se em um campo em que podem ser estabelecidas identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polissêmicos, segundo regras específicas das práticas discursivas. Dessa trama decorre o fato de que, desde sua raiz, o enunciado se delineia em um campo enunciativo que tem lugar e *status*, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual, isto é, que o insere na rede da História e, ao mesmo tempo, o constitui e o determina.

De maneira bastante esquemática, são as formações discursivas que regulam *o que pode e deve ser dito*, dependendo do lugar de onde o sujeito enuncia e para quem enuncia, assim como o que deve ser silenciado porque não pode ou não deve ser dito em determinadas condições de produção. Compreende-se, portanto, que se trata de um conjunto de enunciados que se espera que o sujeito enuncie de acordo com a sua posição. As formações discursivas demonstram quais as posições ideológicas que sustentam o sujeito. Diante do exposto, observemos a definição abaixo que salienta a contribuição das FDs no discurso:

---

<sup>5</sup> De acordo com Orlandi (2010), é o nome que se dá ao *corpus* de análise, após a passagem pelo primeiro processo analítico ao qual o texto é exposto.

O domínio de saber de uma FD funciona como um princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de reformulações (determina 'o que não pode/ não deve ser dito') (COURTINE, 2009 p. 99).

Neste sentido, tem-se um fechamento inconsciente, que nos possibilita delimitarmos o que pertence ao interior da FD daquilo que lhe é exterior. O fechamento é incerto, pois as posições ideológicas que a FD representa em uma determinada conjuntura histórica contribuem para esse fechamento, modificando-se em um outro momento histórico. Devido à mudança ideológica, a significação e a produção dos efeitos de sentido também serão divergentes.

Vejamos, após a discussão sobre FD, como o sujeito se instaura na AD.

#### 4.7 POR UMA NOVA CONCEPÇÃO DE SUJEITO

A Análise do Discurso é um campo teórico que estuda a constituição do sujeito pelo viés discursivo. Nesse sentido, as discussões, no âmbito da AD, fazem menção ao sujeito clivado entre o consciente e inconsciente. Além disso, Pêcheux e Fuchs elucidam que a performance da instância ideológica condiz com o comportamento do sujeito ideológico, interpelado pela ideologia. Dentro dessa perspectiva ressalta-se:

[...] A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar de interpelação, ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagônicas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas). (PÊCHEUX e FUCHS, 1997 [1975], p. 165-166).

Nessa perspectiva, o sujeito do discurso tem uma sensação de liberdade, já que é livre para fazer suas escolhas, porém é um ser assujeitado; embora seja interpelado ideologicamente, julga-se independente para realizar suas vontades desprendidas da ideologia. Por conseguinte, esta é a função da ideologia, "dissimular" sua essência, constituindo o sujeito com ideal de completude. O sujeito da sociedade capitalista é o sujeito do direito, direitos e deveres, senhor e servo das

regras subjacentes às ideologias, externando uma autonomia que dissimula sua subordinação à formação discursiva que o assujeita. Orlandi também pondera que:

[...] A forma-sujeito história que corresponde à sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: Pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento. (ORLANDI, 2010, p. 50).

Sujeitos e sentidos são, portanto, constituídos nos processos sócio-históricos e assim significam. O sujeito é um ser histórico-social e ideológico, por isso, para compreendê-lo, é necessário buscar aspectos que se inscrevem na historicidade. Para tanto, o papel da ideologia é justamente produzir evidências. Assim, o sujeito é induzido a pensar que o sentido está nas palavras, vinculado à transparência da linguagem, logo se apaga a relação da materialidade com a história. O sentido de um enunciado é consideravelmente compreendido a partir do momento que é atribuído a alguém de forma necessária e objetiva.

Pêcheux (2009 [1975]), na implantação de sua teoria discursiva, delinea a constituição do sujeito a partir do *esquecimento nº 1 e nº 2*. No *esquecimento nº 1*, o sujeito tem a ilusão de que o seu discurso origina-se nele, isto é, o sujeito produz um discurso afetado pelo inconsciente. Esses esquecimentos, por sua vez, não são considerados como falhas, mas como necessidade, na medida em que é a partir do esquecimento que o sujeito se identifica com aquilo que diz e a linguagem passa então a funcionar e afetar a produção dos sentidos.

Tal esquecimento, chamado também de esquecimento ideológico, está relacionado ao inconsciente, e resulta da maneira como o sujeito é afetado pela ideologia. Esse esquecimento provoca a ilusão da originalidade, ou seja, o sujeito engana-se ao achar ser a origem daquilo o que diz, refletindo o “sonho adâmico”: o de ser o primeiro a proferir aquelas palavras e que significam exatamente aquilo que ele deseja que signifique, sem outros sentidos. É aí que ocorre o esquecimento de que aquele dizer já foi dito por outros e de outras formas e que retomam outros sentidos, inscritos na língua e na história. É ainda em relação a esse aspecto que Pêcheux (2009, p. 162) afirma que é “o *esquecimento nº 1* que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode por definição se encontrar no exterior da formação

discursiva que o domina [...] esse exterior determina a formação discursiva em questão” (grifos do autor).

Por sua vez, no *esquecimento nº 2*, ou enunciativo, o sujeito recorta sequências discursivas de dada FD e passa a enunciar dela e tenta “burlar” a FD em que se inscreve através de paráfrases. O *esquecimento nº 2* é chamado esquecimento enunciativo, justamente porque, segundo Pêcheux (2009 [1975], p. 161), é o esquecimento “pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase” (grifos do autor). Da ordem da enunciação e do consciente, pré-consciente, esse esquecimento engloba as formas do “dizer algo” de determinada maneira e não de outra.

Aqui, o sujeito tem a ilusão de que aquilo que ele falou só poderia ser falado daquela forma, utilizando-se daquelas palavras. O indivíduo tem a ilusão de que existe uma ligação direta (por meio da linguagem) entre o mundo real e seu pensamento, e que, por isso, não há como dizer aquilo se não for daquela forma. O sujeito torna-se inconsciente para as famílias parafrásticas que possibilitam o dizer de uma forma. Todavia, esse é um esquecimento parcial, já que, por vezes, o próprio sujeito sente a necessidade de recorrer ao grupo parafrástico para melhor explicar aquilo que falou, fazendo uso, assim, de outras palavras, as quais anteriormente estavam esquecidas.

Nesse sentido, Grigoletto (2005, p. 99) ainda pontua com relevância a constituição do sujeito na teoria pecheuxtiana uma vez que: “o sujeito da AD não é o indivíduo, sujeito empírico, mas o sujeito do discurso, que carrega consigo marcas do social, do ideológico e do histórico e tem a ilusão de ser a fonte do sentido”. Em certa medida, a reflexão da autora aponta para o modo como Pêcheux teorizou acerca dos “esquecimentos” na AD. Em seu discurso, o sujeito se identifica com a FD que o domina. Sobre essa discussão, Orlandi (2010, p. 20) oportunamente pronuncia-se:

Para a AD, o sujeito do discurso é histórico, social e descentrado. Descentrado, pois é cindido pela ideologia e pelo inconsciente. Histórico porque não está alienado do mundo que o cerca. Social, porque não é o indivíduo, mas àquele apreendido num espaço coletivo.

Portanto, o sujeito do discurso descentra-se porque não tem o domínio sobre o modo como é assujeitado pela ideologia, pelo inconsciente e pela história. É neste sentido que a Análise do Discurso diz que os sentidos não coabitam em si, uma vez que são delimitados pelas forças e posições ocupadas pelos sujeitos envolvidos no jogo discursivo e, por conseguinte, no contexto sócio-histórico em que os discursos são constituídos.

A *forma sujeito*, como assevera Pêcheux (1997 [1975], p.198), recuperando as palavras de Paul Henry, é “universal”, sujeito da ciência ou do que se deseja como tal. O sujeito enunciador apropria-se da posição-sujeito mostrando saberes de uma formação discursiva, inscrita em uma formação ideológica. Esta noção de sujeito diferencia-se do *sujeito da enunciação*, tornando-se este o enunciador, aquele que fala que assume a posição tornando-se livre e responsável por seu dizer.

Pêcheux (2009 [1975]) apresenta as modalidades de tomadas de posição do sujeito na forma-sujeito: a primeira concerne ao discurso do “bom sujeito” (coincidência/recobrimento do Sujeito universal); a segunda refere-se ao discurso do “mau sujeito” (não coincidência com o Sujeito universal). Nessa perspectiva, o autor compreende que:

A primeira modalidade consiste numa superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do “bom sujeito” que reflete espontaneamente o sujeito (em outros termos: o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é ele realiza seus efeitos “em plena liberdade”). A segunda modalidade caracteriza o discurso do “mau sujeito”, discurso no qual o sujeito da enunciação “se volta” contra o sujeito universal por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 199).

O discurso do “bom sujeito” (recobrimento do sujeito universal) consiste no assujeitamento/identificação do sujeito aos saberes da FD, sujeitando-se “livremente” ao produzir seu discurso. A segunda modalidade manifesta incompatibilidade com a primeira, visto que o “mau sujeito” rechaça os saberes de dada FD. Assim, nesta posição, o sujeito revela uma desidentificação com os

saberes da FD que o interpela enquanto sujeito. Logo, no momento em que o sujeito da enunciação apresenta este posicionamento, gera, por assim dizer, um conflito com os saberes da FD em que se inscreve o Sujeito universal, o que assinala um distanciamento, isto é, um deslocamento, ainda que não designe um rompimento com a FD que o assujeita.

Na próxima seção, abordamos a noção de silêncio para a AD.

#### 4.8 A PROPOSITO DA NOÇÃO DE SILÊNCIO NO CAMPO DA AD

O silêncio é fundamental nas discussões da AD, visto que ele não está relacionado à ausência, distanciamento, ele se presentifica no discurso e significa, bem como colabora no processo de produção dos efeitos de sentido, uma vez que aquilo que é silenciado ocorre devido à necessidade que o sujeito enunciador tem de produzir seu discurso. Diante disso, Orlandi argumenta que: “silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode ser sempre outro, ou ainda que aquilo que é o mais importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos e do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é fundante” (ORLANDI, 2007, p. 14).

Nessa concepção, o silêncio está presente nos discursos de Hitler, uma vez que as palavras são atravessadas por ele, as palavras podem silenciar outras, produzir silêncio. Os silêncios são múltiplos e há sentidos que precisam ser silenciados porque não se deve falar deles em determinada conjuntura histórica. O silêncio contribui para entendermos que há outros dizeres possíveis, mas que foram silenciados e, através desse silenciamento, o sujeito cria a ilusão de um sentido uno, porém como o silêncio é fundante, ele se presentifica em todo discurso e significa-se. Isto é ressaltado a seguir:

[...] Ele é, sim, a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do ‘um’ com o ‘múltiplo’, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa (ORLANDI, 2007, p 23).

O silêncio se presentifica e se significa ao relacionar o discurso e o não dito com a historicidade, enquanto produto do trabalho simbólico e ideológico. Através do silêncio, podemos analisar os efeitos de sentido contraditórios relacionados ao dizer e ao não dizer. Ao silenciar, o sujeito está negando a possibilidade de outros dizeres se inscreverem pela/na palavra. O silêncio é algo que só percebemos depois de alguns gestos de leitura. Por isso, cabe ao analista do discurso desvelar os traços que colaboram para relacionar o discurso com a historicidade e compreender como é o seu funcionamento, uma vez que, em todo dizer, vai haver uma falta, ou seja, algo que o sujeito

enunciador silencia por determinações político-ideológicas. Por isso, o silêncio “[...] é necessário à significação” (ORLANDI, 2007, p. 47).

É de suma importância tratar da noção de silêncio dado que ele se expressa como presença constituinte da exterioridade na linguagem. O sentido do silêncio é instável, ou melhor, é tão enigmático quanto o das palavras (ORLANDI, 2007). As palavras, de acordo com Orlandi, originam silêncio ao criar um sentido que nos faz enxergar novos horizontes que poderiam estar presentes nelas. Isto acontece porque não estamos falando do “conteúdo das palavras, mas com as palavras” (ORLANDI, 2007, p. 15). Na sociedade, existe uma busca incessante pelo sentido, pois a vida reclama essa necessidade de objetividade e completude.

Existe, no discurso, um interdito, um silêncio, que é maior que uma pausa, que um não dizer nada. É precisamente o oposto do nada dito, é o momento em que se deixou de dizer alguma coisa, por determinação de uma ordem social ou, talvez, porque o não dizer recupera um já-dito. Durante o silêncio, existe uma reestruturação do dito e, através do silêncio, deseja-se chegar ao não dito. Eni Orlandi (2007, p. 32), para falar sobre o silêncio, utiliza a seguinte metáfora: “o final da onda que o mar sempre adia”. Com o uso dessa metáfora, observamos a linguagem como um mar em constante movimento, que não tem fim, visto que entre uma onda e outra, existe outra com entremeio silencioso, embora com certo ruído que urge em se fazer escutar. Esses ruídos indicam que uma onda se rompeu e que outra está por vir, e ambas fazem parte do mesmo mar e dialogam continuamente. Por conseguinte, é impossível pensar a linguagem e o discurso de maneira fragmentada, como se o discurso do passado não permanecesse em contato, mesmo que por intermédio do silêncio ou do silenciamento, com o discurso da atualidade.

Sendo assim, é pela presença do silêncio que se dá esta falta no dizer. O silêncio e a palavra fazem parte, por conseguinte, do processo de produção dos sentidos, não existindo transparência nem na linguagem, nem no silêncio: o silêncio não é transparente “[...] ele tem suas dimensões e estabelece processos significativos complexos” (ORLANDI, 1989, p. 39). É por isso

justamente que o silêncio é, segundo Orlandi, o real do discurso, posto que o real tem dimensão, mas não se consegue alcançar .

Recuperando aqui a análise “das formas do silêncio”, concebidas por Orlandi, podemos afirmar que o silêncio fundante possibilita as condições para significar, ou seja, “o silêncio fundador ou fundante é aquele que transpassa as palavras, que existe entre elas, ou que aponta que o sentido pode ser outro, ademais, que aquilo que é o mais relevante nunca se fala” (ORLANDI, 2007, p.14). É importante estabelecermos uma relação mais clara entre o *silêncio constitutivo* e o *silêncio local*, assim como proposto por Orlandi (2007), noções primordiais para percebermos o funcionamento do silenciamento através dos discursos de Hitler que abriga nosso gesto de interpretação.

Na perspectiva da AD, entendemos por silenciamento o funcionamento do político ideológico do silêncio por intermédio do discurso institucionalizado, ou melhor, o silenciamento representa, em nosso caso, um silêncio discursivo instaurado pela repressão política e materializado por um Aparelho Ideológico/Repressivo do Estado.

Assim sendo, podemos ponderar, seguindo as discussões teóricas propostas por Orlandi (2007), no mínimo que: em todo discurso existe uma face do silêncio que ocorre por meio do ato da imposição, concebido como uma forma de dominação que exclui o sujeito e sua fala, obrigando-o a ficar sem voz e sem sentido. Na análise do *corpus*, observaremos que também se diz a partir do silêncio, visto que ele representa em nossa perspectiva uma das várias posições que o sujeito pode ocupar diante dos discursos sustentados e legitimados pela política de silenciamento instaurada no período nazista.

Dessa maneira, ocupar essa posição pressupõe impreterivelmente inserir-se no sentido e aí significar também pelo silêncio. Sobre essa consideração, Orlandi (2001) indica dois pontos centralizadores:

O primeiro é o de que o silêncio, tanto quanto a palavra, tem suas condições de produção; por isso, dada a diversidade dessas, o sentido do silêncio varia, isto é, ele é tão ambíguo quanto as palavras [...] O segundo ponto é o de que a fala é silenciadora em vários níveis [...] O silêncio imposto pelo opressor é exclusão, é forma de dominação, enquanto que o

silêncio proposto pelo oprimido pode ser uma forma de resistência. Ambos produzem uma ruptura, no caso, desejada. Por outro lado, o silêncio pode produzir uma ruptura não desejada [...] é o silêncio radical. A fala pode ser silenciadora quanto ao que se diz. Em certas condições, se fala para não se dizer certas coisas, para não se permitir que se digam coisas que causam transformações [...] (ORLANDI, 2001, p. 263-264).

A partir daí, podemos perceber que o silêncio pode indicar as muitas vozes daqueles sujeitos, na conjuntura histórica do Nazismo, que foram oprimidos por uma ideologia instalada numa FD autoritária dominante e que buscam significar no silêncio à proporção que são obrigados a viver sob a sombra de uma ideologia dominante. O *silêncio local* é representado através da censura e da repressão, uma vez que os sentidos permanecem interditados em um determinado momento histórico, ou melhor, o silenciamento tem uma relação direta com o contexto político e histórico, estando ligado com a permissão do (não) dizer em dada conjuntura histórico-social.

Assim, quando se proíbe algo de ser dito, o que está sendo proibida é a formulação e a possibilidade de circulação de um determinado tipo de discurso, inscrito em determinada FD antagônica a uma FD autoritária e dominante. Privando, dessa forma, o direito do sujeito ao “seu” discurso, proíbe-se a possibilidade de assumir uma identidade e nega-lhe, conseqüentemente, o direito à existência.

Além disso, em relação ao *silêncio local* enquanto representante e caracterizador da censura, Orlandi (2007, p. 104) assevera que:

A censura tal como a definimos é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proíbem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições. Se se considera que o dizível define-se pelo conjunto de formações discursivas em suas relações, a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições. Como a identidade é um movimento, afeta-se assim esse movimento. Desse modo, impede-se que o sujeito, na relação com o dizível, se identifique com certas regiões do dizer pelas quais ele se representa como (socialmente) responsável como autor.

Portanto, Orlandi deslinda que é primordial apreender que: o silêncio está impregnado de sentidos que foram silenciados por sujeitos inscritos e

filiados a determinadas FDs e, além disso, o silenciamento pode ser compreendido como uma espécie de funcionamento da interdição do dizer de um sujeito (de um sentido que se inscreve no discurso), ou, nos termos de Orlandi, “a censura é um sintoma de que ali pode haver um outro sentido. Na censura, está a resistência. Na proibição está o ‘outro’ sentido. E isto porque, como dissemos, a censura atinge a constituição da identidade do sujeito” (ORLANDI, 2001, p. 121).

Subsequente ao caráter fundante do silêncio, o silêncio constitutivo rege todo procedimento de produção da linguagem e significa que, para poder dizer, é necessário não dizer. O silêncio local, de acordo com Orlandi, é a censura, ou melhor, aquilo que não é permitido falar em determinada conjuntura histórica. Na medida em que a política do silêncio remete ao não-dito, obrigatoriamente ligada ao dizer como um ponto indeterminado do interdiscurso ou mesmo de um vir-a-ser. A concepção discursiva de silêncio, conseqüentemente, está ligada a uma concepção discursiva da linguagem. Dessa forma, Orlandi elabora a “impressão de que a incompletude é relativa (no jogo do dito e não-dito) e, conseqüentemente, remediável” (ORLANDI, 2007, p. 177). O recorte elaborado pelo implícito, completa ela, cria a ilusão de completude como se, pela adição do não-dito ao dito, se “resgatasse” a plenitude do sentido (ORLANDI, 2007, p. 96). O silêncio é primordial à significação, visto que sem ele não há sentido. O implícito, menciona Orlandi, é já um subproduto deste trabalho do silêncio.

É por causa do silêncio, ou do real, que a determinação ideológica não é plena e, se não existisse silêncio nas palavras, recorda-nos Orlandi (Op. Cit), os sentidos seriam fixos. É isso que possibilita o indivíduo transitar por diversas FDs e assujeitar-se ora aqui ora ali. Conseqüentemente, o que determina a singularidade é o desenho diverso que o sujeito constitui no seu processo de subjetivação. O tecido da subjetividade é delineado de forma singular. Isto não exclui a FD, pois, quando o sujeito enuncia, seu discurso é delimitado pelas condições de produção, produzindo uma dominância de determinada FD.

Compreendemos, ademais, que é este silêncio, enquanto real do discurso, que se encontra no centro de toda teoria de Michel Pêcheux, na base

da operacionalidade de todas as concepções implementadas por ele.

No próximo capítulo, vamos iniciar a descrição e a análise do *corpus*.

## 5 CARACTERIZAÇÃO DO CORPUS E MOVIMENTO DE ANÁLISE

Neste capítulo, pretendemos situar o *corpus* e iniciar a gesto de análise. Para isso, discutimos, por intermédio do movimento de análise, o processo de interpelação dos sujeitos pelo Sujeito no âmbito de funcionamento da constituição de uma imagem do “Ser-Alemão”, imagem idealizada de uma identidade Alemã que não admite o outro e que vai se constituir através do “nós/nosso”, “você” e “povo”. Identificamos que o Sujeito universal de uma formação discursiva autoritária interpela os sujeitos em “Ser-Alemão”, “ser-alemão” e “Ser-não-Alemão” pela ordem do discurso, o que vemos marcado nas três falas de Hitler que vamos analisar. Dessa forma, colocamos em emergência o jogo que o Sujeito coloca em funcionamento no âmbito do processo de interpelação do sujeito, a partir de certas formações imaginárias e do silêncio.

Para tanto, fizemos o recorte de dez sequências discursivas (**SD's**), a partir dos três arquivos que constituem o *corpus*, a saber:

- “Discurso no *Krolloper* de 23 de março de 1933”. Hitler, neste discurso, se dirige à população alemã. É importante enfatizar que o *Krolloper* foi um edifício localizado próximo ao portão de Brandemburgo. Ao longo de uma história conturbada, o *Krolloper* serviu como palco de entretenimento para as comédias e, no período do nacional-socialismo, foi utilizado como albergue que substituiu o parlamento.
- “Discurso para uma platéia de 20.000 jovens em 1934”. Neste discurso, Hitler dialoga com os jovens. Há um jogo de projeções imaginárias entre os jovens e o povo que queremos destacar.
- “Discurso para as mulheres em 1938”. Esse discurso é direcionado às mulheres. Aqui, sustentamos que ele se instaura como um discurso de eugenia em que Hitler conclama a mulher a criar os filhos e educá-los para o exército. É um discurso da raça, em que podemos perceber uma alta preservação do lugar que a mulher ocupa na sociedade.

Fundamentados nesse campo discursivo de referência mais amplo, recortamos as sequências discursivas para investigar analiticamente o funcionamento das categorias referidas “nós/nosso”, “você”, “povo” e “nação” e, para isso, nos filiamos à Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1969, e outros) para compreender o funcionamento discursivo do *corpus* em questão.

## 5.1 O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO “NÓS/NOSSO” E “VOCÊS”

Neste primeiro bloco de análise, recortamos quatro sequências discursivas (**SD1**, **SD2**, **SD3**, **SD4**) do discurso de Hitler “aos jovens alemães”, em 1934.

### SD-1

“**Minha** juventude alemã! Depois de um ano **eu** tenho a oportunidade de cumprimentar-vos aqui novamente. Desde então, enormes acontecimentos ocorreram na Alemanha. Já se passaram 12 meses, e a batalha pelo poder tem **nos** garantido sucesso. Entretanto, **nosso** movimento - do qual **vocês** são jovens guardas de hoje e os portadores do futuro - tomou uma atitude após a outra no **nosso** país, e ofereceu isso ao povo alemão. Ao mesmo tempo, o movimento de **vocês** cresceu de uma já vasta união para a maior organização de jovens do mundo” (HITLER, 1934, p. 1).

### SD-2

Sabemos que nada é entregue gratuitamente a um povo. Tudo deve ser conquistado através de lutas. Não existe nada que **você** tome posse antes de aprender e instilar a si mesmo. E agora, **nós** queremos que **vocês**, garotos e garotas alemãs, peguem tudo o que temos de esperança para a Alemanha. [...] **Nós** queremos ser uma nação, e **vocês**, a **minha** juventude, deverá se tornar agora essa nação. **Nós** não queremos mais ver classes e status sociais diferentes, então **vocês** não podem permitir-se nutrir atitudes que promovam essas coisas. **Nós** queremos ver um Reich, e mesmo agora **vocês** devem treinar **vocês** mesmos para isso. [...] **Nós** queremos que **noossa** gente seja leal, e **vocês** deverão aprender essa lealdade. **Nós** queremos que **noossa** gente seja obediente, e **vocês** deverão treinar a obediência. **Nós** queremos que **noossa** gente seja amante da paz, [...] Ainda que pronta para a paz. **Nós** não queremos que nosso povo seja fraco, [...] E **você** deve treinar **você** mesmo para isso na juventude. **Nós** queremos que **nosso** povo ame a honra, e **você** deve se entregar ao princípio da honra logo nos primeiros anos de juventude”. (HITLER, 1934, p. 1).

**SD-3:**

“Tudo o que **nós** esperamos da Alemanha nos próximos anos, **nós** esperamos de **vocês**, garotos e garotas. **Vocês** devem praticar tais coisas, [...] em vocês, a Alemanha viverá. E quando não restar nada de **nós**, **vocês** devem carregar a bandeira em suas mãos. [...] Portando **vocês** devem permanecer confiantes no solo do seu país, e **vocês** devem ser fortes, então essa bandeira jamais será tirada de **vocês**. E então, quando gerações e gerações surgirem depois de **vocês**, **vocês** terão o direito de exigir o mesmo delas. Então **vocês** poderão exigir que a juventude futura seja do jeito que **vocês** eram. A Alemanha olha para **vocês** com orgulho. Os corações de todos aceleram de alegria quando olhamos para **vocês**”. (HITLER, 1934, p. 2).

**SD-4:**

“**Nós** olhamos para **vocês** com a promessa que **nosso** trabalho não foi em vão e percebemos que isso trará frutos para **nosso** país. Todos **nós** estamos agarrados em uma felicidade orgulhosa por ver em **vocês** o cumprimento do **nosso** trabalho. Com isso **nós** temos a garantia de que aqueles que morreram na Primeira Guerra Mundial - o grande número de camaradas **nostros** - não fizeram um sacrifício pela Alemanha em vão, [...] **vocês** são carne da **nostra** carne e sangue do **nosso** sangue, e nas suas mentes jovens queima o mesmo espírito que **nos** conduz. **Vocês** não poderão estar de outra maneira, senão ligados a **nós**. E quando a grande procissão do **nosso** movimento marchar gloriosamente pela Alemanha hoje, então saberemos que **vocês** se juntarão a essas colunas, e saberemos que antes de **nós** vem a Alemanha. Em **nós** marcha a Alemanha. E depois de **nós** virá a Alemanha!” (HITLER, 1934, p. 2).

Nesses recortes, inicialmente, destacamos que o presidente usa os pronomes “nós/nosso”, “vocês”, para se referir ao povo. Podemos observar, diante dessas materialidades, a produção do seguinte efeito de sentido: Hitler, através do uso do “nós/nosso” e “vocês”, busca incluir o “povo” na sua voz para legitimar seu discurso, supostamente identificando-se com ele à proporção que

recorre à instância social (o espaço do “nós/nosso”) para produzir esse efeito de legitimidade em seu modo de dizer a Alemanha.

Baseados nos estudos de Indursky (2013), apresentamos a primeira grade de referência, que recortamos da **SD1**, **SD2**, **SD3** e **SD4**, para mostrar as diferentes *peças discursivas* (não) designadas no discurso em análise e a identificação dos diversos tipos de “nós” mobilizados no discurso do sujeito-presidente. Para que fique mais explícito esse processo enunciativo, mostramos, a seguir, uma grade com os diversos referentes discursivos:

| <b>GRADE DE REFERÊNCIA I</b> |                                |
|------------------------------|--------------------------------|
| NÓS 1                        | Governo, gestão administradora |
| NÓS 2                        | Nação / Alemanha               |
| VOCÊS                        | Jovens alemães                 |

- **NÓS 1 – Governo, gestão administradora**

Neste primeiro funcionamento do nós, o referente discursivo está no singular, ou seja, o nós, refere-se a uma parte do governo. O sujeito, através de um “nós/nosso” político, fala em nome de diferentes instâncias sociais que integram o governo, como podemos perceber nos trechos a seguir:

- “E agora, **nós** queremos que vocês, garotos e garotas alemães, peguem tudo o que temos de esperança para a Alemanha” (**SD- 2**).
- “**Nós** não queremos mais ver classes e status sociais

|   |
|---|
| diferentes” (SD- 2).  |
| ➤ “ <b>Nós</b> queremos ver um Reich, e mesmo agora vocês devem treinar vocês mesmos para isso” (SD- 2).  |
| ➤ “ <b>Nós</b> queremos que nosso povo ame a honra, e <b>você</b> deve se entregar ao princípio da honra logo nos primeiros anos de juventude” (SD- 2). |
| ➤ “Tudo o que <b>nós</b> esperamos da Alemanha nos próximos anos, <b>nós</b> esperamos de vocês, garotos e garotas” (SD- 3).                            |
| ➤ “E quando não restar nada de <b>nós</b> , <b>vocês</b> devem carregar a bandeira em suas mãos” (SD- 3).   |
| ➤ “Todos <b>nós</b> estamos agarrados em uma felicidade orgulhosa por ver em <b>vocês</b> o cumprimento do <b>nosso</b> trabalho” (SD- 4).              |
| ➤ “ <b>Nós</b> olhamos para vocês com a promessa que nosso trabalho não foi em vão e percebemos que isso trará frutos para nosso país” (SD- 4).         |
| ➤ “Vocês não poderão estar de outra maneira, senão ligados a <b>nós</b> ” (SD- 4).  |

Observando os trechos recortados das sequências discursivas, percebemos que o “nós” inclui a esfera pública coletiva, em que as decisões são compartilhadas entre os membros do governo. Assim sendo, através da figura enunciativa de Hitler, isto é, pela voz de Hitler, os participantes do governo saem do anonimato, assumindo uma dimensão coletiva por meio de um discurso que pode ser caracterizado aqui, de certa forma, pela presença de traços de autoritarismo através do imperativo: “**Nós** queremos que nosso povo ame a honra, e **você** deve se entregar ao princípio da honra logo nos primeiros

anos de juventude”. (**SD-2**). Diante das condições de produção em que este discurso se inscreve, ou seja, às vésperas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), podemos perceber aí o funcionamento de uma espécie de convocação, desde a juventude, para a frente de batalha em nome de valores caros à humanidade, como, por exemplo, a honra aí invocada. Neste caso, ainda, há o funcionamento de um silenciamento que recai sobre a guerra, uma vez que ela não é recuperada diretamente, mas sim o “amor” e a “honra”. O discurso sobre o “nós/nosso” é um discurso sobre o não “nós” que percebemos na fala de Hitler pela ordem do não dito. A insistência do “nós” projeta um efeito de sentido do “Ser-Alemão”, aquele que está revestido da bandeira o que faz parte da raça ariana; já, o “Ser-não-Alemão” é aquele que, segundo Hitler, representa uma ameaça à raça pura, ou seja, o judeu o negro etc. Logo, a inscrição desse discurso no campo político a fim de reforçar a FD política.

Em NÓS-1, o presidente está presente, sempre associado a diferentes segmentos da sociedade (governo, gestão, a classe dominante dos alemães); contudo, essa associação não faz do sujeito do discurso o porta-voz do grupo, o que poderia gerar um certo conflito entre os membros. Podemos perceber, nesse recorte, que o NÓS-1 impulsiona uma *não pessoa discursiva*, que, de acordo com Indursky (2013, p. 82), “[...] corresponde ao referente lexicalmente não especificado ao qual eu se associa para construir nós”, em nome da qual Hitler discursa para os jovens. Dessa forma, o sujeito fala investido de seu papel de presidente à medida que inclui, por meio de uma estratégia político-ideológica, os jovens ao discurso. Podemos perceber, com isso, a presença da ocorrência de um “nós inclusivo” e um “nós exclusivo”, na mesma sequência discursiva como mostra o recorte: “[...] **vocês** são carne da **nossa** carne e sangue do **nosso** sangue, e nas suas mentes jovens queima o mesmo espírito que **nos** conduz. **Vocês** não poderão estar de outra maneira, senão ligados a **nós**” (**SD-4**). Assim, gerando um efeito de neutralização dos referentes discursivos mobilizados pelas não pessoas discursivas. Este jogo aponta para o que propõe Indursky:

Através dessa imagem é construída a relação imposta pelos governantes munidos de poderes e instrumentos excepcionais de autolegitimação aos governados. Ou seja, o discurso presidencial, fortalecido por essa imagem, reveste-se da força

necessária para absorver todo o poder do qual os governados ficam privados “temporariamente” (INDURSKY, 2013, p. 38).

Diante do que precede, o sujeito-enunciador faz um jogo com o uso do “nós”, ou seja, ora inclui os jovens, projetando nos mesmos a ideia de pertencimento (processo de identificação), ora os exclui, falando “sobre” eles em nome da autoridade que exerce, como podemos perceber no recorte: “Já se passaram 12 meses, e a batalha pelo poder tem **nos** garantido sucesso. Entretanto, **nosso** movimento - do qual **vocês** são jovens guardas de hoje e os portadores do futuro - tomou uma atitude após a outra no **nosso** país, e ofereceu isso ao povo alemão” (SD-1). Com isso, o presidente põe em funcionamento um jogo de projeções imaginárias, ou seja, projeta uma imagem de que tudo aquilo que fará será pelo bem do povo alemão, produzindo, assim, a identificação do povo por meio de seu discurso. Portanto, no primeiro *nós*, o sujeito associa-se estrategicamente a *não pessoa discursiva* (governo e gestão) para justificar e legitimar a sua convocação por meio de um processo de interpelação ideológica para a guerra, o chamado do “alemão” para “Ser-Alemão”. Desse modo, apagam-se sentidos reverberantes das dimensões interdiscursivas nas práticas discursivas, já que o sujeito “esquece”, por um efeito ideológico e inconsciente, que suas palavras já significaram anteriormente; trata-se do funcionamento dos esquecimentos definidos por Pêcheux. Nesse momento, entende-se como um discurso atravessa o outro pela ordem da ideologia e do inconsciente nos processos analíticos.

Portanto, no recorte “**vocês** são carne da **noossa** carne e sangue do **nosso** sangue, e nas suas mentes jovens queima o mesmo espírito que **nos** conduz” (SD-4), percebemos que temos a presença marcante do esquecimento *nº 2*, ao falar “**vocês** são carne da **noossa** carne e sangue do **nosso** sangue”, o que deixa de lado diversas outras possibilidades de dizer na ordem do inconsciente. Assim, podemos dizer que esse recorte nos traz, na ordem do não dito e do inconsciente, outras formulações que poderiam ser feitas e não foram. Percebemos aí brechas no uso da linguagem e no sentido acionado por essa, pois esta fala é marcada por uma série de incompletudes que afirma que os jovens “Alemães” são parte do grupo almejado por Hitler.

Diante disso, é importante perceber a distinção relevante feita por Cazarin<sup>6</sup> (2004). Partindo do trabalho de Benveniste (1991), a autora problematiza a relação entre as categorias “inclusivo/exclusivo” pelo ângulo das relações de pessoa. Nesse sentido, o plural exclusivo (eu + eles) equivale a uma junção das duas formas que se contrasta como pessoal e não pessoal em virtude da “correlação de pessoa”. Ao inverso, a forma inclusiva (eu + vós) efetua a junção das pessoas entre as quais existe a “correlação de subjetividade”. No “nós/nosso” inclusivo, que se opõe a “ele, eles”, é “tu” que se distingue; em “nós” exclusivo, que se opõe a “tu, vós”, é o “eu” que é sinalizado (CAZARIN, 2004, p. 187).

Cazarin (2004), ainda, ressalta que o “nós/nosso” se diferencia de uma junção de elementos definíveis; a influência de “eu” é aí muito forte, a tal ponto que, em algumas condições, esse plural pode substituir o singular. O motivo está em que “nós” não é um “eu” quantificado ou multiplicado; é um “eu” expandido além da pessoa estrita, ao mesmo tempo ampliado e de contornos vazios. Ainda segundo a referida autora, a diferença entre as formas inclusiva e exclusiva exemplifica-se sobre a ligação entre a primeira e a segunda pessoa do singular e entre a primeira e a terceira pessoa do singular, relativamente. O “nós inclusivo” (“eu + tu, vós”) junta as pessoas que se confrontam na correlação de subjetividade, isto é, inclui o interlocutor, enquanto o “nós exclusivo” (“eu + ele, eles”) consiste na junção das duas formas que se opõem como pessoal e não-pessoal, excluindo, desse modo, o outro do processo de identificação subjetiva.

Dessa forma, como podemos perceber nos recortes em análise, o sujeito do discurso, ao enunciar para os segmentos sociais referenciados pelo “nós”, (auto)representa-se no discurso, ora incluindo-se ao “nós” e, outras vezes, como se estivesse fora desse segmento, o que torna possível a ocupação da posição de líder. Assim, quando o sujeito enunciador, em sua projeção imaginária, se apresenta por meio do “eu”, produz o efeito de “exclusão” do “nós”, como se não fizesse parte do grupo social que essa última forma

---

<sup>6</sup> CAZARIN, E. A. **IDENTIFICAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE LULA (1978 – 1998)**. Tese. Doutorado em Estudos da Linguagem, UFRGS, 2004, 270p.

pronominal referencia: “Depois de um ano **eu** tenho a oportunidade de cumprimentar-vos aqui novamente. Desde então, enormes acontecimentos ocorreram na Alemanha. Já se passaram 12 meses, e a batalha pelo poder tem **nos** garantido sucesso. Entretanto, **nosso** movimento - do qual **vocês** são jovens guardas de hoje e os portadores do futuro - tomou uma atitude após a outra no **nosso** país, e ofereceu isso ao povo alemão” (SD- 1).

Entretanto, fazendo-se uma leitura discursiva, observa-se que há fatos silenciados no processo discursivo, pela ordem do não dito, pois em nenhum momento é mencionado que o não “Ser-não-Alemão” será alvo de perseguição por parte de grupos nazistas. Estes silenciamentos são significativos no processo de construção dos sentidos, uma vez que tais sentidos não foram silenciados aleatoriamente; por isso, mobilizam significados nas condições de produção.

É por intermédio desse tipo de funcionamento discursivo que se produz o efeito de sentido de exclusão<sup>7</sup> do sujeito-enunciador do “nós”, ou melhor, não enuncia na mesma *posição-sujeito* que os demais, produzindo um certo distanciamento do outro. Considerando que o sujeito da Análise do Discurso não é “senhor” de suas estratégias discursivas, nem é capaz de controlar os efeitos de sentido que produz em seu discurso, essa relação de simetria/assimetria, presente no funcionamento discursivo do “eu” no discurso de Hitler, deve ser tida como da ordem do inconsciente/pré-consciente, que transpassa o discurso do sujeito, fazendo com que este, em determinadas condições de produção (pré-guerra), “esqueça” os sentidos (indesejáveis) que se produzem a partir da FD que interpela o sujeito “Ser-Alemão” e o “Ser-não-Alemão”.

• **NÓS 2 – Nação/Alemanha**

Neste segundo funcionamento discursivo, o sujeito do discurso faz promessas de paz à população alemã, que ainda estava devastada com os efeitos da Primeira Guerra Mundial, à medida que o sujeito enunciador

---

<sup>7</sup> A partir de Benveniste (1991).

recupera, através das condições de produção desse discurso, a memória da Primeira Guerra Mundial, conforme os recortes a seguir:

|  |
|--|
| <p>➤ “<b>Nós</b> queremos que nossa gente seja amante da paz” (SD- 2).</p>   |
| <p>➤ “<b>Nós</b> queremos que nossa gente seja leal” (SD- 2).</p>  |
| <p>➤ “<b>Nós</b> queremos que nossa gente seja obediente” (SD- 2).</p>   |
| <p>➤ “<b>Nós</b> não queremos que nosso povo seja fraco” (SD- 2).</p>  |
| <p>➤ “Com isso <b>nós</b> temos a garantia de que aqueles que morreram na Primeira Guerra Mundial - o grande número de camaradas nossos - não fizeram um sacrifício pela Alemanha em vão” (SD- 4).</p>   |
| <p>➤ “E quando a grande procissão do nosso movimento marchar gloriosamente pela Alemanha hoje, então saberemos que vocês se juntarão a essas colunas, e saberemos que antes de <b>nós</b> vem a Alemanha. Em <b>nós</b> marcha a Alemanha. E depois de <b>nós</b> virá a Alemanha!” (SD- 4).</p> |

A análise desses recortes aponta para o fato de que o mesmo sujeito enunciador se representa por meio de diferentes formas pronominais e, conseqüentemente, ocupa diferentes posições-sujeito, bem como realiza diferentes projeções imaginárias através do “nós”. Daí a relevância de compreender as especificidades do funcionamento discursivo mediante a saturação do “nós”, principalmente quando o sujeito ocupa aqui o lugar de líder (*posição-sujeito* de liderança que está ocupando) da nação.

Para Indursky (2013), é preciso pensar o uso do “nós” como uma forma pronominal correspondente a um “eu” mais o outro, ou seja, o “nós” é compreendido como a expressão do “eu” mais o outro com quem o sujeito

mantém uma relação de identificação. Elemento não apenas linguístico, o “nós” tem relação com um papel político, porque assume a voz de um “locutor coletivo”, embora suas funções nem sempre se reduzam àquelas do dizer. Ainda, segundo a autora, ao discutir as diferentes representações do sujeito, o “nós” político equivale também a uma pessoa ampliada e enigmática; e é essa ampliação do “eu” que garante ao enunciador agregar, através da identificação ou do silenciamento, outros enunciadores a seu dizer. Dessa forma, ao analisar o funcionamento do discurso presidencial dos militares, a autora percebeu que o “nós”, por constituir conjuntos lexicalmente não-nomeados, refere-se ao referencial não especificado do qual o “eu” relaciona-se para instituir o “nós” (INDURSKY, 2013, p. 48).

Embora, no discurso em análise, o “nós” não funcione precisamente do mesmo modo como aquele que foi analisado no discurso dos militares por Indursky, certamente também aqui ele é um “nós político”, ou melhor, é um “nós” amplificado, representante de diferentes segmentos sociais inscritos no discurso, como mostra o trecho: “Vocês não poderão estar de outra maneira, senão ligados a nós. E quando a grande procissão do nosso movimento marchar gloriosamente pela Alemanha hoje, então saberemos que vocês se juntarão a essas colunas, e saberemos que antes de nós vem a Alemanha. Em nós marcha a Alemanha. E depois de nós virá a Alemanha!” (SD-4). Podemos perceber, diante disso, que o sujeito presidente se desloca do grupo social a que o “nós” referencia (os jovens alemães), como observamos no enunciado seguinte: “Tudo o que **nós** esperamos da Alemanha nos próximos anos, **nós** esperamos de vocês, garotos e garotas” (SD-3). Neste recorte, o sujeito enunciador associa-se à nação alemã que está disposta a integrar os movimentos que lutarão em defesa do país, mesmo que esses sujeitos (jovens) não disponham de toda liberdade para falar, mas são falados pelo sujeito enunciador. Em outras palavras os segmentos são inclusivos, pois faz referência ao governo, que inclui toda a coletividade dos alemães. Portanto, há aqui a presença de um jogo político-ideológico entre o individual e o coletivo para legitimar o discurso do sujeito enunciador.

Compreendemos que a ambiguidade do “nós”, no discurso de Hitler, se dá precisamente pelo motivo de que essa forma pronominal ora produz

identificação com o outro, ora não, marcando, com isso, a sua posição-sujeito e, ao mesmo tempo, se legitimando a partir de tal lugar para enunciar. Há uma marcação exagerada do “Ser-alemão”, presente na fala de Hitler através da saturação do “nós” que está explícito no texto como mostra o recorte: “**Nós** queremos que nossa gente seja leal, e **vocês** deverão aprender essa lealdade. **Nós** queremos que nossa gente seja obediente, e **vocês** deverão treinar a obediência. **Nós** queremos que nossa gente seja amante da paz, [...] Ainda que pronta para a paz. **Nós** não queremos que nosso povo seja fraco, [...] E  **você** deve treinar **você** mesmo para isso na juventude” (SD-2).

Dessa maneira, o efeito de sentido que se produz, em nossa leitura, é o de que o “nós” da liderança funciona de forma assimétrica, uma vez que o sujeito enunciativo desse discurso, ainda que inscrito na mesma posição-sujeito da liderança política e na mesma FD, não desempenha a mesma função que os demais cidadãos alemães desempenham, visto que ele enuncia como líder nessa posição-sujeito e, diante disso, como porta-voz legítimo eleito pelo “povo”.

No que se refere à função discursiva do porta-voz nos recortes em análise, Pêcheux (2010) nos apresenta uma dupla visibilidade da função enunciativa do porta-voz:

[...] o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pelo qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior (PECHEUX, 2010, p. 17).

Constatamos, ademais, que, em seu discurso, Hitler promete construir o país para todo o povo Alemão sem classes e *status* sociais diferentes. A forma de falar ao povo alemão é típica e característica do discurso político. Nessa perspectiva, Courtine (2006, p.10-11) menciona que “[...] todo discurso político deve ser pensado como uma unidade dividida, dentro de uma heterogeneidade em relação a si mesmo, que a análise do discurso político pode ser capaz de traçar”.

Percebemos, ainda, a ligação existente entre a formação imaginária que o presidente sugere e a imagem que as pessoas construíram a seu respeito, ou seja, à figura de um presidente progressista, que iria defender um discurso igualitário, fraterno e justo para todos os alemães. Por isso, a imagem que Hitler produz de si para o povo é a de um político acessível a todos, por meio dos efeitos de verdade que se inscrevem num discurso nacionalista, em que somente sujeitos que se identificam com “Ser-Alemão” deteriam o poder. O uso do “nós”, em cada recorte acima, pode marcar a presença do *esquecimento nº 2* (PÊCHEUX, 2009 [1975]), quando o sujeito tenta “driblar” a formação discursiva autoritária em que se inscreve, produzindo, assim, o efeito de sentido que joga com a democracia (o avesso da FD nazista), porque o sujeito-presidente se institui como líder do povo e marca a projeção imaginária do lugar de liderança que ele ocupa; produz-se, com isso, o “nós” da liderança que, no funcionamento do discurso, dá a direção do quê e de como dizer/fazer e, conseqüentemente, do quê não dizer/fazer, como mostra o trecho a seguir: “[...] Não existe nada que **você** tome posse antes de aprender e instilar a si mesmo. E agora, nós queremos que **vocês**, garotos e garotas alemãs, peguem tudo o que temos de esperança para a Alemanha. [...] **Nós** queremos ser uma nação, e vocês, a minha juventude, deverá se tornar agora essa nação. **Nós** não queremos mais ver classes e status sociais diferentes, então vocês não podem permitir-se nutrir atitudes que promovam essas coisas”. (SD-2).

É interessante percebermos o jogo entre o “eu” e o “nós” utilizado pelo sujeito nesses recortes. Nos verbos marcados pelo “nós”, o “eu” é excluído, já que Hitler não participou dessas ações, como percebemos no recorte a seguir: “**Nós** queremos que nossa gente seja amante da paz” (SD-2). Já, quando se utiliza do pronome possessivo, para falar do “nosso movimento, nosso país, nosso trabalho”, está se incluindo e referindo-se a todos os alemães. Nos referentes de “queremos, esperamos, olhamos, percebemos”, compõem-se um conjunto lexical não nomeado (silenciado), nos termos de Indursky (2013). Assim, a partir desse jogo, se marca a diferença entre o passado e o futuro (estamos a olhar para o futuro, onde o “eu” volta a aparecer).

|   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vocês – jovens alemães</b></li> </ul> |
|---|

Neste funcionamento discursivo, o sujeito do discurso constrói um referente discursivo que pretende ser suficientemente amplo para representar os jovens alemães. Portanto, nessas sequências discursivas, ao se dirigir aos jovens, o sujeito-enunciador tenta convencê-los de que a luta era necessária para que o povo conquistasse seu espaço, pois nada lhes era entregue gratuitamente; eles teriam que dar o melhor de si para alcançar suas metas e conseguir atingir seus objetivos, como podemos ver no trecho a seguir: “Sabemos que nada é entregue gratuitamente a um povo. Tudo deve ser conquistado através de lutas. Não existe nada que **você** tome posse antes de aprender e instilar a si mesmo”. (SD-2). Através do não dito, podemos perceber que Hitler, em sua fala aos jovens, os encoraja a lutar pelo “Ser-Alemão” para assim poder construir uma nação forte.

Sendo assim, o sujeito interpela os jovens para que lutem com o propósito de defender a nação alemã, mesmo que, para isso, tenham que entregar suas vidas para salvar o povo alemão, ou melhor, a raça que eles acreditavam que estavam lutando para defender, como percebemos no enunciado: “[...] nós queremos que vocês, garotos e garotas alemãs, peguem tudo o que temos de esperança para a Alemanha - tudo o que queremos que se realize na Alemanha. **Nós** queremos ser uma nação, e **vocês, a minha juventude**, deverá se tornar agora essa nação” (SD-2). Além disso, podemos perceber que há uma relação de posse entre o sujeito enunciador e o outro em “minha juventude” de modo a estabelecer uma identificação (sem possibilidade de escolha pelo outro) e legitimar o discurso do sujeito. É em pontos como este que o sujeito enunciador dá lugar a um sujeito interpelador que vai falar da formação discursiva do “Ser-Alemão”, em oposição ao “Não-ser-Alemão”.

Ao enunciar “**Nós** queremos ser uma nação, **nós** queremos que **nossa** gente seja amante da paz” (SD- 2), podemos interpretar, pela ordem do não dito que antes não existia uma nação que fosse amante da paz. Na ordem do inconsciente, tem-se o apelo aos valores de uma nação pura, como era o

desejo de Hitler para com o povo alemão. O que se acha em funcionamento nas falas analisadas, mediante a saturação de um discurso nacionalista vem a ser uma projeção imaginária do “Ser alemão” que, pela ordem do não dito, acaba constituindo também sentidos para o “Ser-não-Alemão”, o qual virá a se materializar no discurso de ódio, exclusão e extermínio.

Notamos, ainda, que o sujeito se mostra confiante com o cumprimento do trabalho realizado com os jovens e lembra que muitos dos que morreram para salvar o povo alemão não fizeram isso em vão; por conseguinte, os que perderam a vida para salvar outros terão a recompensa dos céus. O sujeito, em seu discurso, aponta para os jovens que lutaram e que deram suas vidas em favor da existência de outros, como podemos perceber em: “[...] o grande número de camaradas nossos - não fizeram um sacrifício pela Alemanha em vão [...] e nas suas mentes jovens queima o mesmo espírito que nos conduz”. (SD-4). Com isso, o sujeito enunciador incentiva os jovens para continuarem nas batalhas e não desistirem perante os obstáculos, que sejam perseverantes e, com confiança, lutem até o fim, porque, em suas mentes, há o mesmo espírito de um povo que não teme o perigo, que vai à luta sem medir esforços. Organizado desta maneira, o discurso assume novamente um tom de convocação para luta, de entrega, de sacrifício pelo “bem maior”. Tudo em nome da imagem de um presidente democrático que se preocupa com o bem estar do seu “povo”.

Fazendo esse jogo ideológico, o sujeito demonstra ter posse sobre os jovens que lutam a seu favor, os quais pertencem à Alemanha e não poderão existir fora dela, pois combaterão até o fim para defender uma nação a qual acreditam fazer parte. Destacamos, ademais, que o presidente, em seu discurso, menciona sobre a importância de se ensinar a juventude o valor e o respeito que os grandes homens devem ter. Notamos, com isso, que o sujeito-enunciador quer fazer com que os jovens aprendam desde cedo a devoção e subordinação aos representantes da nação (Estado). Como percebemos no recorte: “**Nós** queremos que nossa gente seja obediente, e vocês deverão treinar a obediência. **Nós** queremos que nossa gente seja amante da paz, mas também valente. Ainda que pronta para a paz. **Nós** não queremos que nosso

povo seja fraco, mas que ele seja resistente a fim de suportar as dificuldades da vida. E você deve treinar você mesmo para isso na juventude”. (SD-2). Percebemos ademais, que, nesse discurso de Hitler aos jovens, há uma saturação do nós, para marcar o não dito, o que foi silenciado na sua fala. O discurso insistente tem por efeito de sentido a projeção do não ser alemão, que será alvo de perseguição por não ser considerada a raça ariana.

Assim, observamos os efeitos de sentido produzidos para “nós” e “vocês”, a partir de uma Formação Discursiva autoritária que regula o discurso de Adolf Hitler e, sobretudo, através da utilização do pronome “nós”, que projeta a imagem de um presidente democrático, comprometido com o “povo”. Ainda, nesses recortes, podemos perceber que o sujeito se pauta na iniquidade de um regime que se afirma mediante um discurso autoritário que usa o outro para se promover e que se contradiz a um regime posto pela democracia. Encontramos, também aqui, o desenvolvimento do discurso do *bom sujeito*, como empreendido por Pêcheux (2009 [1975]), ou seja, o discurso de Hitler instaura aqui um sujeito que se reconhece plenamente com os saberes da FD nazista a que se filia e o determina.

Dessa forma, diante do estabelecimento desse jogo discursivo, o emprego dos pronomes pessoais tem papel fundamental. Logo, o sujeito enunciador se dirige à população, colocada no lugar do outro, através de um jogo de imagens; ou seja, do lugar que seu interlocutor ocupa (os alemães), e do lugar ocupado por ele (Hitler), determinando-se o que e como é enunciado o discurso do “eu”.

Na próxima seção, analisamos como o “**vocês**”, “**povo**” e “**nação**”, funcionam nos discursos de Hitler.

## 5.2 OS DESDOBRAMENTOS DE SENTIDO NAS FORMAS DISCURSIVAS “VOCÊS” E “POVO”

Neste segundo bloco de análise, recortamos seis sequências discursivas (**SD5, SD6, SD7, SD8, SD9, SD10**). Essas sequências foram recortadas do pronunciamento de Hitler, em 1933, ao discursar no Krolloper, bem como do pronunciamento de 1938, dirigido “às mulheres”.

### SD-5:

“Se **eu** penso **comigo** mesmo se uma mulher deve comparecer a um julgamento, então **eu** tenho que dizer! Quando que uma mulher que está perto de **mim**, ou até mesmo se **eu** quisesse imaginar a **minha** mãe ainda viva, teria de se sentar na frente de um assassino em um tribunal e decidir o veredito? Nunca! Nunca! **Nós** não **queremos** isso. [...] Então eles vêm naturalmente e dizem de imediato! “Desculpe-me, mas então **você** também não vai deixá-las no parlamento”. Certamente, mas só porque **eu** também estou convencido de que o parlamento não aumentaria o valor da mulher. [...] “**Você** não acha que se **você tiver** a mulher presente no Reichstag, que a mulher iria aperfeiçoar as condutas do Reichstag em seguida?” **Eu** não **tenho** interesse em aperfeiçoar o Reichstag ou aperfeiçoar suas condutas de qualquer modo, porque seja honrado, cavaleiro ou enobrecido, retórico ou não, isso é totalmente o mesmo. Acima de tudo, **eu** também **estou** convencido, por exemplo, de que o parlamento na época, não era nada mais do que um saco de maçãs podres. (aplausos) Agora **vocês** vão me dizer: “É por isso que agora **você** deve colocar pessoas sadias no parlamento!” Não, **eu** prefiro deixar as pessoas sadias de fora, para que não apodreçam também. (aplausos e risos)”. (HITLER, 1938, p. 1).

### SD-6:

“Quando **eu** olho ao redor do mundo de hoje, a imagem dos jornais que **me vem** a memória é, um regimento na União Soviética de mulheres atiradoras! Ou... um batalhão de mulheres granadeiras na Espanha! Tudo o que **posso** dizer para os representantes deste tipo de igualdade feminina: **Eu** não **seria** um homem, se **eu** tolerasse tal coisa. **Eu** experimentei a guerra. **Eu sei** como é difícil. **Eu sei** o quanto os nervos de muitos homens foram abalados por esta guerra. **Vi** muitas vezes retornarem dezenas deles, trêmulos, completamente arruinados e quebrados! A ideia de que uma menina ou uma mulher tem que passar por isso. **Eu** não poderia respeitar os homens Alemães então! Ou **eles** assumem a responsabilidade por isso ou devem renunciar-se! (aplausos)”. (HITLER, 1938, p. 1-2).

**SD-7****SD-7:**

“Muitas vezes **me disseram**: “**Você deseja** remover a mulher de todas as profissões!” Em geral, **eu vou dar-lhe** apenas a possibilidade de ser capaz de se casar e ajudá-la a fundar uma própria família e ter filhos, porque **ela** faria isso - e esta é **minha** convicção agora - que beneficiaria a maioria do **nosso povo**, com certeza. Isso é claro. (aplausos) E **vocês precisam** entender isso de **mim**: Se **eu tiver** uma advogada na **minha** frente algum dia, e não importa o quanto ela conquistou (profissionalmente), ao lado dela há uma mãe com cinco, seis, sete filhos em ótima saúde e bem-educados por **ela**, então **eu quero** dizer: Do eterno ponto de vista, do valor eterno do **nosso povo**, a mulher - que é capaz de ter crianças e tem crianças e os criou, desse modo, dá ao **nosso povo** a maior capacidade de viver no futuro, - Alcançou mais. **Ela** fez mais, (aplausos) **Ela nos ajuda** a evitar a morte de **nosso povo**”. (HITLER, 1938, p. 3).

**SD-8:**

“[...] É desejo sincero do governo nacional poder abster-se de aumentar o **nosso** exército e as **nossas** armas, desde que o resto do mundo também esteja pronto para cumprir agora radical. [...] Em qualquer caso, o governo nacional assume as suas obrigações em matéria de desarmamento e educará o **povo** alemão neste espírito de desejo de liberdade. A honra nacional, a honra do nosso exército e o ideal de liberdade devem mais uma vez ser sagrados ao **povo** alemão! O **povo** alemão deseja viver em paz com o mundo. Mas é por esta mesma razão que o governo do Reich empregará todos os meios para obter o termo final da divisão das **nações** do mundo em duas categorias. [...] O governo nacional está pronto a estender a mão em sincero entendimento a todas as **nações** que finalmente estejam dispostas a por um termo ao trágico passado. A dificuldade econômica internacional só poderá desaparecer quando forem estabelecidas as bases de relações políticas estáveis e quando as **nações** tenham recuperado a sua confiança mútua”. (HITLER, 1933, p. 8).

**SD-9**

“[...] De acordo com o governo do Reich, o partido nacional-socialista e o partido popular nacionalista alemão lhes submetem um projeto de lei para resolver a situação do **povo** e da **nação**. Procuram justificar moralmente tal coisa afirmando que a Alemanha e seu governo foram responsáveis pela eclosão da guerra. Essa asserção era sabida e conscientemente mentirosa. Em consequência dela, todavia, estas acusações mentirosas feitas no interesse dos nossos antigos inimigos levaram a mais severa opressão de todo **povo** alemão e a quebra das garantias que nos foram dadas pelos 14 pontos de Wilson, e assim lançaram a Alemanha, isto é, as classes trabalhadoras do **povo** alemão, a uma época de infinita desgraça”. (HITLER, 1933, p.1).

**SD-10**

“O programa de reconstrução do **povo** e do Reich resulta da grande necessidade de nossa vida política, moral e econômica. Convencido que esta derrocada tem suas origens em feridas no seio do próprio **povo**, [...] A divisão de **nação** em grupos com opiniões inconciliáveis, provocada sistematicamente pelas doutrinas falsas do marxismo, significa a destruição da base de uma possível vida comunal. [...] Partindo-se do liberalismo do século passado, este desenvolvimento encontra seu fim natural no comunismo. [...] Uma ampla reforma do Reich só poderá nascer do desenvolvimento orgânico. Seu objetivo deve ser a construção de uma constituição que una a vontade do **povo** com a autoridade de uma liderança real. A legalização de tal reforma constitucional vai ser dada pelo próprio **povo**” (HITLER, 1933, p. 2).

Observemos uma segunda grade referencial onde há a separação e a descrição dos diferentes referentes discursivos recortados das sequências acima:

| GRADE DE REFERÊNCIA II |  |
|------------------------|--|
| VOCÊS                  | Mulheres alemães                         |
| POVO                   | O jogo com o “povo” no discurso político |

- **VOCÊS – mulheres alemães**

Nesse funcionamento discursivo, podemos perceber que Hitler se dirige às mulheres com um discurso da raça em que há uma instrumentalização do ventre alemão para procriar, visão estratégica militar que se sobrepõe a querer que a mulher produza filhos para a Alemanha não ficar sem habitantes e ela possa criar e educá-los para o exército. Dessa forma, o papel estratégico das mulheres é cumprido se ela for capaz de educar seus filhos para a sociedade. Desse modo, percebemos que a mulher é colocada em um lugar materno, um discurso estratégico e sobretudo nacionalista que quer “Alemães” para a Alemanha não ser construída por estrangeiros. Ainda que o discurso da mulher pareça ser de desvalorização, é um discurso em que Hitler se preocupa com o “Ser-Alemão”, a raça pura que só as mulheres alemães podem dar. Por isso, o contexto histórico é que a Alemanha só será pura se a mulher puder dar à nação esses alemães. Percebemos, ademais, que as mulheres são colocadas de fora do “nós”, vistas apenas como reprodutoras, que tem a função de educar seus filhos e cuidar do marido, como mostra o trecho a seguir: “Se **eu tiver** uma advogada na **minha** frente algum dia, e não importa o quanto ela conquistou (profissionalmente), ao lado dela há uma mãe com cinco, seis, sete filhos em ótima saúde e bem-educados por **ela**, então **eu quero** dizer: Do eterno ponto de vista, do valor eterno do **nosso povo**, a mulher - que é capaz de ter crianças e tem crianças e os criou, desse modo, dá ao **nosso povo** a maior capacidade de viver no futuro, - Alcançou mais. **Ela** fez mais, (aplausos) **Ela nos ajuda** a evitar a morte de **nosso povo**” (SD-7). Assim, o discurso do

sujeito-presidente é um discurso da raça (excludente), em que existe uma preservação da figura feminina e que lhe é projetado o lugar de submissão.

A mulher em todo o desenvolver da fala de Hitler é conduzida inconscientemente ao lugar que o outro a sujeitou, um lugar de submissão à figura masculina. As falas de Hitler estão repletas de nacionalismo e confiança na mulher alemã e na sua capacidade de construção de uma nação forte, pois há um chamamento do enunciador para que as mulheres alemãs gerem filhos alemães para a Alemanha. Nessa perspectiva, o enunciado “Se **eu tiver** uma advogada na **minha** frente algum dia, e não importa o quanto ela conquistou (profissionalmente)”, pela ordem do não dito, apontar para um efeito de inferioridade da mulher perante a sociedade apagando as suas conquistas alcançadas historicamente. Diante disso, percebemos que o discurso de Hitler em relação à mulher é discurso produzido em um contexto histórico marcado pelo patriarcalismo, em que a mulher não era aceita na sociedade enquanto ser independente, que teria condições de viver sem o marido. Desse modo, para podermos analisar um discurso, é necessário considerar os já ditos e assinalar aquilo que ainda não foi dito (os sentidos implícitos), que surgem no que está sendo dito. A Bíblia fala dessa mulher virtuosa, mas a construção social do que viria a ser essa mulher depende das ideologias sociais. De modo geral, considerando o discurso de Hitler, essa mulher seria a dona de casa, a mulher que cuida do lar, alemã chamada a gerar filhos alemães puros e educados para a Alemanha.

Portanto, o sujeito, no discurso dirigido às mulheres, assume uma posição machista e, conseqüentemente, coloca a mulher, através de um jogo de projeções imaginárias em relação à figura masculina, numa posição de submissão. Na ordem do interdiscurso, o efeito de sentido produzido é que Hitler valoriza as relações familiares e que a mulher tem um papel fundamental na sociedade. As mulheres tinham um papel estratégico de poder da raça pura, uma vez que elas teriam que gerar filhos e educá-los bem para a sociedade e também para a guerra, onde eles teriam que lutar contra o estrangeiro o “Ser-não-Alemão”. Se a mulher alemã não gerassem filhos saudáveis, a Alemanha teria que confiar a luta ao estrangeiro, e Hitler não queria isso; queria ao contrário um exercito formado pelo povo “Ser Alemão”, a raça pura.

Além do mais, nesse recorte (**SD- 5**), o sujeito enunciador promove outro jogo de formações imaginárias, a partir do qual lança uma questão, a qual ele mesmo responde, a partir da imagem de si que projeta sobre o outro, “Se **eu** penso **comigo** mesmo se uma mulher deve comparecer a um julgamento, então **eu** tenho que dizer! Quando que uma mulher que está perto de **mim**, ou até mesmo se **eu** quisesse imaginar a **minha** mãe ainda viva, teria de se sentar na frente de um assassino em um tribunal e decidir o veredito? Nunca! Nunca! **Nós** não **queremos** isso” (**SD-5**). Nesse sentido, podemos perceber que o modo de vivência das mulheres requer ações determinantes do comportamento masculino, ou seja, as mulheres não tem domínio sobre o que falar, mas tem seu comportamento modelado pelas circunstâncias relacionadas ao agir. Logo, o atravessamento de sentidos presente na figura da mulher alemã na sociedade, é que ela precisa de um homem para se sentir segura e ter filhos puros (arianos).

Através de gestos de interpretação, percebemos, pela ordem do não dito, que a figura da mulher deve estar sempre associada à submissão, ao lar e afazeres domésticos, àquela mulher caracterizada como sexo frágil, predestinada ao casamento à maternidade, em que há um chamamento para que as mulheres alemãs gerem filhos alemães para a Alemanha;

Mobilizando o jogo de formações imaginárias aí construído, podemos observar que a sociedade alemã é fortemente marcada pela supremacia masculina e sustenta que a mulher é incapaz de ter autonomia, não sendo instruída o suficiente para tomar decisões. Assim, ao analisarmos a evolução social da mulher, percebemos que o discurso de Hitler é fortemente marcado por um valor hierárquico, que posiciona a mulher em um lugar inferior diante do homem. A mulher se destaca como um ser frágil que, teoricamente, precisa de um responsável por ela. A sociedade aí invocada, por sua vez, exige uma postura autônoma e de liderança do homem, do mesmo modo que exige a posição de subordinação da mulher; em vista disso, há uma exigência como casal, em que ambos assumem diferentes funções e que estão diretamente relacionadas ao modelo patriarcal e hierárquico. Neste ponto, percebemos que o sujeito enunciador produz um discurso arbitrário, atravessado pelo preconceito e pela desvalorização da mulher, conforme podemos observar no

trecho a seguir, em que a mulher deve viver unicamente para servir ao homem e ser capaz de procriar: “Muitas vezes me disseram: “Quando **eu** olho ao redor do mundo de hoje, a imagem dos jornais que **me vem** a memória é, um regimento na União Soviética de mulheres atiradoras! Ou... um batalhão de mulheres granadeiras na Espanha! Tudo o que **posso** dizer para os representantes deste tipo de igualdade feminina: **Eu** não **seria** um homem, se **eu** tolerasse tal coisa” (SD-6).

Hitler, em seu discurso, sem que tenha consciência disso, está assujeitado, pois é orientado por formações discursivas e imaginárias. Ele também sofre o processo de esquecimento, pois acredita que é o dono do que fala e também que o dito só pode ser feito de uma forma. Assim, pela ordem do não dito, percebemos que outras vozes foram silenciadas no discurso das mulheres. Portanto, as condições de produção em que foi produzido o discurso de Hitler às mulheres é marcado por um contexto histórico significativo em que as mulheres tinham que viver submissas aos seus maridos. Desse modo, o silêncio significa na sua relação com a história, por isso, nos discursos de Hitler às mulheres, era contraditório que ele incentivasse a mulher a estudar e se profissionalizar, o que não era permitido na época como podemos perceber no recorte “Em geral, eu vou dar-lhe apenas a possibilidade de ser capaz de se casar e ajudá-la a fundar uma própria família e ter filhos, porque ela faria isso - e esta é minha convicção agora - que beneficiaria a maioria do nosso povo, com certeza” (SD-7).

Uma leitura do recorte acima pode nos sugerir que o sujeito-presidencial não valoriza a mulher enquanto ser que se especializou com o objetivo de ter uma profissão, uma vez que a mulher nasceu designada a cuidar e educar os filhos dignamente, preparando-os para enfrentar a vida na sociedade. Observando as condições de produção em que o discurso analisado se insere, podemos dizer que, nessa época, a mulher não tinha nem voz nem vez na sociedade. Daí a construção (projeção) de uma imagem de mulher submissa ao homem.

Diante disso, percebemos, no discurso de Hitler sobre as mulheres, um silenciamento imposto sobre ela à medida que a mesma não fala, não pode ter

voz, mas sim é falada pelo sujeito, como podemos observar no recorte: “Você não acha que se você tiver a mulher presente no Reichstag, que a mulher iria aperfeiçoar as condutas do Reichstag em seguida?” Eu não tenho interesse em aperfeiçoar o Reichstag ou aperfeiçoar suas condutas [...]” (SD-5).

Por um efeito ideológico, essa foi a imagem dominante, na nossa formação social, sobre a mulher. Dessa forma, a imagem que fazemos da mulher, por exemplo, é o sentido que foi construído para ela em nosso imaginário social. Por isso, afirmamos que o sentido de uma palavra não é nosso, mas é consequência da forma como essa palavra significa em diferentes contextos sócio-históricos, sedimentando um sentido e silenciando outros.

Vejamos, diante disso, os efeitos de sentido que se instituíram historicamente também sobre o “povo” e que reverberam no discurso em análise.

### 5.3 O JOGO COM O POVO NO DISCURSO POLÍTICO

No funcionamento discursivo sobre o “povo”, é possível perceber que o sujeito enunciador se refere à população alemã para legitimar aquilo que enuncia, como podemos perceber nos recortes dos enunciados a seguir:

➤ “Em geral, eu vou dar-lhe apenas a possibilidade de ser capaz de se casar e ajudá-la a fundar uma própria família e ter filhos, porque ela faria isso - e esta é minha convicção agora - que beneficiaria a maioria do nosso **povo**, com certeza” (SD- 7).

➤ “Do eterno ponto de vista, do valor eterno do **nosso povo**, a mulher - que é capaz de ter crianças e tem crianças e os criou, desse modo, dá ao **nosso povo** a maior capacidade de viver no futuro, - Alcançou mais” (SD- 7).

➤ “**Ela** nos ajuda a evitar a morte de **nosso povo**” (SD- 7).

|  |
|--|
| <p>➤ “Em qualquer caso, o governo nacional assume as suas obrigações em matéria de desarmamento e educará o <b>povo</b> alemão neste espírito de desejo de liberdade” (SD- 8).</p>   |
| <p>➤ “A honra nacional, a honra do nosso exército e o ideal de liberdade devem mais uma vez ser sagrados ao <b>povo</b> alemão! O <b>povo</b> alemão deseja viver em paz com o mundo” (SD- 8).</p>   |
| <p>➤ “[...] o partido popular nacionalista alemão lhes submetem um projeto de lei para resolver a situação do <b>povo</b> e da nação” (SD- 9).</p>   |
| <p>➤ “[...] todavia, estas acusações mentirosas feitas no interesse dos nossos antigos inimigos levaram a mais severa opressão de todo <b>povo</b> alemão [...]” (SD- 9).</p>  |
| <p>➤ “[...] e assim lançaram a Alemanha, isto é, as classes trabalhadoras do <b>povo</b> alemão, a uma época de infinita desgraça” (SD- 9).</p>  |
| <p>➤ “O programa de reconstrução do <b>povo</b> e do Reich resulta da grande necessidade de nossa vida política, moral e econômica. Convencido que esta derrocada tem suas origens em feridas no seio do próprio <b>povo</b>” (SD- 10).</p>  |
| <p>➤ “[...] Seu objetivo deve ser a construção de uma constituição que una a vontade do <b>povo</b> com a autoridade de uma liderança real. A legalização de tal reforma constitucional vai ser dada pelo próprio <b>povo</b>” (SD- 10).</p> |

Por intermédio do referente “povo”, o presidente constrói uma imagem de um povo que o venera e o apoia em seus projetos. No entanto, este mesmo “povo” estava descontente e sem esperança diante do caos vivenciado na Alemanha. Sendo assim, o sujeito-enunciador se constitui como porta-voz autorizado do “povo”, dando-lhe voz. Segundo Indursky (2013, p.35), o sujeito “[...] assume a função enunciativa de porta-voz, produzindo um efeito de universalização [...]”. Logo, o sujeito aí constituído fala em nome de uma maioria dos alemães, preocupando-se com os problemas de toda população

através de um jogo de projeções imaginárias. Esta leitura só é possível diante da opacidade da materialidade linguística “povo”. Com isso, o povo também fica sem voz (é silenciado), pois se fala em nome do povo, ou seja, estamos aqui diante de um discurso sobre o povo, e não ouvimos a voz do povo propriamente dito.

Nessa perspectiva, o item lexical “povo” é mais uma forma de referir-se, recuperar e, ao mesmo tempo, silenciar o outro para legitimar o discurso do sujeito e estabelecer as relações de poder na sociedade sobre o “povo”. Com isso, segundo Indursky (2013, p. 128), “[...] produz-se um discurso sobre o povo e não o discurso do povo”. Nesse sentido, o “povo” permanece sem voz à medida que é falado pelo outro. Ainda concordamos com Indursky (2013, p. 130) porque esse “povo” “[...] é um simulacro e somente enquanto constructo é possível concebê-lo como povo que aceita espontaneamente sofrer e, por ser sábio e justo, não acredita na insensibilidade atribuída ao governo”. Ou seja, refere-se a um povo construído discursivamente de acordo com a imagem que lhe é atribuída ideologicamente, ou seja, enquanto massa de manobra política.

Ainda no que se refere ao item lexical “povo”, é importante observar que, mesmo na linearidade do discurso, o sujeito-enunciador se refere ao povo alemão. O efeito de sentido que é produzido para o “povo”, no discurso de Hitler, equivale à totalidade dos alemães, como é possível observar no recorte a seguir: “Em geral, eu vou dar-lhe apenas a possibilidade de ser capaz de se casar e ajudá-la a fundar uma própria família e ter filhos, porque ela faria isso - e esta é minha convicção agora - que beneficiaria a maioria do nosso povo, com certeza” (**SD-7**). Ou seja, o povo alemão projetado no discurso de Hitler é o “Ser-Alemão” o que é parte da raça ariana, o que reforça a exclusão do outro, ou melhor, o “Ser-não-Alemão”.

Dessa forma, percebemos que se produz um efeito de sentido que aponta para o espaço da coletividade, uma vez que se refere a um povo e seu caráter coletivo e não partitivo. Trata-se de um emprego genérico da palavra “povo”, diferenciando-se dos demais níveis que fazem referência a determinados segmentos da sociedade. O “povo”, neste segundo caso, reúne os alemães em nome da nação, como é possível perceber no recorte: “A honra

nacional, a honra do nosso exército e o ideal de liberdade devem mais uma vez ser sagrados ao **povo** alemão! O **povo** alemão deseja viver em paz com o mundo. Mas é por esta mesma razão que o governo do Reich empregará todos os meios para obter o termo final da divisão das nações do mundo em duas categorias” (SD-8).

Ao se dirigir à população usando o termo “povo”, como sendo um coletivo, o presidente reveste seu discurso de autoridade, pois fala em nome do “povo”, aparentemente se referindo à toda população no geral. Dessa forma, se constrói o efeito de sentido de unanimidade, homogeneidade da massa. Ao se instituir numa FD autoritária que se dirige ao “povo”, percebemos que o sujeito do discurso presidencial se apresenta como aquele que tudo sabe, e o povo como aquele que precisa de um líder para poder guiá-lo, um povo que nada sabe. A este povo que nada sabe, segundo Indursky (2013, p. 141), fica a proteção de um mediador, que proverá suas necessidades, fazendo com que a voz do povo seja silenciada e substituída por um simulacro de voz, como mostra o enunciado: “[...] Uma ampla reforma do Reich só poderá nascer do desenvolvimento orgânico. Seu objetivo deve ser a construção de uma constituição que una a vontade do povo com a autoridade de uma liderança real. A legalização de tal reforma constitucional vai ser dada pelo próprio povo” (SD-10). Nesse sentido, Adolf Hitler, para ganhar a confiança da população e conseguir dominar a todos – onde pudesse ter um grupo inseparável e com opiniões compatíveis, usava meios que iriam, de certa forma, atingir os povos de outros segmentos pelos conflitos com a própria nação alemã.

Ao assumir a posição de representante da nação, entendemos que o sujeito presidente se coloca no lugar do povo e está disposto, aparentemente, a ser o primeiro soldado alemão a lutar a favor da nação, como vemos no trecho a seguir: “[...] Em qualquer caso, o governo nacional assume as suas obrigações em matéria de desarmamento e educará o **povo** alemão neste espírito de desejo de liberdade” (SD-8). Investido pelo poder patriarcal conferido-lhe pelo imaginário social deste lugar, tudo que um pai faz é para o bem de seus filhos. Em outras palavras, é isto que justifica pensar as ações políticas de Hitler como ação de um governo que oferece vantagens ao “povo”,

de certa medida, em troca de devoção e respeito político. Por isso, em relação ao povo, é tido como o detentor do poder, aquele que conhece os anseios de toda população alemã.

Ao fazermos uma leitura de desnaturalização dos efeitos de sentidos que pareciam ser evidentes, percebe-se que há a presença da FD autoritária de aproximação do governo com a população, o enunciado intradiscursivamente nos permite compreender que a população conversa sobre as propostas do governo. Sendo assim, é algo próximo da realidade das pessoas. No entanto, interdiscursivamente, nota-se que há um apagamento de que o “ Ser-não-Alemão” não terá direito na sociedade, por não fazer parte da raça escolhida por Hitler. Nesse sentido, Orlandi (2010, p. 46) afirma que “as palavras recebem sentidos de formação discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso”. Logo, na construção das falas de Hitler, encontramos atravessamentos de sentido que nos permitem, através do interdiscurso, compreender aquilo que é dito e, ao mesmo tempo, é silenciado.

Em vista disso, o povo é falado pela voz do sujeito enunciador, que, conforme Indursky, assume a posição de porta-voz e que, assim atuando, “apieda-se dele, pede-lhe sacrifício e trabalho, mas opina e decide por ele, deixando-o permanentemente amordaçado” (INDURSKY, 2013, p. 109), produzindo o efeito de que o desejo deste povo coincide com o desejo geral do país, conforme podemos perceber no trecho a seguir: “A honra nacional, a honra do nosso exército e o ideal de liberdade devem mais uma vez ser sagrados ao **povo** alemão! O povo alemão deseja viver em paz com o mundo” (SD-8).

Como podemos perceber, a partir das análises, o termo “povo” é usado como um instrumento político e, através deste, mobiliza-se o apoio, a força de trabalho e o sacrifício de outros em favor de uma voz singular. Desse modo, a materialidade “povo” é multifacetada semanticamente e exerce papel indispensável no jogo discursivo, uma vez que é por intermédio dele (do “povo”) que se constitui a ilusão de um discurso democrático.

O discurso ao povo é estágio para um discurso de superioridade em relação ao “Ser-não-Alemão”. O sujeito também se refere à esfera pública,

possibilitando que seu discurso se apresente do lugar de chefe da nação. Historicamente, a concepção evocada pela palavra nação tanto pode refletir em valores sociais quanto culturais e éticos, sob a forma da lei ou não, que um grupo constrói ao longo do tempo. Dessa forma, provavelmente, em todas essas épocas e em muitas outras, o fato é que existe uma construção social e política da ideia de nação ou daquilo que seria constitutivo de uma nacionalidade, como mostra o recorte a seguir: “O **povo** alemão deseja viver em paz com o mundo. Mas é por esta mesma razão que o governo do Reich empregará todos os meios para obter o termo final da divisão das nações do mundo em duas categorias” (**SD-8**).

Por sua vez, concordamos com Anderson (1989, p. 14), a nação “[...] é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana”. Assim sendo, para que a nação possa existir, é necessário que “[...] os indivíduos tenham muitas coisas em comum e, também, que todos tenham esquecido muitas coisas [...]” (ANDERSON, 1989, p. 14). Ou melhor, a nação é uma criação social abstrata criada pelas pessoas e não é algo que sempre esteve presente e é essencial para a sobrevivência dos indivíduos, como podemos perceber no recorte: “[...] O governo nacional está pronto a estender a mão em sincero entendimento a todas as nações que finalmente estejam dispostas a por um termo ao trágico passado” (**SD-8**).

O tempo da nação é algo tido como vazio e homogêneo, deixa de ser pontual e sincrônico e transforma-se em um tempo de duplicação, algo que não significa tempo plural. O espaço histórico passa a abranger novas e, algumas vezes, menos poderosas, vozes de grupos que se encontravam em condição de periféricos. Desse modo, o “[...] discurso da minoria revela a ambivalência intransponível que estrutura o movimento equívoco do tempo histórico” (BHABHA, 1998, p. 222). Isto posto, a nação explícita, por intermédio das vozes da minoria, seus golpes e suas contradições discursivas, afinal, propagava-se, teoricamente, a afirmação de que sob o tempo/espaço da nação, a realidade era uma só, quer dizer, algo uno e inseparável; e as pessoas que faziam parte dele tinham, em última análise, muitos elementos que as identificavam como iguais perante à nação.

Por meio de uma espécie de “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 1983), as nações alimentam-se de uma porção de representações e interpretações sobre o seu passado. Assim, consolidadas em diferentes escalas, tais imagens têm uma conexão particularmente poderosa e infalível nas instâncias ligadas ao Estado, bem como na produção discursiva dos seus representantes máximos, como percebemos no trecho: “[...] A divisão de nação em grupos com opiniões inconciliáveis, provocada sistematicamente pelas doutrinas falsas do marxismo, significa a destruição da base de uma possível vida comunal [...]” (SD-10). Desse modo, não está explícito pela ordem do dito que todos os alemães terão direitos na sociedade. Mas pela ordem do não dito percebemos que o sujeito do discurso exclui o outro o “Ser-não-Alemão”.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o caminho que fizemos até aqui, consideramos que não faz parte deste trabalho, inscrito no campo da AD, buscar uma conclusão definitiva para as questões inicialmente aqui apresentadas, mas gostaríamos de retomá-las para produzir um efeito de “fechamento”. Como o discurso da raça se estrutura a partir do modo de dizer de Hitler? Quais os efeitos de sentidos produzidos pelos itens lexicais “nós/nosso”, “vocês” e “povo”? Em que Formação Discursiva se inscreve o discurso de Hitler?

Diante disso, neste trabalho, buscamos mostrar, pelo viés da AD, o funcionamento do discurso político por meio do jogo de diferentes mecanismos que estruturam os discursos em análise; ou seja, percebemos, através da análise do *corpus*, que há em funcionamento um jogo de formações imaginárias – que se dá no imbricamento do discurso com a história e a ideologia – que se instaura por meio de itens lexicais como “nós/nosso”, “vocês”, “povo” e os respectivos efeitos de sentido que se produzem, por meio dessa relação, apontam para a instauração daquilo que consideramos como um processo de interpelação por meio de três instâncias ou categorias: o “Ser-alemão”, o alemão convocado por Hitler para defender a nação; o “ser-alemão”, como aquele que não responde ao chamado do sujeito enunciador; e, por fim, o “Ser-não-Alemão”, os excluídos da FD a que Hitler está filiado: os judeus, homossexuais, negros etc. O povo indesejável que Hitler desejava exterminar da Alemanha.

Nesse sentido, os discursos que foram analisados, a princípio, parecem dissonantes com as imagens que temos de Hitler e do período nazista, o que acaba nos revelando também a sua parcela na construção discursiva do germanocentrismo e seus desdobramentos na história. Portanto, é justamente este “Ser-não-Alemão” que se transformará, em falas futuras, em alvo do discurso de ódio e de superioridade da raça ariana através do nazismo (e do neonazismo) e, conseqüentemente, virá a ser vítima do mecanismo de exclusão e genocídio.

Assim, fazendo um *link* com a atualidade, recordamos o próprio lema do Reich: “*Deutschland über alles*” (Alemanha acima de tudo), que bem materializa esse germanocentrismo e que se acha também parafraseado, nos dias atuais, por *slogans* do tipo “*American first*” ou mesmo no “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Ou seja, muito provavelmente encontraríamos, hoje, os discursos de Donald Trump e Jair Bolsonaro orientados para a constituição dos mesmos efeitos de sentidos para o “Ser-Americano” e o “Ser-Brasileiro”, enquanto que, pela ordem do não-dito, lançariam sentidos sobre o outro, o “Não-Americano” e o “Não-Brasileiro”.

Ademais, em nossas sequências discursivas, trabalhamos com recortes marcados justamente pelos deslizamentos de sentido, bem como pela projeção da voz do sujeito presidencial e silenciamento da voz do outro. As análises do *corpus*, além disso, nos mostraram, por meio de sua produção discursiva, o jogo ideológico exposto pelo sujeito que enuncia por meio de diversas representações imaginárias, através do “nós/nosso” “você” e “povo”. É nesse jogo imaginário que o sujeito (re)produz a tradição de “superioridade” da raça ariana, que se conserva nos dias atuais em algumas esferas da sociedade.

Ao analisarmos o funcionamento discursivo do nós, observou-se que Hitler busca incluir o “povo” na sua voz para legitimar seu discurso, identificando-se com ele à proporção que recorre à instância social para produzir esse efeito de legitimidade. Além disso, o NÓS inclui a esfera pública coletiva, em que as decisões são compartilhadas entre os membros do governo. Assim sendo, através da figura enunciativa de Hitler, ou melhor, pela voz de Hitler, os participantes do governo saem do anonimato, assumindo uma dimensão coletiva através de um discurso caracterizado por traços de autoridade. Dessa forma, o sujeito fala investido em seu papel de presidente à medida que inclui e silencia o outro no seu discurso, produzindo um jogo com a ocorrência de um “nós inclusivo” (o homem alemão) e um “nós exclusivo” (as mulheres, os judeus, os negros, poloneses, homossexuais etc).

No funcionamento discursivo sobre o “povo”, chegamos à conclusão de que o sujeito enunciador se refere à população alemã para legitimar aquilo que enuncia. O efeito de sentido que é produzido para o “povo”, no discurso de

Hitler, equivale à homogeneidade dos alemães. Podemos perceber, diante disso, que o “povo” recuperado pelo sujeito-enunciador se refere a um segmento social que, entre outras coisas, exige seus direitos. Do mesmo modo, o funcionamento de nação, configura a instituição de um sujeito enquanto porta voz legítimo de todos os alemães.

À vista disso, procuramos esclarecer, por intermédio das considerações e das análises aqui apresentadas, os fenômenos que determinam o discurso político, sobretudo as suas condições de produção sócio-históricas, o papel da ideologia no interior de uma FD autoritária e os efeitos de sentido que significaram (e ainda hoje ressignificam), através do modo de dizer de Hitler sobre a eugenia e a raça ariana.

Isto posto, neste trabalho, não objetivamos construir um único juízo de valor em nossas análises, visto que outras questões que atravessam o discurso político sempre poderão ser retratadas, dado que o discurso é um objeto histórico, processual e atravessado pela incompletude. Em suma, a pesquisa nos ajudou, por meio de alguns dos fundamentos teóricos da AD, a entender que o sentido está sempre em movimento, constituindo a identidade dos sujeitos através da ideologia. Priorizamos, então, por concluí-lo temporariamente. Nesse sentido, podemos perceber que os diferentes discursos que circulam no cenário político atual são postos em evidência como um jogo onde palavras são ditas, mas não devem ser compreendidas apenas em seu sentido primeiro; é preciso, pois, que deixemos de lado a ideia de que o discurso pode acontecer de forma neutra e transparente.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1974.
- ARENDRT, Hannah. Religião e política. In: ARENDRT, H. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- ARENDRT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Ed. Forense universitária, 2010.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- AUTHIER-REVUZ, J Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In ORLANDI, E. P. & GERALDI, J. W. **Cadernos de estudos linguísticos**. Campinas, UNICAMP-IEL, n. 19, jul./dez,1990
- BARTHES, R. **Aula**. São Paulo, Cultrix, 1989.
- BESSEL, Richard. **Nazismo e Guerra**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- BENVENISTE, Émile. Problemas de Lingüística Geral I. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. 3. ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise de discurso**. 2. ed. Campinas, SP: Editores da Unicamp, 2004.
- BRASIL: **nunca mais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- CAZARIN, E. A. **identificação e representação política: uma análise do discurso de lula (1978 – 1998)**. Tese. Doutorado em Estudos da Linguagem, UFRGS, 2004, 270p.
- CORACINI, Maria José. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade; línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.
- COURTINE, J-J. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.) **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p. 5-22.
- COURTINE, J-J. **Metamorfoses do Discurso Político: derivas da fala pública**. Tradução: Nilton Milanez e Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2006.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

COURTINE, J-J; PIOVEZANE, C. (Orgs.) **História da fala pública**: uma arqueologia dos poderes do discurso. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

DIEHL, Paula. **Propaganda e Persuasão na Alemanha Nazista**. São Paulo: AnnaBlume, 1996.

DOR, J. **Estruturas e clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Livrarias Taurus-Timbre Ed, 1991.

ESCALA. **Hitler e as entranhas do nazismo**. Brasil, n.1. 2008.

FERNANDES, Claudemar Aves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FOUCAULT, M. **A Verdade e as formas jurídicas**. 2. ed. Cadernos da P.U.C., Rio de Janeiro, 1975.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREUD, Sigmund. **Psicologia de Grupo e a análise do Ego**. Tradução de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

FREUD, Sigmund. **Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade**. In: Obras psicológicas completas: Edição Standard Brasileira. Vol VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

DE NARDI, F.S. Entre a lembrança e o esquecimento: os trabalhos da memória na relação com língua e discurso. **Revista Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003, p. 65-83.

DRUMONT, M.P. Elementos para uma análise do machismo. *Perspectivas*, São Paulo, 3: 81-85, 1980. Disponível em: [htt://ser](http://ser).

GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010. (título original, 1969).

GADET, Françoise; LÉON Jacqueline. (et. al). Apresentação da conjuntura em Linguística, em Psicanálise e em Informática aplicada ao estudo dos textos na França, In: GADET, F. & Hak, T. (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

GALVÃO, Alves. **As grandes decisões estratégicas** (II guerra mundial). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

GRANGEIRO, Claudia Rejanne Pinheiro. **Michel Pêcheux e Michel Foucault: diálogos necessários sobre formação discursiva, sujeito e identidade.** p. 517 a 523. In.: ANAIS do Simpósio Internacional Michel Foucault: perspectivas (cd-room) Florianópolis, 2005.

GREGOLIN, Maria do Rosário. (org.). **Análise do Discurso: as materialidades do sentido.** 2. ed. São Carlos: Clara Luz, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos.** São Carlos: Claraluz, 2004.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar.** Tese de doutorado em Letras, UFRGS, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo Enunciação e formas de indeterminação. In: Vozes e Contrastes: discurso na cidade e no campo. São Paulo: Cortez, 1989.

HITLER, Adolf. **Minha luta; mein kampf edição histórica.** 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001, p. 510.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes.** Campinas: SP: ed. da Unicamp, 2013. (título original, 1992).

KNOPP, G. **Guerreiros de Hitler.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

KERSHAW, Ian. **Hitler: um perfil do poder.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (coordenadora). Glossário de termos do discurso: Análise do Discurso (AD). Porto Alegre: Instituto de letras (Projeto de Pesquisa Propesq-UFRGS/PIBIC-CNPq), UFRGS, 2005.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. A língua da análise de discurso: esse estranho objeto de desejo. In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar.** São Carlos: Claraluz, 2005.

LEVI, P. **Conversations et entretiens.** Paris: R. Laffont, 1998.

LEVI, P. **Os afogados e os sobreviventes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da Análise do Discurso na

França. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de Leitura**. Campinas, SP: 5Ed. Da Unicamp, 1994.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso** – (re) ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Orgs.). **Introdução a Linguística: domínios e fronteiras**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NEVES, Moura, Maria Helena. Gramática de usos do português. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Silêncio e implícito. In: GUIMARÃES, E. **História e sentido na Linguagem**. Campinas, Pontes, 1989.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Vão Surgindo Sentidos. In O Discurso Fundador. Campinas: Pontes, 1993.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Interpretação**. Petrópolis, Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Maio de 1968: Os Silêncios da Memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. Tradução e introdução de J. H. Nunes. Campinas, Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni P. e GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um espaço de Produção lingüística: A gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni P. (org) História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas : Pontes; Cáceres: Unemat Editora, 2001. p 21-38.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. O discurso religioso. In.: **A linguagem e seu funcionamento**. 4 ed. Campinas; Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. A noção de “povo” que se constitui em diferentes discursividades. In: MARIA, S. (Org.). **Os Sentidos do Povo**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 07-30.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2010.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido, Ideologia. 2. ed. SP: Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Eu, Tu, Ele** – Discurso e real da história. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

PADILHA, Celina. Sobre a educação sexual. In: COSTA, Maria José Ferreira franco; SHENA, Denílson Roberto; SHIMIDT, Maria Auxiliadora. I *Conferência nacional de educação (1927)*. Brasília: MEC: IPARDES, 1997. p. 428-433.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. In *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, SP: (n. 19): p. 7-24, jul./dez., 1990(d).

PÊCHEUX, M. **O Discurso** – Estrutura ou acontecimento. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2002. (título original, 1983).

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009 (título original, 1975).

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983) In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010. (título original, 1969).

PÊCHEUX, M. **Análise do Discurso**: Textos selecionados por Eni Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Pontes editores, 2012.

PEDRO, Antonio. **A segunda Guerra Mundial**. 2. ed. SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1987.

PETERS, E. **História da tortura**. Lisboa: Teorema, 1985.

PIOVEZANI, Carlos. & SARGENTINI, V. (Org.). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011.

RÜSEN, J. Explicar o holocausto – de que jeito? O livro de Daniel Goldhagen criticado à luz da teoria da História. **História**: Questões e Debates, Curitiba, v. 14n. 26/27, p. 116-131, jan./dez. 1997.

SEIXAS, J. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica. **História**: Questões e Debates, Curitiba, n. 32, p. 75-95, jan./jun. 2000.

TAUSSIG, Michael. Xamanismo, *Colonialismo e o Homem Selvagem*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1993.

TCHAKHOTINE, Serge. O simbolismo e a propaganda política In: **A mistificação das massas pela propaganda política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1967. p. 255-299.

## ANEXO A - HITLER DISCURSA NO KROLLOPER A 23 DE MARÇO DE 1933<sup>8</sup>

*Homens e mulheres do Reichstag alemão! De acordo com o governo do Reich, o partido nacional-socialista e o partido popular nacionalista alemão lhes*

*submetem um projeto de lei para resolver a situação do povo e da nação. Os motivos para esta medida de caráter excepcional são os seguintes: Em novembro de 1918, as organizações marxistas apossaram-se do poder executivo por meio de uma revolução. Os monarcas foram destronados, as autoridades do Reich e dos Estados afastados do governo, violando-se, portanto, a Constituição. O sucesso da revolução no sentido material assegurou a seus progenitores escapar da ação da lei. Procuram justificar moralmente tal coisa afirmando que a Alemanha e seu governo foram responsáveis pela eclosão da guerra. Essa asserção era sabida e conscientemente mentirosa. Em conseqüência dela, todavia, estas acusações mentirosas feitas no interesse dos nossos antigos inimigos levaram à mais severa opressão de todo povo alemão e à quebra das garantias que nos foram dadas pelos 14 pontos de Wilson, e assim lançaram a Alemanha, isto é, as classes trabalhadoras do povo alemão, a uma época de infinita desgraça.*

*Todas as promessas feitas pelos homens de novembro de 1918, caso já não tenham sido feitas propositadamente, se comprovaram não menos como malditas ilusões. Em seu conjunto, as “conquistas da Revolução” foram agradáveis a uma pequena parcela de nosso povo, porém, para a esmagadora maioria, pelo menos enquanto esta tinha que ganhar seu pão de cada dia pelo próprio esforço, foram infinitamente tristes. Que aqui os partidos e homens responsáveis por este desenvolvimento procurem milhares de amenidades e desculpas, num impulso de auto-preservação, é compreensível. Todavia, comparando-se de forma isenta os resultados médios dos últimos quatorze*

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://inacreditavel.com.br/wp/discurso-de-adolf-hitler-de-23-de-marco-de-1933/>

*anos com as promessas proclamadas na época, o balanço é negativamente destruidor para os responsáveis deste crime sem paralelo na história alemã.*

*Nosso povo sofreu uma queda do nível de vida em todas as áreas no decorrer dos últimos 14 anos. Outra característica marcante destes quatorze anos foi que, excetuando algumas variações naturais, a linha de desenvolvimento apontou constantemente para baixo. Este reconhecimento deprimente foi uma das razões da aflição coletiva. Ela exigia a visão sobre a necessidade da recusa completa das idéias, organizações e das pessoas, sobre as quais começou a pesar com justiça sua responsabilidade por esta situação de desgraça. O movimento nacional-socialista começou a ganhar mais o espírito e a vontade dos alemães, apesar da terrível repressão. Juntamente com outras associações nacionalistas, ele eliminou em pouco de mais algumas semanas os poderes dominantes desde novembro de 1918 e colocou o poder público nas mãos do governo nacional através de uma revolução. O povo alemão ratificou este ato a 5 de março.*

*O programa de reconstrução do povo e do Reich resulta da grande necessidade de nossa vida política, moral e econômica. Convencido que esta derrocada tem suas origens em feridas no seio do próprio povo, é objetivo do governo da revolução nacional eliminar aquelas enfermidades da vida popular, e evitar futuramente qualquer possibilidade de seu retorno. A divisão de nação em grupos com opiniões inconciliáveis, provocada sistematicamente pelas doutrinas falsas do marxismo, significa a destruição da base de uma possível vida comunal. A dissolução abrange todos os fundamentos da ordem social. A concepção antagônica frente a termos como Estado, sociedade, religião, moral, família e economia, apresenta diferenças que levam a uma guerra de todos contra todos. Partindo-se do liberalismo do século passado, este desenvolvimento encontra seu fim natural no comunismo. Esta movimentação conjunta de instintos primitivos leva a uma associação entre a concepção de uma ideia política e as ações de verdadeiros criminosos. Começando com os saques, incêndios, ataques em ferrovias, atentados e assim por diante, tudo encontra sua sanção moral nas idéias comunistas. Somente os métodos*

*individuas de terrorismo de massa custou ao movimento nacional-socialista mais de 300 mortes em poucos anos e dezenas de milhares de feridos.*

*O incêndio no Reichstag, como tentativa frustrada de uma grande ação, é apenas um sinal daquilo que a Europa poderia esperar da vitória desta gente diabólica. Quando uma determinada imprensa – principalmente fora da Alemanha – tenta hoje em dia, de acordo com o princípio de levantar inverdades políticas através do comunismo, identificar este ato vergonhoso com o levantar nacional da Alemanha, então eu só tenho meus atos confirmados em não deixar nada passar para que este crime seja reparado através do enforcamento público dos culpados e seus cúmplices! [...]*

*É somente a criação de uma verdadeira comunidade nacional, erguendo-se acima dos interesses e das diferenças de classe, que pode fechar permanentemente a fonte de nutrição de tais aberrações do espírito humano. O estabelecimento dessa unidade cosmovionária no corpo da nação é tanto mais importante quanto só por esse meio é que surge a possibilidade de manutenção de relações amigas com as potências estrangeiras, independentemente das tendências ou princípios gerais por que se governem, pois a eliminação do comunismo na Alemanha é um assunto puramente interno. O resto do mundo pode também estar interessado, pois o romper do caos comunista no populoso Reich alemão iria levar a conseqüências políticas e econômicas no restante da Europa Ocidental, de proporções inimagináveis. [...] Uma ampla reforma do Reich só poderá nascer do desenvolvimento orgânico. Seu objetivo deve ser a construção de uma constituição que una a vontade do povo com a autoridade de uma liderança real. A legalização de tal reforma constitucional vai ser dada pelo próprio povo.*

*O governo da revolução nacional vê fundamentalmente como sua obrigação, de acordo com o sentido da confiança dada pelo voto popular, manter longe da formação da vida da nação aqueles elementos de que consciente e intencionalmente negam esta vida. A igualdade teórica diante da lei não pode resultar na tolerância sob igualdade daqueles que fundamentalmente escarnecem a lei... [...] Simultaneamente com essa política de purificação de nossa vida pública, o governo do Reich procederá um inteiro*

*expurgo moral do corpo da nação. Todo sistema educacional, o teatro, o cinema, a literatura, a imprensa e o rádio – tudo será empregado como um meio para este fim e dessa forma avaliado. Todos estes elementos devem servir para a manutenção dos valores eternos presentes no caráter essencial de nosso povo. A arte sempre ficará sendo a expressão e o reflexo dos anseios e da realidade de uma época. Atitude neutral e internacional do alheamento está desaparecendo rapidamente.*

*O heroísmo avança apaixonadamente e no futuro moldará e norteará o destino político. A tarefa da arte é ser a expressão desse espírito determinante da época. Sangue e raça serão mais uma vez a fonte da intuição artística. É tarefa do governo providenciar que justamente num período de poder político limitado, os valores vitais internos e a vontade de vida da nação encontrem uma gigantesca expressão cultural. A obrigatoriedade diante desta decisão é expressão de reconhecimento aos personagens de nosso grande passado. Em todas as áreas de nossa vida histórica e cultural, deve ser erigida esta ponte entre passado e futuro. O respeito diante dos grandes homens deve ser ensinado novamente aos jovens como herança sagrada. À medida que o governo está decidido a proceder com a desintoxicação política e moral de nossa vida pública, ele consegue e assegura as condições para uma verdadeira e profunda vida religiosa.*

*As vantagens de natureza política e pessoa que queiram resultar de compromissos com organizações ateístas, não valem a pena frente à visível destruição dos valores morais fundamentais. O governo nacional considera as duas religiões cristãs como os mais ponderáveis fatores para a manutenção de nossa nacionalidade. O governo respeitará os acordos concluídos entre ele e os Estados federais. Os direitos destes não serão infringidos. Mas o governo confia e espera que o trabalho de regeneração moral e nacional de nosso povo, a tarefa que ele se impôs, seja, por outro lado, tratada com o mesmo respeito. Ele tratará todas as outras confissões com justiça objetiva. Mas ele não poderá tolerar que o simples pertencer a uma determinada religião ou a uma determinada raça, implique na dispensa de deveres legais gerais e até a liberdade para comportamentos criminosos, ou na tolerância a crimes. A*

*preocupação do governo vale na correta coexistência entre igreja e Estado; a luta contra uma cosmovisão materialista, em prol de uma verdadeira comunidade do povo serve tanto para os interesses da nação alemã quanto ao bem-estar de nossa fé cristã.*

*Nossas instituições legais devem servir acima de tudo para a manutenção desta comunidade nacional. A não-destituição dos juízes, por um lado, deve corresponder a uma elasticidade dos veredictos voltada ao bem da sociedade. Não o indivíduo deve ser o centro da preocupação legislativa, mas sim o povo. A alta traição e a perfídia para com a nação serão no futuro impiedosamente extirpadas. Os fundamentos da existência da justiça não podem ser outros senão os fundamentos da existência da nação. Portanto, queira isto ser sempre a linha-mestra daqueles que, sobre os duros caminhos da realidade, são responsáveis pela vida nacional. Grandes são as tarefas do governo nacional na esfera da vida econômica. Aqui todas as ações devem ser governadas por uma lei: o povo não vive para o comércio e o comércio não existe para o capital, mas o capital serve o comércio e o comércio serve ao povo. Em princípio o governo não protegerá os interesses econômicos do povo alemão pelo método tortuoso de uma burocracia econômica a ser organizada pelo Estado, mas pelo máximo fomento da iniciativa particular e pelo reconhecimento dos direitos de propriedade. Entre as intenções produtivas por um lado e, de outro, o trabalho produtivo, deve-se construir um equilíbrio justo. A administração deve ser resultado da capacidade do respeito da aplicação e do trabalho através da economia. Também o problema de nossas finanças públicas se resume, ao final, no problema de uma administração austera.*

*A planejada reforma de nosso sistema tributário deve simplificar as classificações e com isso levar a uma diminuição dos custos e dos tributos. Fundamentalmente o moinho fiscal deve ser construído na correnteza e não na fonte. Diante desta premissa, deve haver uma diminuição dos tributos através da simplificação da administração. Esta reforma tributária a ser instituída no Reich e nos Estados não é uma questão do momento, mas sim segundo as necessidades do período analisado. O governo evitará sistematicamente as experiências monetárias. Enfrentamos acima de tudo duas tarefas econômicas de primeira magnitude. A salvação do agricultor*

*alemão deve ser conseguida a qualquer preço. A destruição desta classe em nosso povo levará às conseqüências mais graves. O restabelecimento da rentabilidade das propriedades agrícolas e pecuaristas pode ser duro para o consumidor. O destino, entretanto, que assolaria todo o povo alemão caso os agricultores desaparecessem, seria com uma desgraça sem comparação.*

*Somente em conjunto com a recuperação da rentabilidade de nossa agricultura e pecuária, a questão referente à execução ou acordos pode ser solucionada. Caso isso não aconteça, então a eliminação de nossos agricultores levaria não apenas à bancarrota da economia alemã, mas principalmente à destruição do núcleo do povo alemão. Sua preservação saudável é também condição fundamental para o florescer e germinação de nossa indústria, de nosso comércio interno e das exportações alemãs. Sem o contrapeso dos agricultores alemães, a loucura comunista já teria assolado a Alemanha e com isso destruído definitivamente a economia alemã.*

*O que nossa economia geral incluindo nossas exportações deve agradecer à saudável existência do camponês alemão, não pode ser compensado através de nenhum sacrifício comercial. Por isso o futuro povoamento do solo alemão deve atrair também nossa grande preocupação. Ademais, é perfeitamente claro para o governo nacional que a debelação final das dificuldades, tanto no comércio agrícola como no das cidades, depende da absorção do exército dos desempregados no processo da produção. Esta constitui a segunda das grandes tarefas econômicas. Ela só pode ter solução com uma satisfação geral, na aplicação de princípios econômicos sãos e naturais e de todas as medidas necessárias, mesmo que, no momento, elas não possam contar com qualquer grau de popularidade.*

*Criação de vagas de trabalho e a contribuição obrigatória de serviço são, a este respeito, apenas medidas individuais dentro do âmbito de toda a ação proposta. Semelhante ao agricultor alemão, é a posição do governo nacional em relação à classe média. Sua salvação só poderá advir da política econômica em geral. O governo nacional está decidido a resolver esta questão. Ele reconhece isto como sua tarefa histórica, apoiar e incentivar os milhões de trabalhadores alemães em sua luta pelos direitos civis.*

*Como Chanceler e nacional-socialista, eu me sinto ligado a vocês como um antigo companheiro de minha juventude. A elevação da força de consumo desta massa será uma parcela considerável da engrenagem econômica. Com a conservação de nossas leis sociais, acontecerá um primeiro passo para sua reforma. Basicamente, porém, deve acontecer a utilização de cada força de trabalho em prol da coletividade. O desperdício de milhões de horas de trabalho humano é uma loucura e um crime que leva à pobreza de todos. Não importa qual valor seria criado através do uso de nossa força de trabalho excedente, ele poderia representar uma melhor condição de vida para as milhões de pessoas que hoje passam necessidade e estão na miséria. Deve e vai ser feito pela capacidade organizatória de nosso povo, solucionar esta questão.*

*Teremos presente que a posição geográfica da Alemanha, com sua falta de matérias-primas, não permite inteiramente a autonomia econômica para o Reich. Nunca será demasiado afirmar que nada está mais longe do pensamento do governo do Reich do que a hostilidade para a exportação. Estamos plenamente advertidos de que necessitaremos da ligação com o mundo exterior, e que a colocação dos produtos alemães no mercado mundial assegura a existência de muitos milhões de nossos concidadãos. Também sabemos quais são as condições necessárias para uma boa troca de serviços entre as nações do mundo. Porque a Alemanha foi durante anos compelida a prestar serviços sem receber um equivalente, com o resultado de que a tarefa de manter a Alemanha como um participante ativo na troca de produtos não pertence tanto à política comercial como à política financeira.*

*Enquanto não nos concederem uma amortização razoável da nossa dívida estrangeira em correspondência com nossa capacidade de produção, somos desgraçadamente compelidos a manter o nosso controle cambial estrangeiro. O governo do Reich também é, por esse motivo, obrigado a manter as restrições ao escoamento do capital para fora das fronteiras da Alemanha. Se o governo do Reich se deixar conduzir por estas premissas fundamentais, é de se esperar certamente que a compreensão crescente do estrangeiro facilite a incorporação de nosso Reich na pacífica competição das nações. [...] A proteção das fronteiras do Reich e, portanto, da vida de nosso*

povo e da existência de nosso comércio está agora nas mãos da Reichswehr, que, de acordo com os termos que nos foram impostos pelo tratado de Versalhes, deve ser considerado o único exército verdadeiramente desarmado do mundo. A despeito de sua pequenez forçada e do seu armamento completamente insuficiente, o povo alemão deve olhar para a sua Reichswehr com orgulhosa satisfação. Este pequeno instrumento de nossa defesa nacional surgiu dentro das mais difíceis condições. O espírito de que ele está imbuído é o das nossas melhores tradições militares. A nação alemã tem, pois, cumprido com dolorosa conscienciosidade as obrigações que lhe foram impostas pelo Tratado de Paz; com efeito, até a substituição então sancionada dos navios de nossa frota, infelizmente, talvez me seja permitido dizer, foi apenas realizada em pequena parte.

Durante anos a Alemanha tem esperado em vão o cumprimento das promessas de desarmamento que lhe foram feitas pelos outros. É desejo sincero do governo nacional poder abster-se de aumentar o nosso exército e as nossas armas, desde que o resto do mundo também esteja pronto para cumprir agora radical. Porque a Alemanha não deseja outra coisa além de um direito igual para viver e igual liberdade. Em qualquer caso, o governo nacional as suas obrigações em matéria de desarmamento educará o povo alemão neste espírito de desejo de liberdade. A honra nacional, a honra do nosso exército e o ideal de liberdade devem mais uma vez ser sagrados ao povo alemão! O povo alemão deseja viver em paz com o mundo. Mas é por esta mesma razão que o governo do Reich empregará todos os meios para obter o termo final da divisão das nações do mundo em duas categorias. O manter aberta esta ferida leva à desconfiança de um lado e ao ódio de outro, e desta forma a um sentimento geral de insegurança. O governo nacional está pronto a estender a mão em sincero entendimento a todas as nações que finalmente estejam dispostas a por um termo ao trágico passado. A dificuldade econômica internacional só poderá desaparecer quando forem estabelecidas as bases de relações políticas estáveis e quando as nações tenham recuperado a sua confiança mútua.

Para vencer a catástrofe econômica é necessário: 1. uma liderança absolutamente autoritária nos assuntos internos, afim de criar a confiança na

*estabilidade das condições 2. A garantia, pelas grandes nações, de uma paz duradoura, afim de restaurar a confiança mútua entre as nações.*

*A vitória final dos princípios do bom senso na organização e condução da economia, assim como na desobrigação geral nas reparações e responsabilidades irrealis pelas dívidas e juros. Infelizmente situamo-nos diante do fato de que a Conferência de Genebra, apesar das longas negociações, não chegou até agora a nenhum resultado prático. A decisão concernente à garantia de uma medida real de desarmamento tem sido constantemente protelada por questões de detalhes técnicos e pela introdução de problemas que nada têm a ver com o desarmamento. Esta tática é inútil.*

*A condição ilegal do desarmamento unilateral e a resultante insegurança nacional da Alemanha não pode continuar por mais tempo. Reconhecemos como um sinal de responsabilidade e da boa vontade do governo inglês o fato de que tenha procurado, através da sua proposta de desarmamento, levar a Conferência a alcançar finalmente soluções rápidas. O governo do Reich apoiará qualquer esforço para a verdadeira execução de um desarmamento geral. Durante quatorze anos estivemos desarmados, e durante quatorze meses estivemos a esperar os resultados da Conferência do Desarmamento. De muito maior alcance é o plano do chefe do governo italiano, que faz uma tentativa esclarecida e vasta para conseguir um desenvolvimento pacífico e coerente de toda a política européia. Damos a maior importância a este plano, e estamos prontos a cooperar com absoluta sinceridade dentro das bases por ele estabelecidas, afim de unir as quatro Grandes Potências, Inglaterra, França, Itália e Alemanha, numa cooperação antiga para atacar com resolução e coragem os problemas de cuja solução depende o destino da Europa.*

*É por esta razão que somos particularmente gratos pela sinceridade apreciativa com que o renascimento nacional da Alemanha tem sido recebido na Itália. Nós desejamos e esperamos que a igualdade dos idéias espirituais seja o fundamento para um contínuo aprofundamento das relações amistosas entre ambos os países. Do mesmo modo, o governo do Reich, que considera o cristianismo como fundamento inabalável da moral e do código de moral da nação, empresta o maior valor às relações de amizade com a Santa Sé, e esforça-se por desenvolvê-las. Sentimos simpatia para com nossa irmã a*

*Áustria nas suas perturbações e dificuldades. Em tudo o que se faz o governo alemão está consciente da conexão existente entre o destino de todas as raças germânicas. Sua atitude para com as outras potências estrangeiras pode ser depreendida do que já foi dito. Mas até no caso de que as nossas relações estejam assoberbadas de dificuldades, procuraremos chegar a um entendimento. Mas em caso algum as bases para a compreensão jamais poderão ser a distinção entre vencedores e vencidos.*

*Estamos convencidos de que tal entendimento é possível em nossas relações com a França, se os governos atacarem os problemas que as atingem em ambos os lados, fazendo-o de maneira esclarecida. O governo do Reich está pronto a cultivar com a União soviética relações amigas proveitosas a ambas as partes. É acima de tudo o Governo da Revolução Nacional que se sente em posição de adotar semelhante política positiva para com a Rússia Soviética. A luta contra o comunismo na Alemanha é nosso assunto interno no qual jamais permitiremos a interferência do exterior. As relações políticas com outras potências, que nos unem interesses comuns, não serão alteradas. Nossas relações com outros países ganharão atenção especial também no futuro, principalmente nossa relação com os grandes países além-oceanos, com os quais a Alemanha nutre há muito tempo relações amistosas e interesses econômicos.*

*Levamos particularmente a peito o destino dos alemães que vivem fora das fronteiras da Alemanha e nos estão ligados pela fala, cultura e costumes, e têm de lutar duramente para manter estes valores. O governo nacional está disposto a usar de todos os meios a seu alcance para defender os direitos internacionalmente garantidos às minorias alemãs. Recebemos de bom-grado o plano para uma Conferência Econômica Mundial e aprovamos a sua reunião em data próxima. O governo do Reich está pronto a tomar parte nesta conferência, afim de que finalmente se chegue a resultados positivos.*

*A questão mais importante é o problema de nossas dívidas externas de curto e longo prazo. A completa alteração das condições do mercado internacional de mercadorias exige de nós um ajuste. Somente a partir de uma condição de completa confiança pode nascer uma real superação das aflições gerais. Dez anos de uma sincera paz será mais proveitoso par ao bem-estar de todas as nações do que 30 anos de discussão em torno de termos como*

vencedores e vencidos. Para se colocar na posição de cumprir as tarefas expostas, o governo do Reich apresenta a Lei de Exceção através de ambos os partidos, o nacional-socialista e nacionalista alemão. Parte das medidas desejadas exige maioria constitucional. A execução destas tarefas e suas soluções são necessárias. Não corresponderia ao sentido deste levante nacional e seria insuficiente para o objetivo almejado, se o governo nacional fosse negociar caso a caso uma correspondente autorização do Reichstag. O governo não é movido aqui a destituir o Reichstag como um todo. Ao contrário, ele se reserva também para o futuro a informar o Reichstag e requerer sua aprovação.

A autoridade e execução de tarefas iriam sofrer se pudesse existir no seio do povo dúvidas na estabilidade do novo regimento. O governo do Reich considera impossível uma nova sessão do Reichstag diante da profunda ansiedade da nação. Quase nunca aconteceu uma revolução destas proporções tão disciplinada e sem derramamento de sangue como o levante do povo alemão nesta semana. É minha vontade e meu inabalável objetivo garantir também para o futuro este desenvolvimento tranquilo. E o mais importante, é que seja dado ao governo nacional uma posição soberana, que seja necessário nestes períodos, para evitar um outro desenvolvimento. O governo fará uso desta autorização apenas enquanto for exigido para levar a cabo as medidas vitais. Nem a existência do Reichstag, nem do Reichsrat, está ameaçada. Posição e direitos do presidente do Reich permanecem intocáveis. A concordância interna de seus objetivos será a máxima missão do governo. A existência dos Estados não será ameaçada. O direito da igreja não será diminuído e sua posição perante o Estado não será alterada. Os casos onde exista a necessidade interna de se recorrer a tal lei de exceção são limitados em si. Mas mesmo assim o governo pleiteia a aprovação da lei. Ela mostra em todo caso, uma clara decisão. Ela permite aos partidos do Reichstag a possibilidade de um desenvolvimento pacífico e um entendimento futuro. O governo também está decidido e disposto a aceitar a rejeição e, com isso, a declaração de resistência.

**ANEXO B - DISCURSO DE HITLER AOS JOVENS ALEMÃES, 1934<sup>9</sup>**

*Minha juventude alemã! Depois de um ano eu tenho a oportunidade de cumprimentar-vos aqui novamente. Desde então, enormes acontecimentos ocorreram na Alemanha. Já se passaram 12 meses, e a batalha pelo poder tem nos garantido sucesso. Entretanto, nosso movimento - do qual vocês são jovens guardas de hoje e os portadores do futuro - tomou uma atitude após a outra no nosso país, e ofereceu isso ao povo alemão. Ao mesmo tempo, o movimento de vocês cresceu de uma já vasta união para a maior organização de jovens do mundo.*

*Sabemos que nada é entregue gratuitamente a um povo. Tudo deve ser conquistado através de lutas. Não existe nada que você tome posse antes de aprender e instilar a si mesmo. E agora, nós queremos que vocês, garotos e garotas alemãs, peguem tudo o que temos de esperança para a Alemanha - tudo o que queremos que se realize na Alemanha. Nós queremos ser uma nação, e vocês, a minha juventude, deverá se tornar agora essa nação. Nós não queremos mais ver classes e status sociais diferentes, então vocês não podem permitir-se nutrir atitudes que promovam essas coisas. Nós queremos ver um Reich, e mesmo agora vocês devem treinar vocês mesmo para isso em uma organização. Nós queremos que nossa gente seja leal, e vocês deverão aprender essa lealdade. Nós queremos que nossa gente seja obediente, e vocês deverão treinar a obediência. Nós queremos que nossa gente seja amante da paz, mas também valente. Ainda que pronta para a paz. Nós não queremos que nosso povo seja fraco, mas que ele seja resistente a fim de suportar as dificuldades da vida. E você deve treinar você mesmo para isso na juventude. Nós queremos que nosso povo ame a honra, e você deve se entregar ao princípio da honra logo nos primeiros anos de juventude.*

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://discursostranscritos.blogspot.com/2015/03/discurso-de-hitler-aos-jovens-alemaes.html>

*Tudo o que nós esperamos da Alemanha nos próximos anos, nós esperamos de vocês, garotos e garotas. Vocês devem praticar tais coisas, e com isso, contribuir para o futuro. Não importa o que criamos hoje e o que fazemos, um dia deixaremos esse mundo. Mas em vocês, a Alemanha viverá. E quando não restar nada de nós, vocês devem carregar a bandeira em suas mãos - a bandeira que uma vez erguermos a partir do nada. Portanto vocês devem permanecer confiantes no solo do seu país, e vocês devem ser fortes, então essa bandeira jamais será tirada de vocês. E então, quando gerações e gerações surgirem depois de vocês, vocês terão o direito de exigir o mesmo delas. Então vocês poderão exigir que a juventude futura seja do jeito que vocês eram. A Alemanha olha para vocês com orgulho. Os corações de todos aceleram de alegria quando olhamos para vocês. Nós olhamos para vocês com a promessa que nosso trabalho não foi em vão e percebemos que isso trará frutos para nosso país. Todos nós estamos agarrados em uma felicidade orgulhosa por ver em vocês o cumprimento do nosso trabalho. Com isso nós temos a garantia de que aqueles que morreram na Primeira Guerra Mundial - o grande número de camaradas nossos - não fizeram um sacrifício pela Alemanha em vão, e no final um povo espirituoso, livre, e amante da honra irá emergir. E eu sei que isso não pode ser de outra maneira porque vocês são carne da nossa carne e sangue do nosso sangue, e nas suas mentes jovens queima o mesmo espírito que nos conduz.*

*Vocês não poderão estar de outra maneira, senão ligados a nós. E quando a grande procissão do nosso movimento marchar gloriosamente pela Alemanha hoje, então saberemos que vocês se juntarão a essas colunas, e saberemos que antes de nós vem a Alemanha. Em nós marcha a Alemanha. E depois de nós virá a Alemanha!*

**ANEXO C - DISCURSO DE ADOLF HITLER SOBRE AS MULHERES 1938<sup>10</sup>**

*Se eu penso comigo mesmo se uma mulher deve comparecer a um julgamento, então eu tenho que dizer! Quando que uma mulher que está perto de mim, ou até mesmo se eu quisesse imaginar a minha mãe ainda viva, teria de se sentar na frente de um assassino em um tribunal e decidir o veredito? Nunca! Nunca! Nós não queremos isso. (aplausos) Eu também não quero uma policial feminina fardada para andar e correr atrás de malandros ou criminosos. Estas são todas as coisas que atualmente nós não queremos. Então eles vêm naturalmente e dizem de imediato! "Desculpe-me, mas então você também não vai deixá-las no parlamento". Certamente, mas só porque eu também estou convencido de que o parlamento não aumentaria o valor da mulher. Eu tirei o homem do serviço parlamentar também. Em outros tempos... (aplausos) Em outros tempos muitas vezes eu disse: "Você não acha que se você tiver a mulher presente no Reichstag, que a mulher iria aperfeiçoar as condutas do Reichstag em seguida?" Eu não tenho interesse em aperfeiçoar o Reichstag ou aperfeiçoar suas condutas de qualquer modo, porque seja honrado, cavaleiro ou enobrecido, retórico ou não, isso é totalmente o mesmo. Acima de tudo, eu também estou convencido, por exemplo, de que o parlamento na época, não era nada mais do que um saco de maçãs podres. (aplausos) Agora vocês vão me dizer: "É por isso que agora você deve colocar pessoas sadias no parlamento!" Não, eu prefiro deixar as pessoas sadias de fora, para que não apodreçam também. (aplausos e risos). É melhor... deixar morrer algo que já está destinado a morrer.*

*Quando eu olho ao redor do mundo de hoje, a imagem dos jornais que me vem a memória é, Um regimento na União Soviética de mulheres atiradoras! Ou... um batalhão de mulheres granadeiras na Espanha! Tudo o que posso dizer para os representantes deste tipo de igualdade feminina: Eu não seria um homem, se eu tolerasse tal coisa. Eu experimentei a guerra. Eu sei como é difícil. Eu sei o quanto os nervos de muitos homens foram abalados por esta guerra. Vi muitas vezes retornarem dezenas deles, trêmulos, completamente arruinados e quebrados! A ideia de que uma menina ou uma*

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://desatracado.blogspot.com/2014/01/discurso-de-adolf-hitler-sobre-as.html>

*mulher tem que passar por isso. Eu não poderia respeitar os homens Alemães então! Ou eles assumem a responsabilidade por isso ou devem renunciar-se! (aplausos).*

*Enquanto temos um gênero masculino saudável, e nós nacional-socialistas vamos garantir isso, que não haja granadeiras ou atiradoras sendo treinadas na Alemanha. Isso não é igualdade, na realidade são direitos inferiores para as mulheres, porque é mais difícil para as mulheres que para os homens. Para ela, é muito mais terrível do que para o homem. Eu poderia dizer muito bem que estou armando crianças para no futuro enviá-los para a guerra. Nós não vamos fazer isso. Mas tirando isso, diante dos nossos olhos, há uma imensidão de oportunidades e áreas de trabalho para a mulher, porque para nós a mulher tem feito o trabalho mais fiel e companheiro do homem em todos os momentos.*

*Muitas vezes me disseram: "Você deseja remover a mulher de todas as profissões!" Em geral, eu vou dar-lhe apenas a possibilidade de ser capaz de se casar e ajudá-la a fundar uma própria família e ter filhos, porque ela faria isso - e esta é minha convicção agora - que beneficiaria a maioria do nosso povo, com certeza. Isso é claro. (aplausos) E vocês precisam entender isso de mim: Se eu tiver uma advogada na minha frente algum dia, e não importa o quanto ela conquistou (profissionalmente), ao lado dela há uma mãe com cinco, seis, sete filhos em ótima saúde e bem-educados por ela, então eu quero dizer: Do eterno ponto de vista, do valor eterno do nosso povo, a mulher - que é capaz de ter crianças e tem crianças e os criou, desse modo, dá ao nosso povo a maior capacidade de viver no futuro, - Alcançou mais. Ela fez mais, (aplausos) Ela nos ajuda a evitar a morte de nosso povo.*